

POR DENTRO DO ESTADO DE SÃO PAULO

# POVOS INDÍGENAS: mobilidade espacial

Marta Maria do Amaral Azevedo  
Rosana Baeninger  
(Organizadoras)



Antonio Brand (*in memoriam*)  
José Francisco Sarmiento Nogueira  
Juracilda Veiga  
Marta Maria do Amaral Azevedo  
Rosana Baeninger  
Rosa Sebastiana Colman  
Valéria A.M.O. Calderoni



# POVOS INDÍGENAS

## 8

mobilidade espacial



**Universidade Estadual de Campinas – Unicamp**

**Reitor**

Fernando Ferreira Costa

**Vice-Reitor**

Edgar Salvadori de Decca

**Pró-Reitor de Desenvolvimento Universitário**

Roberto Rodrigues Paes

**Pró-Reitor de Pesquisa**

Ronaldo Aloise Pilli

**Pró-Reitor de Graduação**

Marcelo Knobel

**Pró-Reitor de Pós-Graduação**

Euclides de Mesquita Neto

**Pró-Reitor de Extensão e Assuntos Comunitários**

João Frederico da Costa Azevedo Meyer

**Coordenadoria de Centros e Núcleos Interdisciplinares de Pesquisa (COCEN)**

Ítala Maria Loffredo D'Ottaviano

**Unidades/Órgãos envolvidos na publicação:**

**Núcleo de Estudos de População (NEPO)**

Coordenação: Estela Maria Garcia Pinto da Cunha

**Fundação Nacional do Índio (FUNAI)**

Presidente: Marta Maria do Amaral Azevedo

OBSERVATÓRIO DAS  
MIGRAÇÕES EM  
SÃO PAULO  
FASES E FACES DO FENÔMENO  
MIGRATÓRIO NO ESTADO DE  
SÃO PAULO





# POVOS INDÍGENAS

## 8

### mobilidade espacial

Marta Maria do Amaral Azevedo  
Rosana Baeninger  
(Organizadoras)



A  
Antonio Brand  
*in memoriam*



**Núcleo de Estudos de População (NEPO) – UNICAMP**  
Av. Albert Einstein, 1300 – CEP: 13081-970 – Campinas – SP – Brasil  
Fone: (19) 3521 5913 – Fax: (19) 3521 5900  
www.nepo.unicamp.br

**Apoio**

Projeto: Observatório das Migrações em São Paulo  
FAPESP – Fundo de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo  
CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

**Organização e Revisão final**

Rosana Baeninger

**Comitê de Publicação:**

Marta Azevedo  
Rosa Colman  
Juracilda Veiga

**Colaboração**

Maria Ivonete Z. Teixeira

**Projeto Gráfico e Diagramação**

Traço Publicações e Design  
Flávia Fábio e Fabiana Grassano

**Ficha catalográfica**

Adriana Fernandes

**Ficha catalográfica**

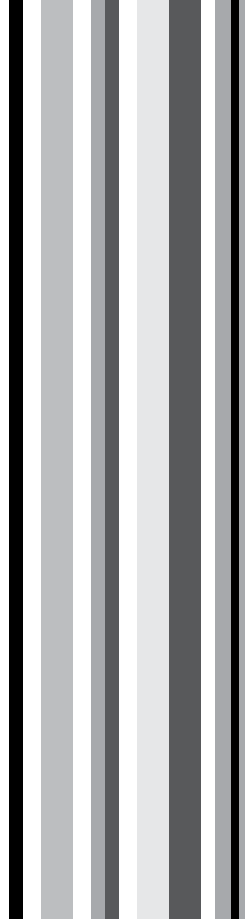
População indígena: mobilidade espacial / Marta Maria do Amaral Azevedo;  
Rosana Baeninger (Org.). - Campinas: Núcleo de Estudos de População - Nepo/  
Unicamp, 2013.

100p.

(Por Dentro do Estado de São Paulo – Volume 8)

ISBN 978-85-88258-38-9

1. População indígena. I. Baeninger, Rosana (Org.). II. Azevedo, Marta Maria  
do Amaral (Org.). III. Título. IV. Série.

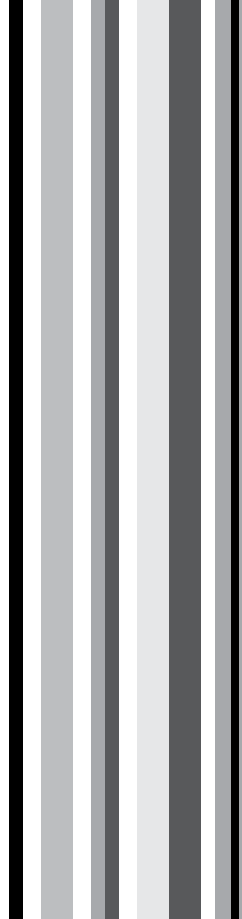


## SUMÁRIO

Apresentação	7
Os Guarani nos seus processos de mobilidade espacial e os desafios para as políticas públicas na região fronteiriça brasileira Marta Maria do Amaral Azevedo, Antonio Brand, Rosa Colman	9
Los guaraní en el mercosur: territorio, identidad y fronteras nacionales Antonio Brand, Valéria A.M. Calderoni, Rosa Colman	27
Reocupando territórios, a expansão dos Guarani no Estado de São Paulo Juracilda Veiga, Marta Maria do Amaral Azevedo e Rosa Colman	39
Território e mudanças culturais entre os Guarani e Kaiowá de Mato Grosso do Sul Antonio Brand e Rosa Colman	51
Território, recursos naturais e cultura material entre os Guarani e Kaiowá, em Mato Grosso do Sul: as consequências do confinamento sobre a produção e reprodução dos conhecimentos tradicionais e da cultura material Rosa Colman e José Francisco Sarmiento Nogueira	61
Paraguai: os Indígenas nos censos e os censos indígenas específicos Rosa Colman, Marta Maria do Amaral Azevedo, Juracilda Veiga	69
Aproximações entre a Etnologia e os Estudos de Demografia histórica Juracilda Veiga	81
Sobre autores	97







## APRESENTAÇÃO

Na segunda metade do século XIX alguns grupos Guarani iniciam um processo migratório, que muito mais tarde ficou conhecido como ‘A busca da Terra dos Sem Males’ na literatura histórico-antropológica. No início do sec. XX Nimuendaju (1978) encontrou várias comunidades e acampamentos desses indígenas na região de Bauru, no interior de São Paulo, e na região do litoral sul do estado. Na metade do século, as primeiras documentações do SPI (Serviço de Proteção aos Índios do Ministério do Interior, que mais tarde veio a ser a FUNAI – Fundação Nacional do Índio, do Ministério da Justiça) aparecem e dão conta de vários acampamentos e comunidades já fixadas em alguns pontos do interior e do litoral do estado.

Na década de 1970 começam a ser demandadas as primeiras demarcações de terras indígenas no estado, que são esses grupos Guarani oriundos do Paraguai, Mato Grosso do Sul e Argentina. Esse processo migratório tem fundamento na visão de mundo dos Guarani que acreditam que o Universo possui uma coluna vertebral que seria a Serra do Mar, e a partir da qual existe uma ‘grande água’ que seria o mar. Para além do mar ou da grande água, ficaria então a “Yvyra mary’ey” ou a Terra dos Sem Males. Impulsionados por relatos de grupos que vinham ao litoral e voltavam para as terras de origem, outros vieram e se estabeleceram principalmente no litoral, onde encontram terras e recursos mais adequados para suas formas de viver. Hoje em dia existem cerca de 20 comunidades Guarani no estado de São Paulo, sendo que 4 delas no próprio município.

Nos estudos apresentados neste volume **Povos Indígenas: mobilidade espacial** da *Coleção Por Dentro do Estado de São Paulo* pudemos observar que o fluxo migratório dos Guarani vindos do Paraguai e do norte da Argentina se mantém; muitas famílias Guarani ainda estão vindo até este estado. A mobilidade dos Guarani no Estado de São Paulo constitui estudo temático do *Observatório das Migrações em São Paulo*, do Núcleo de Estudos de População - NEPO/UNICAMP, cujos primeiros resultados são apresentados em capítulos a seguir.

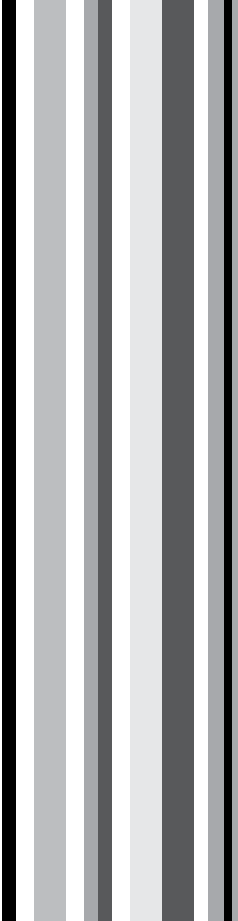
Esta publicação permitiu agregar demais instituições, parceiras na produção da equipe acerca dos processos migratórios e a mobilidade espacial de povos indígenas nas áreas de fronteira, em especial no Mercosul e no Mato Grosso do Sul; são elas: NEPPI/UCDB (Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre as Populações Indígenas da Universidade Católica Dom Bosco) e Fundação Nacional do Índio (FUNAI).

No âmbito do *Observatório das Migrações em São Paulo*, o volume Povos Indígenas revela a necessidade do olhar atento para processos demográficos relativos às diferentes etnias, destacando a mobilidade espacial dos povos indígenas.

Dedicamos este livro a Antonio Brand *in memoriam*. Autor de vários dos estudos aqui apresentados e pela importante contribuição, ao longo de sua vida, para o estudo da história dos Guarani na região fronteira brasileira.

Marta Maria do Amaral Azevedo  
FUNAI-MJ/NEPO-UNICAMP

Rosana Baeninger  
IFCH/NEPO-UNICAMP



## OS GUARANI NOS SEUS PROCESSOS DE MOBILIDADE ESPACIAL E OS DESAFIOS PARA AS POLÍTICAS PÚBLICAS NA REGIÃO FRONTEIRIÇA BRASILEIRA

Marta Maria do Amaral Azevedo  
Antonio Brand  
Rosa Colman

O povo guarani encontra-se atualmente distribuído pela Bolívia, Paraguai, Uruguai, Brasil e Argentina e o seu idioma, em suas diversas variedades, é único e falado por todas as comunidades nesses países, sendo que a população total é de 225 mil pessoas.

O guarani pode ser considerado como “língua histórica” do MERCOSUL, já que os Guarani estão ocupando as matas subtropicais do alto Paraná, do Paraguai e do médio Uruguai há mais de 2000 anos, assim como afirma Melià (1991, p. 14) “los movimientos de migración, originados en la cuenca amazónica, se habrán intensificado, motivados tal vez por um notable aumento demográfico”.

No Brasil, a população guarani é de aproximadamente 52 mil pessoas, subdivididas em três grandes grupos sócio-linguísticos: Ñandeva, Kaiowá e Mbyá; vivem em 265 aldeias espalhadas por mais de 100 municípios brasileiros, localizados em sete estados: Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo e Mato Grosso do Sul. Com relação à distribuição étnica dos Guarani, os Kaiowá estão localizados apenas no estado do Mato Grosso do Sul e na região leste do Paraguai, no departamento de Amambai; os Ñandeva estão localizados tanto no MS quanto nas regiões leste do Paraguai, nas regiões litorâneas dos estados de RS, SC, PR, SP, RJ e ES e em algumas áreas do interior de RS, PR e SC.

Este trabalho apresenta os resultados do projeto “Apoio ao Fortalecimento das Políticas Públicas entre os Guarani na Região Transfronteiriça” desenvolvido em parceria entre o NEPO/UNICAMP (Núcleo de Estudos de População da Universidade Estadual e Campinas), NEPPI/UCDB (Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre as Populações Indígenas da Universidade Católica Dom Bosco), e o Ministério Público Federal com apoio da AECID (Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento), voltado para o levantamento das políticas públicas junto aos Guarani. Incluiu dados sobre população, situação das terras, educação e saúde entre os Guarani no Brasil e uma pesquisa sobre deslocamentos espaciais na terra indígena Te'yi Kue, localizada no município de Caarapó, Mato Grosso do Sul, no Brasil. Esta

pesquisa de campo em Caarapó nos permitiu a construção de uma metodologia participativa de pesquisa com os professores, alunos do ensino médio e lideranças guarani dessa aldeia. Para esta atividade foram realizadas 400 entrevistas e os dados foram sistematizados num banco de dados que deve ser disponibilizado para todas aquelas aldeias guarani que possuem acesso à Internet em suas escolas.

Este estudo apresenta análises mais específicas sobre a situação de terra no Mato Grosso do Sul, estado que faz fronteira com o Paraguai. Elaboramos projeções populacionais, calculamos a relação entre a população e a disponibilidade de terra, embora sem levarmos em conta a qualidade da terra, ou seja, a paisagem, o meio ambiente. Com essas informações passamos a analisar o acesso dos Guarani aos serviços de educação escolar e saúde, e calculamos para o Mato Grosso do Sul alguns indicadores para apreciação das políticas públicas.

### Dinâmica demográfica

Os povos indígenas da América Latina estão apresentando uma dinâmica demográfica que resulta num crescimento acelerado nos últimos 20 anos. Os níveis de mortalidade infantil (TMI – Taxa de mortalidade infantil ou CMI – Coeficiente de Mortalidade Infantil) vêm caindo e as taxas de fecundidade total - o número médio de filhos por mulher se mantém altas – em torno de 5 ou 6 filhos por mulher em média.

Este crescimento pode ser considerado como uma fase de recuperação populacional provocada pela reação às grandes perdas que esses povos sofreram nas diferentes épocas do contato nos séculos passados. Apesar dessa situação ser a mais frequente, existem ainda casos em que povos indígenas tem uma população de pequeno porte cuja dinâmica tem se mostrado distinta, apresentando, inclusive situações de perigos de extinção, p. e. os Ava Canoeiro, os Zuruahã e outros.

Os Guarani também têm experimentado um alto crescimento populacional nos últimos anos, como vemos na Tabela 1. Essa tabela apresenta o crescimento da população guarani nos três países nos últimos 25 anos, de 1981 a 2005. Podemos afirmar que este crescimento é devido ao alto crescimento vegetativo.

**TABELA 1. Estimativas de população Guarani nos três países**

	1981/1985	1996/2000	2001/2005
Brasil	20.000	38.000	45.787
Paraguay	17.000	25.000	42.870
Argentina	1.000	3.000	6.000
Total	38.000	66.000	94.657

Fonte: Brasil - Instituto Socioambiental; Argentina - Universidad Nacional de Misiones; Paraguay: Censos Indígenas Nacionales

No Brasil os Guarani mais do que dobraram a população nos últimos 25 anos, como é possível observar na Tabela 2, mas este crescimento não se deve somente a um deslocamento populacional dos Guarani de outros países em direção ao Brasil, pois tanto na Argentina como no Paraguay a população guarani apresenta essa mesma dinâmica: dobrou.

Os Guarani dividem-se em grupos que são denominados, no Brasil, Mbya, Kaiowá e Ñandeva. O grupo que tem a maior população é o Kaiowá, também denominado Paĩ Tavyterã no Paraguay, seguido pelos Ñandeva, também chamados Ava Guarani, e depois pelos Mbyá, que no Brasil são os únicos que não estão presentes no Mato Grosso do Sul. Os Kaiowá encontram-se somente nesse estado e no Paraguay, e os Ñandeva estão presentes nos três países.

**TABELA 2. Aumento da população Guarani no Brasil nos últimos 30 anos\***

Período	População
1981 – 1985	20.000
1996 – 2000	38.000
2001 – 2005	45.787
2007 – 2008	51.000

Fonte: Instituto Socioambiental e FUNASA.  
 \*As estimativas elaboradas nessa tabela foram feitas pelo Instituto Socioambiental para suas publicações “Povos Indígenas no Brasil”, utilizando fontes diversas para estruturar sua base de dados, e não incluem os Guarani residentes em áreas urbanas. As estimativas para 2007/2008 foram feitas com base em dados da Funasa e com base nas informações da pesquisa Projeto Mapa Guarani Retã, em 2008.

A Tabela 3 diz respeito às estimativas populacionais de cada um desses grupos no Brasil, no período recente, entre 2007 e 2008. Ressalte-se que os dados da FUNASA utilizados para esse trabalho trazem uma atribuição de sub-grupo guarani para cada pessoa, porém, essa informação tem alguns problemas nos arquivos recebidos, possivelmente decorrente justamente da dificuldade de sabermos a auto-atribuição étnica de cada família e as sub-divisões que estão em constante mudança, característica tradicional desse grupo. Os dados aqui utilizados foram produzidos pelo Projeto Mapa Guarani Retã, uma parceria entre inúmeras instituições não governamentais e universidades nos três países, Paraguay, Argentina e Brasil (Azevedo, 2008).

**TABELA 3. População total dos diferentes grupos Guarani no Brasil em 2007/2008\***

População	Estrutura etária e projeções
Mbyá	7.000
Ava-Guarani Nandeva	13.000
Pañ Tavyterã Kaiowá	31.000
Total	51.000

Fonte: FUNASA e FUNAI.  
 \*As estimativas dessa tabela foram feitas com base em dados da FUNASA.

Quando pensamos em projeções populacionais é com o objetivo de estimar o tamanho da população nos próximos anos. Como não temos informações históricas sobre a dinâmica demográfica dos Guarani, é muito difícil prever o que deve acontecer com essa população. Porém, podemos elaborar algumas estimativas e criar alguns cenários, a partir dos quais, e, em diálogo constante com as próprias comunidades guarani, é possível planejar melhor as políticas públicas para esses grupos. As estimativas de população futura dos Guarani estão em andamento, o que podemos já adiantar nesse primeiro estudo é que a população nos próximos 20 anos vai com certeza duplicar, ou pelo menos aumentar bastante. A existência de coortes mais jovens em proporção igual a mais da metade da população total nos indica essa situação: 50,19% do total da população guarani no Brasil tem de 0 a 14 anos, ou seja, menos de 15 anos, 41,37% tem de 15 a 49 anos, podemos dizer que são os adultos desse povo; e 8,44% são os idosos, de 50 e + anos. A característica principal desse tipo de estrutura etária numa população são os altos níveis de natalidade e altos níveis de mortalidade. Sabemos ainda que a mortalidade infantil e geral vem caindo, mas a fecundidade ainda se mantém alta.

Podemos afirmar, portanto, que, com essa estrutura etária, e pressupondo que continuidade no decréscimo dos níveis de mortalidade, a população guarani no Brasil terá a evolução abaixo apresentada pela Tabela 4.

TABELA 4. Projeção da população Guarani no Brasil

Período-ano	População
1981-1985	20.000
1996-2000	38.000
2001-2005	45.787
2008	51.000
2011	55.500
2021	70.500
2031	85.500

Fonte: CIMI, FUNASA e equipe NEPPI e NEPO.

Essas projeções foram feitas utilizando-se o método do incremento anual de população. Esse é um método conservador, ou seja, de uma maneira geral, o resultado fica abaixo do que será observado na realidade. Os pressupostos desse método são que a população deve ser 'fechada' o que quer dizer não sofrer impactos positivos ou negativos da migração e as taxas de natalidade e mortalidade devem se manter mais ou menos nos mesmos níveis da população base.

Nas tabelas a seguir (Tabelas 5 e 6) vemos a estrutura etária da população guarani dividida por grandes grupos de idade. Esse cálculo permite pensar numa dinâmica demográfica futura que será a duplicação da população em um período de 15 a 20 anos.

TABELA 5. População total Guarani no Brasil por grandes grupos etários e sexo,

Grupos etários	Homens	%	Mulheres	%	Total	%
0 a 14	13.097	25,45	12.730	24,74	25.827	50,19
15 a 49	10.581	20,56	10.710	20,81	21.291	41,37
50 e +	2.108	4,10	2.237	4,35	4.345	8,44
<b>Total</b>	<b>25.786</b>	<b>50,11</b>	<b>25.677</b>	<b>49,89</b>	<b>51.463</b>	<b>100,00</b>

Fonte:  
Funasa/2008.

TABELA 6. População Guarani residente no Mato Grosso do Sul, por grandes grupos etários e sexo, e proporção da população por esses grupos etários, em 2008

Grupos etários	Homens	%	Mulheres	%	Total	%
0 a 14	10.700	25,51	10.513	25,07	21.213	50,58
15 a 49	8.501	20,27	8.734	20,82	17.235	41,09
50 e +	1.667	3,97	1.827	4,36	3.494	8,33
<b>Total</b>	<b>20.868</b>	<b>49,75</b>	<b>21.074</b>	<b>50,25</b>	<b>41.942</b>	<b>100,00</b>

Fonte:  
Funasa/2008.

## Território, população e políticas públicas

### Território

Para os Kaiowá e Guarani terra/território é **Tekoha**, lugar onde seja possível viver bem (Meliã ET AL, 1976). De forma ideal esse território deve possuir espaço para agricultura, criação de animais, espaço para caça e coleta e que seja preferencialmente próximo de matas e córregos. Além destes aspectos físicos existem os aspectos sócio-culturais-econômicos como a existência de grupos de famílias extensas – **Te'yi** – que se relacionam e que mantêm sua forma própria de organização política e religiosa. Sendo assim, além de uma certa quantidade de terras suficientes para a sua reprodução física e cultural, os Guarani necessitam de uma boa terra, e não qualquer terra (Meliã, 1990). São as terras de ocupação tradicional, onde seus antepassados foram

enterrados, que contêm diferentes significados culturais para as paisagens que são as demandadas pelas diferentes comunidades guarani do Mato Grosso do Sul, Brasil, atualmente.

O povo Guarani possui uma concepção de territorialidade que engloba toda a região leste do Paraguai; nordeste da Argentina; e no Brasil todo o estado do Mato Grosso do Sul (MS) e os estados do sul e sudeste; essa região é denominada pelos Guarani de “Ñande Retã”, que poderia ser traduzido por “Nosso País, ou Território”; é neste espaço que os Guarani vivem e estabelecem as suas comunidades. O “Ñande Retã” possui significados culturais/religiosos em suas diferentes paisagens, por exemplo, no Paraguai situa-se uma localidade com nome de “Mba’e Marangatu”, local da origem da humanidade, onde existe um morro que seria o “Umbigo do Mundo”; e no litoral do Brasil, a Serra do Mar é considerada a “Coluna Vertebral” do universo (Melià ET AL, 1976; Ladeira, 2007).

Levando em consideração essa concepção de território apresentada acima, faremos a seguir algumas análises a respeito da relação entre população, extensão das terras indígenas, extensão das terras efetivamente ocupadas e, no item posterior, considerações sobre as políticas públicas de educação e saúde. A relação entre tamanho da população guarani e área ocupada no Mato Grosso do Sul, com projeções até 2031, tendo como base dados populacionais de 1991 CIMI (Conselho Indigenista Missionário) e 2008 (FUNASA) estão na tabela 7 abaixo. Nesta tabela apresentamos dados das 8 reservas demarcadas pelo SPI (Serviço de Proteção ao Índio, antiga FUNAI) entre 1910 e 1925 onde está concentrada a maior parte da população Kaiowá e Guarani deste estado. Da população total Kaiowá e Guarani do MS em 2008, de 47.229 pessoas, 35.066 estão nas 8 reservas demarcadas no início do século passado, significando 74,25%. Essa população está vivendo em 40,01% do total da área ocupada pelos Guarani no MS, ou seja, a relação entre tamanho da área e tamanho da população é a pior nas reservas mais antigas.

**TABELA 7. População e área ocupada por família nas Reservas Kaiowá e Guarani no MS**

Município	Terras Indígenas	área	População					
			1991	2001	2008	2011	2021	2031
Amambaí	Amambaí	2.429	2.416	5.176	7.106	7.934	10.694	13.451
Dourados	Dourados	3.475	6.300	9.090	11.036	11.888	14.670	17.480
Caarapó	Te'yi Kue/Caarapó	3.594	1.800	3.500	4.682	5.200	6.900	8.600
Amambaí	Limão Verde	668	350	840	1.185	1.330	1.675	1.620
Tacuru	Ramada/Sassoró	1.923	2.692		2.176	2.300	2.700	3.000
Cel.Sapucaia	Takuapiry	1.600	1.400	2.290	2.912	3.180	3.802	4.070
Paranhos	Pirajuy	1.923	604	1.394	1.839	2.184	2.729	2.974
Japorá	Jakarey/Porto Lindo	1.650	1.237	2.877	4.030	4.517	5.670	8.157
<b>TOTAL</b>		<b>17.262</b>	<b>16.799</b>	<b>25.167</b>	<b>35.066</b>	<b>40.436</b>	<b>50.361</b>	<b>58.755</b>
Hectares por famílias (5 pessoas em média)								
Amambaí	Amambaí		5,03	2,35	1,71	1,53	1,14	0,90
Dourados	Dourados		2,80	1,91	1,57	1,45	1,16	1,00
Caarapó	Te'yi Kue/Caarapó		10,07	5,13	3,84	3,45	2,60	2,09
Amambaí	Limão Verde		9,83	3,98	2,82	2,61	1,99	1,81
Tacuru	Ramada/Sassoró		3,59		4,42	4,15	3,56	3,21
Cel.Sapucaia	Takuapiry		6,29	3,49	2,75	2,52	2,10	1,91
Paranhos	Pirajuy		17,65	6,90	4,96	4,40	3,62	3,23
Japorá	Jakarey/Porto Lindo		6,68	2,87	2,05	1,63	1,46	1,34
<b>TOTAL</b>			<b>7,70</b>	<b>3,43</b>	<b>2,46</b>	<b>2,13</b>	<b>1,71</b>	<b>1,47</b>

Obs: Está em *italic* a Reserva de Ramada/Sassoró porque apresenta um pequeno crescimento negativo comparando a população de 1991 com aquela de 2008. Isso se deve provavelmente, a um momento de intensa movimentação para esta reserva no período de 1991 devido a questões políticas. Dessa maneira não é possível fazer as projeções a partir do incremento de população, fizemos então estimativas levando em conta as taxas de natalidade e mortalidade e o perfil etário da população guarani em 2008.



As projeções de população foram feitas relacionando-se tamanho da população e quantidade de terra disponível, supondo que a população seja fechada, ou seja, supondo que não haja emigração ou imigração e supondo também que a extensão das reservas permaneça a mesma. Os dados das projeções populacionais foram calculados através do método já descrito acima, sendo um resultado conservador, podendo ser considerado abaixo do valor mais provável, mantendo-se as atuais condições demográficas dessa população. O cálculo do tamanho da terra por família foi efetuado pressupondo que o tamanho médio de uma família nuclear Guarani é de 5 pessoas; estamos considerando que a população é jovem e que a maior parte das famílias portanto são compostas de jovens casais com filhos pequenos. Não estamos aqui levando em consideração a família extensa ou macro-família nem os grupos domiciliares, ou grupos domésticos (*households*), usamos o conceito de família nuclear apenas para possibilitar a comparação entre disponibilidade de terra para pequenos agricultores e outros povos indígenas.

A relação entre tamanho da terra ocupada e a população residente nessas áreas é a pior de todo estado: 2,46 hectares por família em média em 2008; e projetamos uma piora dessa situação chegando a 1,47 hectares por família em 2031 se nenhuma outra política for implementada. As reservas demarcadas ainda no início do século XX estão superlotadas devido a anos de políticas indigenistas que ‘despejavam’ as famílias residentes em terras ainda não demarcadas e em fazendas, nas reservas já demarcadas, mesmo não sendo do mesmo grupo territorial/familiar, ou seja, do mesmo Tekoha (Brand, 1997).

O objetivo dessa política fundiária foi liberar as terras para a colonização/ desenvolvimento durante esse século. Por causa dessa política de sobreposição dos grupos macro-familiares no mesmo território, e também por causa do tamanho pequeno da terra disponível para o plantio e dificuldades decorrentes para a subsistência, verifica-se um processo de aumento da violência entre essa população nas reservas comparável ao das favelas da cidade do Rio de Janeiro ou outras grandes metrópoles brasileiras.

Essa mesma situação se repetirá nas terras indígenas mais recentemente demarcadas (anos 80), cuja proporção de hectares por família hoje fica em torno de 18,06, mas tendendo a baixar para 9,70 em 2031. A média da situação dessas famílias nessas terras indígenas é aparentemente melhor porque a área de Sete Cerros é maior do que a média das outras áreas, influenciando esse cálculo (Tabela 8).

A Tabela 9 mostra a relação entre terra e população daquelas áreas ainda não demarcadas ou delimitadas e nos acampamentos de beira de estrada/rodovias. Calcula-se que atualmente no MS existem cerca de 10 acampamentos na beira das estradas ou das terras a serem demarcadas. As comunidades vivem nesses acampamentos praticamente sem assistência. A situação dessa população é a mais vulnerável porque se encontram acampados precariamente, não tem casas, na maior parte dos casos não existe escola ou posto de saúde (porque o poder público – municipal, estadual ou federal – não constrói em áreas em litígio) e a FUNASA não faz atendimento preventivo, só emergências. A relação entre hectares e população é em média de 2,9, porém, a população dessas áreas não utiliza a terra para plantar, pois o acesso é precário ou temporário. Portanto, para analisarmos essa relação entre tamanho de território e população é preciso essa ressalva para essas comunidades específicas.

Nesta projeção consideramos a população total dos Kaiowá e Guarani em 1991 e em 2008, assim como o total da área ocupada. A média de hectares por família foi calculada considerando 5 pessoas por família, como já mencionado anteriormente.

**TABELA 8. População e área ocupada por família nas Terras Indígenas demarcadas a partir de 1980 - Kaiowá e Guarani no MS**

TI	Área	Área ocupada	População					
			1991	2001	2008	2011	2021	2031
Guaimbé	717	717	165	355	490	545	680	735
Rancho Jacaré	778	778	400	400	392	392	392	392
Guasuty	959	959	70	260	398	450	588	640
Paraguasu/Takuaraty	2.609	2.609	200	460	637	720	897	980
Pirakua	2.384	2.384	200	410	549	620	759	830
Jaguary	405	405	40	220	342	400	522	580
Panambizinho	1.240	1.240	300	310	322	320	332	330
Panambi	2.037	390	231	581	829	931	1.281	1.631
Cerrito	1.950	1.950	85	445	698	805	1.058	1.165
Jarara	479	479	-	-	452	452	452	452
Campestre	11	11	35	265	430	495	725	955
Sete Cerros	9.003	9.003	60	310	493	560	743	810
Jaguapiré	2.349	2.349	230	600	867	960	1.227	1.320
sub total	24.920	23.273	2.016	4.616	6.899	7.650	11.677	12.851

TI	Área	Área ocupada	hectares por família (5 pessoas em média)					
			1991	2001	2008	2011	2021	2031
Guaimbé	717	717	21,73	10,10	7,32	6,58	5,27	4,88
Rancho Jacaré	778	778	9,72	9,72	9,92	9,92	9,92	9,92
Guasuty	959	959	68,50	18,44	12,05	10,66	8,15	7,49
Paraguasu/Takuaraty	2.609	2.609	65,23	28,36	20,48	18,12	14,54	13,31
Pirakua	2.384	2.384	59,60	29,07	21,71	19,23	15,70	14,36
Jaguary	405	405	50,63	9,20	5,92	5,06	3,88	3,49
Panambizinho	1.240	1.240	20,67	20,00	19,25	19,38	18,67	18,79
Panambi	2.037	390	26,84	10,67	7,48	6,66	4,84	3,80
Cerrito	1.950	1.950	114,71	21,91	13,97	12,11	9,22	8,37
Jarara	479	479	5,30	5,30	5,30	5,30	5,30	5,30
Campestre	11	11	1,57	0,03	0,00	0,00	0,00	0,00
Sete Cerros	9.003	9.003	750,25	145,21	91,31	80,38	60,59	55,57
Jaguapiré	2.349	2.349	51,07	19,58	13,55	12,23	9,57	8,90
sub total	24.920	23.273	61,81	26,99	18,06	16,29	10,67	9,70

Fonte: CIMI, FUNASA, ISA e equipe NEPPI e NEPO.

**TABELA 9. População e área ocupada por família nas Terras Indígenas em estudo e em acampamentos**

Área indígenas	Hectares*	Área ocupada**	População 2008	ha por família
Acampamento Aroeira	-	1	75	0,07
Laranjeira Nanderu	-	1	120	0,04
Acampamento Km 40	-	1	25	0,20
Arroyo Kora	7.175	100	566	0,88
Campestre	11	11	430	0,13
Guyra Roka	11.440	100	115	4,35
Ita Vera'i ou Cerro'i	-	1	150	0,03
Jatayvary ou Lima Campo	8.800	300	261	5,75
Jukeri	-	1	14	0,36
Kokue'i	6.535	100	155	3,23
Kurusu Amba	-	1	100	0,05
Nande Ru Marangatu ou Cerro Marangatu	9.316	100	613	0,82
Pakurity	-	1	20	0,25
Paso Piraju ou Porto Kambira	-	100	89	5,62
Porto Caiuá	-	1	5	1,00
Potrero Guasu	4.975	400	613	3,26
Santiago Kue	-	1	50	0,10
Sombreiro	12.608	800	279	14,34
Sukuriy	535	67	224	1,50
Takuára	9.650	60	271	1,11
Yvy Katu	9.461	482	360	6,69
sub total	80.506	2.629	4.535	2,90

Fonte: Projeto Mapa Guarani Retã e equipe NEPPI e NEPO.  
\*Hectares em estudo ou já demarcados mas que não estão de posse da população.  
\*\*Área efetivamente ocupada pela comunidade, ou num pedaço do território ou na beira da estrada.

**TABELA 10: População, hectares ocupados e por família dos Kaiowá e Guarani no MS – 1991 – 2031 (projeções)**

Ano	1991	2008	2011	2021	2031
População	18.815	47.229	50.695	66.635	82.575
Hectares ocupados	36.619	45.200	45.200	45.200	45.200
Hectares por família	9,73	4,79	4,46	3,39	2,74

Fonte: CIMI, FUNASA e equipe NEPPI e NEPO.

### Saúde

Para avaliarmos a assistência à saúde nos Pólos Base - unidade geográfica de atendimento à saúde que agrega terras indígenas e assentamentos e que possui em suas sedes uma unidade básica, como um posto de saúde mais ou menos - analisaremos a seguir os dados sobre os quais recebemos as informações quantitativas da FUNASA (Fundação Nacional de Saúde, do Ministério da Saúde; órgão responsável pela saúde indígena). Foram elaborados alguns mapas, contendo as informações por pólos base sobre as equipes multidisciplinares para atendimento à saúde indígena (EMSI) sediadas nesses pólos, bem como sobre o número de Agentes Indígenas de Saúde (AIS). Os dados sobre Agentes Indígenas e Saneamento (AISAN) ainda não foram disponibilizados.

Os dados sobre saúde, assim como aqueles referentes à educação, estão ainda incompletos, pois não nos foi possível corrigir ou atualizar como fizemos com as informações referentes à educação escolar. As informações disponibilizadas pela FUNASA foram todas tabuladas por Pólos Base. As sedes dos Pólos Base encontram-se nas terras indígenas e às vezes nas cidades próximas. Para cada uma dessas unidades básicas de saúde foram fornecidas as informações referentes aos AIs e EMSI.

Para se obter uma fotografia mais real da situação da saúde indígena no Brasil, precisaríamos de mais dados, como por exemplo, taxas de mortalidade por causa mortis, morbidades referidas, número de consultas realizadas etc, isto em termos quantitativos. Entendemos que mais do que quantidade de profissionais, seria preciso ainda avaliar a qualidade do atendimento, incluindo a qualidade dos profissionais de saúde, principalmente no que diz respeito às especificidades da saúde indígena. Observa-se uma grande rotatividade dos profissionais em saúde nas nesses pólos base, principalmente devido ao tipo de contrato temporário que esses profissionais possuem; decorre disto, uma falta de conhecimento da população atendida. Os profissionais muitas vezes não conhecem os aspectos culturais (língua, costumes etc) dos Guarani, e, como sabem que não vão permanecer por muito tempo nesse serviço, não têm condições de investir em sua própria formação. Outra falha no sistema é que esses profissionais de saúde que são contratados para fazerem parte das EMSI não são formados para atender essa população específica, como preconizam todos os preceitos legais no Brasil; sendo que essas EMSI é que são responsáveis pela formação em serviço dos AIs, ou dos Agentes Indígenas de Saúde que são Guarani.

Outro critério fundamental para avaliar qualquer atendimento à saúde em qualquer população, preconizado pela Organização Mundial da Saúde (OMS), é a satisfação do usuário; no entanto, não temos como medir isso, pois teríamos que realizar uma etnografia, ou propormos outra metodologia de pesquisa, com a população Guarani atendida para medirmos o grau de satisfação. Outra questão que frequentemente se observa é o choque cultural que ocorre com a medicina dos não índios e a medicina indígena, uma vez que a EMSI não possui uma formação específica, não tem como respeitar, o sistema de saúde Guarani (que dirá

articular os dois sistemas como preconizam as conferências nacionais de saúde indígena). Na Tabela 11 procuramos fazer alguns cálculos de proporção de profissionais de saúde por população, para pensarmos numa avaliação do atendimento.

**TABELA 11. Saúde nas áreas Guarani no MS: equipes de saúde, agentes indígenas de saúde e população, em 2008**

Pólo Base	Terras Indígenas	No AIs*	No. EMSI**	População	% AIs/pop.	% EMSI/pop.
Amambai		34	6	12.046	0,28	0,05
	<b>Amambai</b>		3			
	<i>Jaguary</i>					
	<b>Limão verde</b>		1			
	<i>Guasuty</i>					
	<b>Takuapiry</b>		2			
Antonio João		9	4	2.042	0,44	0,20
	<b>Ñanderu Marangatu</b>		1			
	<i>Campestre</i>					
	<i>Pirakua</i>		2			
	<b>Jatayvary ou Lima</b>					
	<b>Campo</b>	9	1			
	<i>Kokue´i</i>					
Caarapó		16	3	6.394	0,25	0,05
	<b>Te´yi Kue/Caarapó</b>					
	<i>Guyra Roka</i>		2			
	<i>Guaimbé</i>					
	<i>Rancho Jacaré</i>					
	<b>Jarara</b>		1			
	<i>Takuara</i>					
Dourados		36	6	11.126	0,32	0,05
	<b>Dourados/Bororo</b>		2			
	<b>Dourados/Jaguapiru</b>		2			
	<i>Sukuriry</i>		1			
	<i>Mudas de MS</i>					
	<i>Panambizinho</i>					
	<i>Panambi</i>					
	<b>Paso Piraju ou Porto</b>					
	<i>Kambira</i>					
	<i>Pakurity</i>					
	<b>Curral do Arame</b>		1			
	<i>Itaum Picadinha</i>					
	<i>Acampamento</i>					
	<i>Aroeira</i>					
	<b>Alegrete I e II</b>					
<i>Sr Wilson</i>						
Iguatemi		13	3	5.352	0,24	0,06
	<b>Jakarey/Porto Lindo</b>					
	<i>Cerrito</i>		3			
	<i>Sombrerito</i>					
Paranhos		16	1	4.358	0,37	0,02
	<b>Piraju</b>					
	<i>Potrero Guasu</i>					
	<i>Arroyo Kora</i>		1			
	<b>Paraguasu/Takuaraty</b>					
	<i>Sete Cerros</i>					
Tacuru		11	2	3.603	0,31	0,06
	<b>Ramada/Sassoró</b>		1			
	<i>Jaguaripe</i>		1			
<b>TOTAL</b>	<b>7</b>	<b>144</b>	<b>50</b>	<b>44.921</b>	<b>0,32</b>	<b>0,11</b>

Fonte: FUNASA 2009.

\*AIS - Agente Indígena de Saúde. \*\*

EMSI - Equipe multidisciplinar de Saúde Indígena.

Nota: em negrito, as Reservas mais antigas; em itálico, as TIs mais recentemente demarcadas; as demais são os acampamentos.

A Tabela 11 lê-se da seguinte forma: na primeira coluna estão os Pólos Base, unidade geográfica segundo a qual a FUNASA nos enviou as informações. A partir de informações do NEPPI e das lideranças Guarani pudemos colocar na segunda coluna quais as reservas, terras indígenas e acampamentos pertencem a esses pólos base; em negrito estão as reservas mais antigas, em itálico as terras indígenas demarcadas a partir dos anos 80, e os demais correspondem aos assentamentos e acampamentos em áreas que ainda estão em litígio. Procuramos, assim, manter a mesma lógica da análise sobre disponibilidade de terras, classificando as áreas ocupadas pelos Guarani, agregando as informações sobre saúde e, no próximo item deste documento, educação. Temos na terceira coluna o número de Agentes Indígenas de Saúde (AIs) por Pólo Base, na quarta coluna o número de Equipes Multidisciplinares de Saúde Indígena (EMSI) por Pólo Base, na quinta coluna a população total do Pólo Base (estimamos a população dos assentamentos e acampamentos em áreas em litígio), na sexta coluna a proporção de AIs pela população total do Pólo Base e por último a proporção de EMSI pela população do Pólo Base.

No primeiro Pólo Base de Amambai temos 0,28% de AIs e 0,05% de EMSI, ou seja, para cada 100 pessoas residentes no Pólo Base de Amambai tem-se 0,28 Agentes Indígenas de Saúde. Poderíamos pensar de maneira inversa, um Agente Indígena de Saúde precisa atender cerca de 400 pessoas no Pólo Base de Amambai, o que com certeza é muito mais do que o seu Tekoha, ou a sua família extensa ou aldeia, como preconizam as várias conferências nacionais de saúde indígena. Com relação à EMSI a proporção de 0,05 % refere-se a 100 pessoas igualmente; raciocinando de maneira inversa, teremos que uma EMSI no Pólo Base de Amambai é responsável por atender uma população de 2.000 pessoas, ou 400 famílias, o que também é muito se pensarmos que essas equipes são responsáveis por todo o tipo de atendimento de saúde (incluindo vacinações, programas preventivos e formação dos AIs, assim como preenchimento de todos os formulários de informações do SIASI). Nesse Pólo Base de Amambai existem três reservas antigas, Amambai, Limão Verde e Takuapiry, que juntas perfazem quase o total da população do Pólo Base, sendo que tanto Jaguary como Guasuty possuem populações de pequeno porte.

Já no Pólo Base de Antonio João, que não tem reservas antigas, mas somente terras indígenas demarcadas mais recentemente e assentamentos ou acampamentos, a proporção de agentes indígenas de saúde é de 0,44 para cada 100 pessoas, ou, de maneira inversa, cada AIs está responsável pelo atendimento e acompanhamento de cerca de 200 pessoas, ou 40 famílias, o que daria mais ou menos o tamanho de um Tekoha, ou aldeia, que é o recomendado nas diferentes conferências de saúde indígena. Essa proporção de pessoas atendidas por cada AIs no Pólo Base de Antonio João é metade do que a quantidade de pessoas atendidas pelo AIs do Pólo Base de Amambai. Com relação à proporção de EMSI por 100 pessoas, temos 0,20, ou cada EMSI está responsável por atender nesse Pólo Base cerca de 500 pessoas, ou 100 famílias. Essa proporção é muito mais recomendável do que aquela encontrada no Pólo Base de Amambai, onde cada equipe de saúde atende em média a 2.000 pessoas, ou 400 famílias. Nos outros pólos base onde a população das reservas mais antigas predomina, a proporção dos AIs e EMSI é mais ou menos a mesma do Pólo Base de Amambai, o que confirma a hipótese de que a situação dessa população residente nas áreas antigas é mais precária do que a situação daqueles residentes em terras demarcadas mais recentemente, como é o caso da situação de disponibilidade de terras.

## Educação

A seguir faremos alguns comentários sobre a questão da educação escolar entre os Guarani no Mato Grosso do Sul. Os dados foram enviados para a equipe do projeto pelo INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, do Ministério da Educação). Foram solicitadas as tabulações especiais referentes a todas as escolas Guarani no Brasil, mas isso se mostrou inviável; portanto, só faremos análises relativas às escolas Guarani no MS. Uma primeira apreciação sobre esses dados feita por nós mostrou que essas informações são precárias e incompletas, desta maneira optamos por revisá-las e corrigi-las a partir do conhecimento que temos das comunidades do MS e de conversas com professores e alunos Kaiowá e Guarani. O Censo Escolar realizado pelo MEC através do INEP, coleta informações sobre todas as escolas brasileiras, e, no caso das indígenas, existem duas perguntas específicas: uma sobre a língua de instrução da escola, ou em que língua o professor está dando aulas, e outra sobre a utilização de materiais didáticos específicos, o que na maioria dos casos significa materiais em línguas indígenas que não o português. Portanto, se a escola marca que está situada em Terra Indígena (um caso particular de escola rural), e que se declara como escola indígena, existem somente duas questões relativas às especificidades dessas instituições, apesar de toda legislação específica sobre esse tema, considerada uma das mais avançadas na América Latina.

As informações indicam que a maior parte das reservas e terras indígenas demarcadas recentemente possui escolas, o Ensino Fundamental sendo oferecido pelos municípios e o Ensino Médio pelo estado do MS; além disto, as reservas e terras indígenas demarcadas recentemente mais populosas já possuem a Educação Infantil (para crianças de 5 a 6 anos). Porém, na maioria dos casos as escolas vão somente do 1º ao 5º ano, ou seja, a primeira parte do Ensino Fundamental. Considerando a situação geral da educação escolar indígena no Brasil, essa é uma constante, sendo que somente nos últimos 5 anos é que temos observado um aumento grande de matrículas na segunda parte do Ensino Fundamental e Ensino Médio.

**TABELA 12: Escolas e alunos matriculados no Ensino Fundamental e Médio e oferta de Educação Infantil nas Reservas Kaiowá e Guarani**

	Fundamental		Ensino Médio		Escola c/material	
	Infantil	N. Escolas	No.Matric	N. Escolas	No.Matric	Específico
Amambai	1	3	1.725	1	67	0
Dourados	1	6	3.029	0	0	5
Te'yi Kue/Caarapó	1	1	994	1	56	1
Limão Verde	0	3	500	0	0	0
Ramada/Sassoro	1	1	658	0	0	1
Takuapiry	0	1	581	0	0	0
Pirajui	1	1	439	0	0	1
Jakarey/Porto Lindo	1	1	540	0	0	0
<b>TOTAL</b>	<b>6</b>	<b>17</b>	<b>8.466</b>	<b>2</b>	<b>123</b>	<b>8</b>

Fonte: INEP 2009 e equipe NEPPI e NEPO.

**TABELA 13. Escolas e alunos matriculados no Ensino Fundamental e Médio e oferta de Educação Infantil nas Terras Indígenas demarcadas a partir de 1980**

Kaiowá e Guarani Terras Indígenas demarcadas recentemente	Fundamental		Ensino Médio		Escola c/material	
	Infantil	N. Escolas	No.Matric	N. Escolas	No.Matric	Específico
Jaguary	0	1	40	0	0	0
Guasuty	0	1	46	0	0	0
Campestre	1	0	0	0	0	0
Pirakua	1	1	74	0	0	0
Jarara	0	1	105	0	0	0
Guaimbé	1	2	124	0	0	0
Rancho Jacare	1	2	124	0	0	0
Panambi	1	1	155	0	0	1
Panambizinho	1	0	0	0	0	0
Cerrito	0	1	147	0	0	1
Paraguasu	1	1	200	0	0	1
Sete Cerros	1	0	0	0	0	0
Jaguapire	1	1	60	0	0	1
<b>TOTAL</b>	<b>9</b>	<b>32</b>	<b>1.075</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>4</b>

Fonte: INEP  
2009 e equipe  
NEPPI e NEPO.

Apesar de que na maioria das comunidades Kaiowá e Guarani existe escola e a tendência está sendo de aumento do número de crianças matriculadas (até porque a população está crescendo), isso não quer dizer que essas escolas estejam oferecendo o que é de direito dos povos indígenas, seja, um ensino de qualidade específico e diferenciado, que garanta o respeito e o desenvolvimento da língua guarani e suas variantes, e o respeito e valorização dos conhecimentos tradicionais. Estamos assistindo uma transformação muito intensa da língua e extinção dos conhecimentos tradicionais (mitos, histórias, ciências etc) devido à inexistência de políticas linguísticas e falta de conhecimento dos técnicos que trabalham com educação escolar indígena dos governos municipal e estadual. Esses técnicos que ditam as normas e que são os formadores e supervisores dos professores indígenas, acabam por impor um tipo de escola colonizadora, que pressupõe um tipo de formação das crianças e jovens que impõe e valoriza uma expectativa de futuro para essa população, qual seja viver nas cidades e ter um salário.

Em termos de informações sobre as escolas que acompanhem a qualidade dos processos de ensino/aprendizagem seria necessário verificar também, além do uso eventual de material didático específico, se esses materiais cobrem todas as disciplinas ou temas de estudo, se esses materiais são em língua guarani, e se esses materiais estão sendo elaborados para todos os níveis de estudos, ou seja, todos os anos do Ensino Fundamental e Médio. De qualquer maneira a quantidade de escolas que usam eventualmente pelo menos 1 material didático específico ainda é muito baixa: num total de 49 escolas, apenas 12 escolas responderam a pergunta do Censo Escolar do INEP que utilizam material didático específico.

Ressaltamos que na realidade não se sabe como esse material é utilizado, se as escolas utilizam somente esse material para uma determinada disciplina ou ano, porque a pergunta do censo é feita de maneira generalizada. Além disso, é uma das duas únicas perguntas feitas pelo censo para as escolas indígenas que procuram avaliar a qualidade do ensino nas áreas indígenas. E, principalmente, queremos expressar a pouca qualidade e confiabilidade dessas respostas porque os questionários dos censos escolares não são respondidos nas aldeias (reservas ou terras indígenas) pelos professores ou diretores de escola indígenas; esses questionários, na grande maioria das vezes, chegam nas secretarias municipais de educação e



são preenchidos pelos técnicos dessas secretarias (informações próprias da equipe do NEPO e NEPPI). Esses técnicos podem ter uma outra concepção sobre o que é um material didático, por exemplo, um livro elaborado pelos professores kaiowá e guarani a partir de uma pesquisa histórico-geográfica sobre a região onde eles moram, publicado e utilizado pelas escolas em seu cotidiano, pode não ser considerado como material didático, pois não está na lista do MEC.

Outra questão fundamental para avaliarmos as políticas públicas de educação escolar direcionadas aos Kaiowá e Guarani no Mato Grosso do Sul é que a maior parte das escolas das áreas indígenas permanecem como *sala de extensão* de escolas não indígenas. Com muita sorte algumas são salas de extensão de escolas indígenas, como por exemplo, a escola Ñande Jára Pólo de Caarapó. Isso quer dizer que a maioria dos professores kaiowá e guarani estão subordinados a uma outra escola que tem um Projeto Político Pedagógico que não tem nada a ver com a sua realidade. Assim, com estes dados, é impossível saber, por exemplo, o número de alunos matriculados em aldeias indígenas, para realizarmos uma proporção mínima entre dados da população e dados de estudantes indígenas.

Sobre a população Kaiowá e Guarani que se encontra nas terras indígenas em estudo e em acampamentos não se tem nenhum dado sobre educação escolar. Na maior parte das vezes as crianças desses assentamentos estudam em escolas não indígenas, nas cidades, ou em escolas não indígenas rurais.

Por último, lembramos que outra questão que vem impedindo a melhoria da qualidade de ensino nas comunidades e a discussão entre a articulação da formação dos jovens e seus projetos de futuro, é que os professores Kaiowá e Guarani não estão sendo contratados para a segunda parte do Ensino Fundamental e Médio. Nesse caso, do 6º ano até o final do Ensino Médio, os professores são quase todos não indígenas. Ou seja, as aulas não são na língua guarani e não se faz uso de materiais didáticos específicos, e a formação é toda voltada para um projeto de futuro que, salvo exceções, não tem nenhuma relação com as expectativas das comunidades.

### *Mobilidade espacial*

#### CONCEITOS PRÓPRIOS DE DESLOCAMENTOS ESPACIAIS

Já está consolidado na literatura antropológica o conceito Guarani de “Ñande Reta”, ou “Nosso Território”, algo que seria próximo ao conceito de terra indígena que consta na Constituição Brasileira de 1988, local onde é possível um povo se reproduzir física e culturalmente. No caso dos Guarani e dos Kaiowá da região do Mato Grosso do Sul e leste do Paraguai, também chamados de Paĩ Tavyterã, esse território se localiza em toda a região que vai da Serra de Amambaí ao sul, à Serra de Maracaju ao norte, a leste o rio Paraná e a oeste o rio Apa. Isso se pensarmos na ocupação desse sub-grupo guarani no período do final do século XIX e início do XX. Ou seja, pensar propostas de políticas públicas para esse povo Guarani Kaiowá deveria ser levar em consideração, em primeira instância, o que eles concebem como seu território.

Outro conceito importante no que diz respeito ao território dos povos Guarani, é o “Oguatá” ou “Ojeguatá”, que quer dizer genericamente “caminhar”. Esse conceito envolve inúmeros tipos de “Ojeguatá”, sejam caminhadas para atividades produtivas, tipo coletar alguma erva ou produto que existia somente num determinado lugar, dentro do “Ñande Reta”, porém, fora do Tekoha de uma determinada comunidade; ou caminhadas para participar de atividades rituais, como era o Mitã Pepy, a iniciação masculina, ou como é ainda hoje o Avatikyry, ou batismo do



milho verde, realizado por muitos Tekoha em conjunto. “Ojeguata” pode significar ainda uma visita a um parente, que pode durar de uma semana até 1 ou mais anos (Azevedo e Pereira, 2009); ou uma caminhada em busca de trabalho e conhecimento, característica principalmente das caminhadas dos jovens. Enfim, o caminhar, o andar, faz parte do universo cultural desses povos, para inúmeras atividades tradicionais históricas e da atualidade.

Para além desse costume tradicional existem migrações forçadas, ou seja, casos em que comunidades inteiras, tekoha inteiros, foram desalojados forçadamente de suas terras pelas frentes de colonização modernas; casos já bastante relatados na literatura histórico-antropológica (Brand, 1997; Pereira, 2007). E hoje em dia, além das expulsões violentas dos seus territórios tradicionais, existe um tipo de migração pendular forçada, que são os trabalhos assalariados fora das aldeias, em muitos casos uma ida e vinda das usinas no mesmo dia, outras vezes viagens a trabalho que duram 1 ou mais meses. Esse tipo de trabalho fora das comunidades tornou-se praticamente o único meio de sobrevivência desse grupo Guarani, principalmente no MS.

Os trabalhos antropológicos sobre territorialidade Guarani têm indicado que cada Tekoha tem relações sociais (de parentesco, trocas econômicas, realização de festas, etc) com outros Tekoha, em geral próximos em termos geográficos. Podemos pensar numa pequena rede de Tekoha relacionados entre si, de 5 a 10 Tekoha mais ou menos. Esse grupo de Tekoha seria o que está sendo denominado de “Tekoha Guasu”, ou um território maior com grupos sócio-políticos autônomos, porém relacionados entre si. Cada um desses “Tekoha Guasu” por sua vez, é relacionado com outros Tekoha Guasu, formando uma rede de grupos sociais Guarani e Kaiowá que mantêm entre si intensas relações sociais, de parentesco, casamento, festas, rituais e trocas econômicas e alianças políticas.

Essas redes de Tekoha que formam os Tekoha Guasu, e, por sua vez, as redes de Tekoha Guasu, são justamente as aldeias e terras indígenas localizadas no Mato Grosso do Sul, leste e sudeste do Paraguai, norte da Argentina e litoral e interior dos estados do Sul e Sudeste no Brasil. Portanto, podemos ter certeza de que em todo Guarani Retã temos redes de Tekoha Guasu que operam as relações sociais, políticas, econômicas e culturais dos povos Guarani. A mobilidade espacial, o “Oguata”, é a maneira de estabelecer e seguir realizando e refazendo essas relações sócio, econômicas, culturais e políticas, que tornam possível a existência de fato de um ente sociológico maior do que o Tekoha, denominado Povo Guarani.

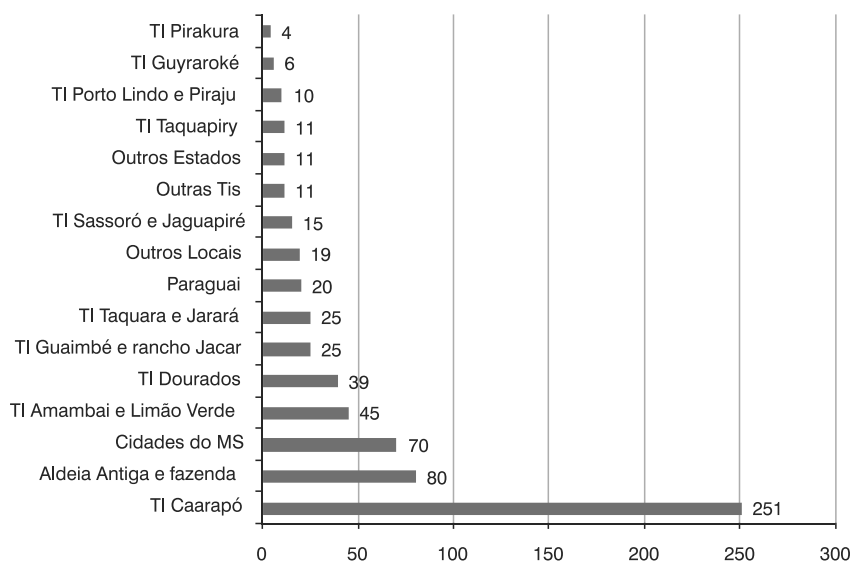
#### ESTUDO DE CASO DE CAARAPÓ

Essa pesquisa foi realizada em Caarapó, terra indígena localizada no município do mesmo nome, na região sul do estado. A pesquisa procurou descrever os deslocamentos dos moradores dos domicílios, em especial focando os adultos, a partir de mais ou menos 20 anos de idade, e uma geração acima.

O Gráfico 1 mostra a quantidade de eventos de deslocamentos dos entrevistados por locais de destino. A própria aldeia/terra indígena de Caarapó aparece com a maior quantidade de deslocamentos, 251, caracterizando que os moradores vão para muitos lugares, mas voltam várias vezes para Caarapó, lugar de origem, já que a maior parte dos entrevistados são nascidos nessa mesma aldeia. Existe um número expressivo de deslocamentos para aldeias antigas, que são as áreas de ocupação tradicional dos Guarani e indicam a situação de expulsão desses grupos destas aldeias, que foram destruídas e transformadas em fazendas. Os deslocamentos para fazendas e cidades têm relação direta com um dos principais motivos de mobilidade espacial que aparece no Gráfico 2 a seguir, que é a saída da aldeia em busca de trabalho. Os demais locais de destino que aparecem com maior frequência indicam que

o Tekoha Guasu que Caarapó faz parte abrange também os Tekoha da Terra Indígena de Dourados e os Tekoha da Terra Indígena de Amambai.

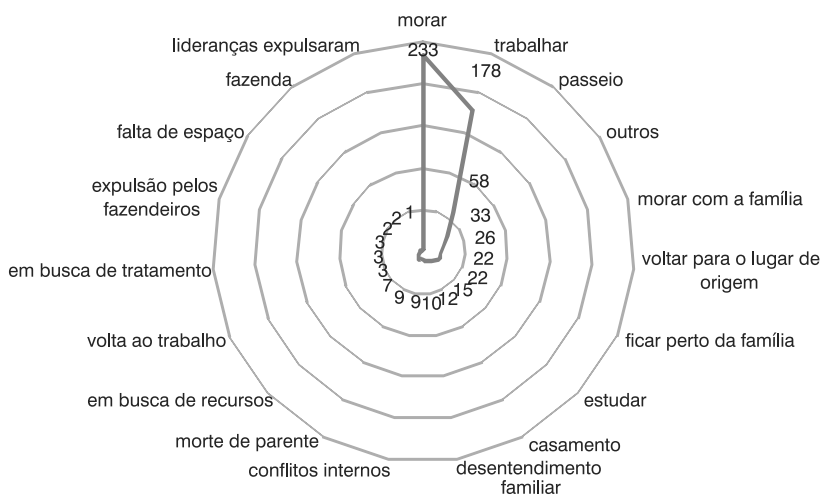
**GRÁFICO 1. Quantidade de deslocamentos dos entrevistados por local de destino**



Fonte: POPMEGK2009.

A partir dos meados do século 20, principalmente dos anos 60 e 70, os Guarani começam a enfrentar o fenômeno de grande concentração populacional nas reservas/terra indígena o que força essa população a uma mudança de estilo de vida: a progressiva substituição da sobrevivência através da caça, roça, pesca e coleta pelo trabalho assalariado fora da aldeia, obrigando esses grupos a deslocarem-se por esse motivo como está bem demonstrado no Gráfico 2.

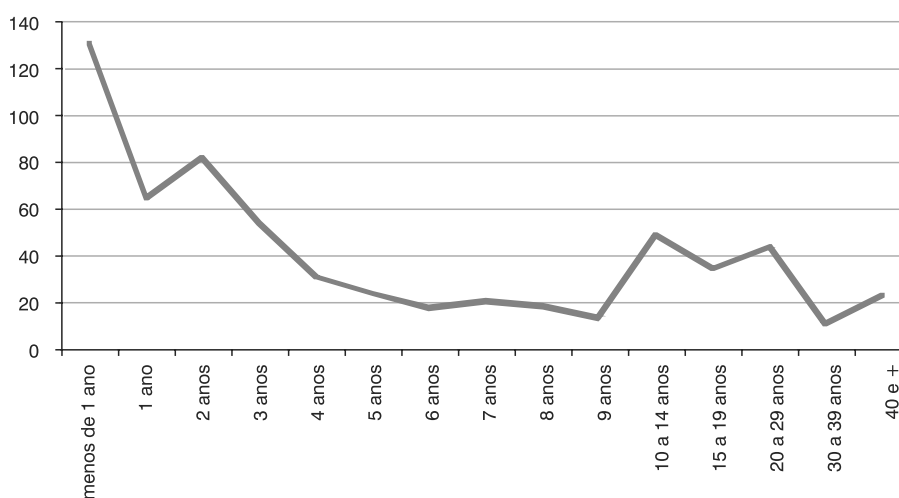
**GRÁFICO 2. Motivo dos dos deslocamentos dos entrevistados**



Fonte: POPMEGK2009.

Com relação ao tempo de permanência nos locais de destino é possível verificar no gráfico a seguir três padrões de temporalidade: um de curto tempo de permanência, que vai desde menos de 1 ano até 2 anos, e compõem a maioria dos deslocamentos - 278 - referidos pelos entrevistados nessa pesquisa de Caarapó. Outro padrão de deslocamento tem maior duração, de 10 anos ou mais, e perfazem o número expressivo de 162 deslocamentos referidos nessa pesquisa; são deslocamentos feitos majoritariamente por motivo de moradia, mudança para outra região enquanto que no padrão anterior o motivo principal dos deslocamentos é o trabalho assalariado. O terceiro padrão de tempo de deslocamentos é de média duração e vai de 3 a 9 anos, que são motivados tanto por trabalho assalariado de maior tempo de duração, quanto por visitas a família, passeios, casamento, etc.

**GRÁFICO 3. Tempo de Permanência dos entrevistados**



Fonte:  
POPMEGK2009.

### Impactos sobre as políticas públicas

Para o Estado brasileiro os tipos de mobilidade espacial que começamos a analisar, conforme os exemplos descritos acima, impactam diretamente na implementação dos direitos dos povos Guarani relativos à documentação, educação escolar, terra e saúde. Na educação, por exemplo, muitos alunos chegam em Caarapó e solicitam o ingresso na escola, porém, não trazem os papéis de transferência, ou não possuem documentação. Os próprios alunos e suas famílias não tem condições, e nem habilidades, para conseguirem superar essas dificuldades. Inversamente, se a família se muda para outro estado, ou vai para, ou vem do Paraguai, essa situação se agrava mais ainda, devido à falta de documentação e por incompatibilidade dos sistemas de ensino nos estados diferentes ou entre os dois países.

As escolas de Mato Grosso do Sul são na sua maioria municipais, e se um aluno muda de um município para outro, esse aluno terá dificuldades de conseguir a transferência escolar. Em alguns casos, correm o risco de perderem o ano escolar.

Na área de saúde são principalmente dois tipos de dificuldades: uma é a situação de pessoas em trânsito que não constam nos cadastros da FUNASA/SIASI e, por isso, muitas vezes não conseguem receber tratamento de saúde, ou por não constarem no cadastro naquele pólo base onde estão residindo no momento, o histórico de saúde não é conhecido pelas equipes de

saúde, o que dificulta enormemente o diagnóstico e tratamento de qualquer enfermidade; outra situação diz respeito às famílias que chegam em Caarapó e demoram para conseguir a documentação pessoal e quando precisam de serviços de saúde não são atendidos, pois os postos de atendimento, pronto socorro e os pólos - base não atendem as crianças que não apresentam o registro de nascimento.

Muitas famílias chegam do Paraguai e não conseguem a documentação necessária para serem atendidas na saúde e muito menos nas escolas; e de maneira inversa, muitas famílias que saem de Caarapó tem dificuldades de terem acesso aos atendimentos na área de saúde, a documentação acaba sendo um dos principais problemas.

A questão da demarcação das terras para os Guarani nos últimos 15 anos pelo menos permanece como um problema e já foi tratado em inúmeros documentos oficiais e não oficiais. A mobilidade espacial voluntária das famílias fica prejudicada, seja pelo clima de violência que permanece, seja pelo enorme preconceito, que cada vez aumenta mais visto a deterioração das relações interétnicas entre os Guarani e os não índios das cidades vizinhas. E as migrações forçadas, os acampamentos de beira de estrada seguem aumentando em número e em violência. Tudo isso caracteriza uma situação de desrespeito aos direitos humanos e aos direitos específicos dos povos indígenas.

## Referências

AZEVEDO, M.; BRAND, A.; HECK, E. ; PEREIRA, L. ; MELIÀ, B. Guarani Retã. Povos Guarani na Fronteira, Argentina, Paraguai, Brasil. Centro de Trabalho Indigenista, Brasil, 2008.

AZEVEDO, Marta Maria. Censos demográficos e o “os índios”: dificuldades para reconhecer e contar. In: Ricardo, C. A. (org.) Povos Indígenas no Brasil 1996/2000. São Paulo, Instituto Socioambiental, p.79-83, 2000.

\_\_\_\_\_. “Urbanização e migração para a cidade de São Gabriel da Cachoeira” - trabalho apresentado no XV Encontro Nacional de Políticas Populacionais da ABEP, Caxambu, 2006.

AZEVEDO, Marta Maria; PEREIRA, Claudeni Fabiana Alves. Relatório de Pesquisa do projeto: “Tekoha Guarani no estado de São Paulo: história e dinâmica populacional”. Mimeo, Campinas, 2009.

BRAND, Antonio Jacó. O impacto da perda da terra sobre a tradição Kaiowá/Guarani: os difíceis caminhos da palavra. Porto Alegre, 1997. Tese PUC/RS.

BRAND, A. J., SOUSA, N. M., FERREIRA, E. M. L., COLMAN, Rosa S., ALMEIDA, F. A. A. A história das fronteiras guarani na província de MT (1749-1910) In: Dilemas & Diálogos Platinos - Fronteiras ed. Dourados: UFGD, 2010, v.2, p. 107-

BRAND, A. J., COLMAN, Rosa S., FERREIRA, E. M. L. A ocupação do território guarani na região transfronteiriça Brasil e Paraguay – “a entrada de nossos contrários” In: III Reunión de Antropologia del Mercosur, 2009, Buenos Aires. RAM 2009 VIII Reunión de Antropologia del Mercosur, 2009.

BERTHO, Angela. Ayvu Rapyta, Cosmologia, mundo e modo de ser Guarani, Contexto e textos míticos, II Simpósio Roa Bastos de Literatura: Papel, corpo e imagem. (s/d)

CLASTRES, Helene. Terra sem mal: o profetismo Tupi-Guarani. São Paulo, Brasiliense, 1978. 123p.

CLASTRES, Pierre. A sociedade contra o Estado. Tradução de Theo Santiago. São Paulo: Cosac Naify, 2003 [1974]. 280p.

COLMAN, Rosa Sebastiana. Território e sustentabilidade: os Guarani e os Kaiowá de Yvy Katu. Dissertação (mestrado) – Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, Mestrado em desenvolvimento local, 2007.

- LADEIRA, Maria Inês. "O caminhar sob a Luz"- O território Mbyá à beira do oceano. São Paulo: Editora Unesp, 2007. 200p.
- LEHNER, Beate. Territorialidad Guarani, MS. Asunción. Disponível em:<<http://www.guarani.roguata.com>>, 2002.
- MADEIRA, Sofia Pereira. Perfil demográfico e estimativas de paridade dos guarani nas regiões sul e sudeste do Brasil. Departamento de Demografia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade estadual de Campinas, Campinas, 2010. Dissertação de Mestrado.
- MELIÀ, Bartomeu. El Guarani: Experiência Religiosa. Asunción - Paraguay, CEADUC – CEPAG, 1991.
- MELIÀ, Bartomeu, GRÜNBERG, Georg, GRÜNBERG, Friedl. Los **Paĩ-Tavyterã**- Etnografia Guarani del Paraguay contemporáneo. Asunción: Centro de Estudios Antropologicos, Universidad Catolica "N.S. de la Asunción", 1976.
- MELIÀ, Bartomeu. A terra sem mal dos Guarani. Economia e Profecia. In: Revista de Antropologia, v. 33. São Paulo. 1990. p 33-46.
- MONTEIRO, John M. Os Guarani e a história do Brasil meridional séculos XVI-XVII. In: História dos Índios no Brasil. Manuela Carneiro (org). São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- MONTEIRO, John Manuel."Os Guarani e a história do Brasil Meridional – séculos XVIII-XVII". In: CINHA, Manuela Carneiro da (Org.). História dos Índios no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras: FAPESP: SMC, 1992, p.475-498.
- NIMUENDAJÚ, Kurt Unkel. Mapa Etno-Histórico. Brasília: IBGE, 1981.
- PEREIRA, Levi Marques – Mobilidade e Processos de Territorialização entre os kaiowá Atuais. Revista eletrônica - Revista História em Reflexão: Vol. 1 n. 1 – UFGD - Dourados Jan/Jun 2007.
- PISSOLATO, Elizabeth de Paula. A duração da pessoa: mobilidade, parentesco e xamanismo Mbya (Guarani). São Paulo: Editora da UNESP, 2007. 446p.
- PRESSAT, R. La Practica de La Demografia. Treinta problemas. Trad. Jorge Ferreiro Santana. México, 1986.
- SCHADEN, Egon. Aspectos Fundamentais da Cultura Guarani. São Paulo, Edusp, 1974.
- REHNFELDT Marilin; KRETSCHMER, Regina. Condiciones de vida em Paraguay.
- Tierra e Migracion Indígena. Fernando de La Mora, Paraguay,DGEEC, 2005
- SÁEZ, Óscar Calavia. La persitencia Guarani. Revista de Indias, Madrid, vol. LXIV, núm. 230, 2004
- SERVIN, Jorge. Pueblos Indígenas y Racismo, en un Estado Multiétnico: el caso Paraguaio, Revista: Población y Desarrollo, Año XII, Edición N° 21, San Lorenzo, Diciembre de 2001.



## LOS GUARANI EN EL MERCOSUR: TERRITÓRIO, IDENTIDAD Y FRONTERAS NACIONALES

Antonio Brand  
Valéria A.M.O. Calderoni  
Rosa Colman

Los Guaraní, sus diversos subgrupos, en el tiempo de la llegada de los colonizadores españoles, en el siglo XVI, ocupaban una amplia extensión de tierras, que iba desde el litoral de Santa Catarina, a lo largo del Río Paraguay, Paraná, Apa y Miranda, llegando hasta el Chaco boliviano. Pueblos de cultura amazónica, que combinaban agricultura, caza y recolección, conocidos como guerreros y conquistadores, tiene su historia, a partir del siglo XVI, confundida con la historia de la colonización de sus territorios. El Tratado de Madrid, de 1750, celebrado entre las coronas de España y Portugal y que define, básicamente, las fronteras actuales, no trae inmediatas consecuencias para los Guaraní localizados en Paraguay, Brasil y Argentina<sup>1</sup>. Sin embargo, a partir de ese año, los Guaraní pasan a confrontarse, de forma cada vez más directa, con las fronteras de los Estados Nacionales, alterando y desfigurando el territorio indígena. Como resultado de distintos procesos, en 1810, se verifica la independencia del Paraguay y, en 1822, tiene lugar la independencia de Brasil. Los Caaguá, o Caayguá o, también, Cainguá, o Guaraní, ciertamente, no se enteraron de esos acontecimientos, aunque su relación con los frentes de ocupación, en especial con los criollos<sup>2</sup>, pasa a modificarse profundamente.

Melià, G. Grünberg y F. Grünberg (2008), refiriéndose a los Itatin, reconocen que en los siglos XVI y XVII, éstos eran vistos por los recién llegados como un pueblo al cual querían conquistar o reducir, o como enemigos temidos o aliados importantes. Con la creación de los Estados Nacionales, esos Caaguá - pueblos de la mata - poco a poco pasan a ser considerados como grupos marginales o periféricos, que les interesaban a los frentes de expansión, inicialmente, como mano de obra (en la cosecha de la yerba-mate y después

<sup>1</sup> Limitaremos el presente trabajo a los Guaraní localizados a lo largo de las fronteras de Brasil y Paraguay, excluyendo, por tanto, los que se localizan en otras regiones.

<sup>2</sup> Criollo es un término español para designar la élite política pos independencia en América. Son los descendientes de españoles nacidos en América.

para cortar los árboles de los bosques). En un segundo momento, pasan a ser percibidos más como un estorbo en la ocupación de sus espacios por parte de frentes no indígenas.

Observando el largo proceso que sigue a la implantación de los Estados Nacionales, se percibe que los tiempos, las formas y los impactos sobre los Guaraní de la ocupación del territorio indígena y de la explotación de su mano de obra se muestran crecientemente diferenciadas en cada estado nacional, en el transcurso del siglo XX, adquiriendo, sin embargo, características más próximas y comunes al final de ese siglo e inicio del siglo XXI, como consecuencia de la presencia, en ambos lados de la frontera de Brasil y de Paraguay, de un nuevo frente de ocupación, caracterizado por el agronegocio, imponiendo una determinada y única forma de relación con la tierra, con los recursos naturales y con los que están al margen de esa actividad, indios y labradores, considerados superfluos (FORRESTER, 1997).

Percibidos como pueblos de la mata, los Guaraní, en Brasil, consiguen mantener relativa autonomía hasta la década de 1950 y en la región oriental de Paraguay, según Nickson (2005), los recursos naturales en territorio indígena permanecieron, también, en gran parte inexplorados hasta mediados de la década de 1960. Según Melià (1990), hasta fines de 1971, la situación de los Guaraní en ese país era prácticamente desconocida. En el presente trabajo se presentarán, inicialmente, algunas informaciones sobre los así denominados, por los colonizadores, como Caagua - pueblos de la mata - y, a continuación, aspectos relativos al proceso de ocupación del territorio indígena a lo largo de la frontera, en especial en el lado de Paraguay y de Brasil.

## Los Caagua

Las informaciones sobre los Caaguá, en este período, vienen, especialmente, de viajeros que entran en contacto con ese pueblo. Según el suizo, Johan Rudolph Rengger, en 1821<sup>3</sup>.

El pequeño número de Guaraní que pudieron conservar todavía su libertad, se retiraron, sin inquietar desde entonces a los españoles, a los montes impenetrables de la parte oriental y septentrional de la nueva provincia (RENGGER, *apud* MELIÀ, G. GRÜNBERG, F. GRÜNBERG, 2008, p. 44).

Rengger distingue los diversos subgrupos Guaraní con nombres según el lugar donde habitan: “Así, los que viven en la sierra de San Jorge, hacia Cerro Pytã, se llaman Caayguás, los que se encuentran al norte de Curuguaty, en la cordillera de Maracayu, son los Caremas, y los que recorren los montes al este de Yhu y de San Joaquin llevan el nombre de Tarumas” (*apud* MELIÀ, G. GRÜNBERG, F. GRÜNBERG, 2008, p.44).

Para Melià y otros, esa distinción hecha por Rengger corresponde bastante a las parcialidades hoy conocidas, Paĩ<sup>4</sup>, Chiripá<sup>5</sup> y Mbyá (2008). Ambrosetti (1895), en sus investigaciones en el Alto Paraná, al mismo tiempo que distingue dos grandes subgrupos entre los Caingua, “los Aputiré, Baticolas o Baaberá y los Chiripá”, informa que “viven en el interior de los bosques [...], en grupos dispersos, o familias aisladas [...]” (1985, p. 662). En diciembre de 1821, Rengger llega, finalmente, a los Caayguá. En la casa del cacique es recibido por un discurso que el viajante reproduce así:

Vi venir hacia nosotros a un indio, que el guía me dijo que era el cacique, o pai (sacerdote). No llevaba otro vestido a no ser una tela de algodón a la cintura, que cubría sus partes

<sup>3</sup> Ver *Reise nach Paraguay in den Jahren 1818 bis 1826 in Los Paĩ-Tavyterã*, 2008.

<sup>4</sup> Paĩ-Tavyterã, denominación en Paraguay, y Kaiowá, en Brasil. En el texto utilizaremos la expresión Paĩ/Kaiowá para referirnos a los integrantes de ese subgrupo.

<sup>5</sup> Que son los únicos que, en Brasil, se identifican como guaraní.

sexuales. En vez de armas llevaba en su mano derecha una pequeña cruz, pintada de rojo con urucú. Cuando se me hubo acercado a distancia de dos a tres pasos, me presentó la cruz y me dijo algunas palabras que, según la traducción de mi intérprete, significaban: ¿Eres de paz, capitán? Acompañé mi respuesta afirmativa con un regalo que le hice, de un collar con cuentas de vidrio. Poca atención prestó a esta especie de generosidad y se puso en marcha con nosotros, dirigiéndome un largo discurso, aunque sin mirarme, sino de reojo de vez en cuando. Algunas veces se paraba, sin duda para dejar al intérprete el tiempo de traducirme sus palabras, cuyo sentido se puede resumir como sigue: Vosotros sois los blancos (carai); dios (tupā) os ha dado todo el poder, todas las riquezas de la tierra, hasta el país que nos pertenece a nosotros; tenéis lindas casas, ganados de los que os alimentáis y esclavos que os sirven. Nosotros, en cambio, los Avá (indios) somos pobres, sin vestidos, sin casas, obligados a recorrer el monte para no morir de hambre, y reducidos a vivir ahí, mientras vosotros ocupáis el hermoso país que era nuestro. Es por tanto del todo natural que tú repartas entre nosotros tus riquezas y que nos hagas regalos, con el fin de reparar tan gran injusticia; pues nosotros bien valemos lo que vosotros (RENGGER, *apud* MELIÀ, G. GRÜNBERG, F. GRÜNBERG, 2008, p. 45).

Se trata de un discurso que, al mismo tiempo que “oculta” su modo propio de ser, atribuyendo su estilo de vida a la presencia del invasor, afirma con impresionante claridad su derecho primero a aquella tierra (“el país que nos pertenece a nosotros...”) y su valor como persona (“nosotros bien valemos lo que vosotros”).

Sobre este período, 1934-35, el Padre Franz Muller (1989)<sup>6</sup> publica trabajos en los que, también, caracteriza cada uno de los subgrupos. Los Pãn (Paĩ/Kaiowá), localizados al norte del río Jejui, ya serían Guaraní menos puros que los Mbyá, (para él los más aculturados son los Chiripá). El autor relaciona los Paĩ a los Guarayu de Bolivia.

Para Muller, la mejor forma de distinguir cada uno de los tres subgrupos sería el análisis de los cestos que producen: adjacá, de los Mbyá, adjo, de los Chiripá y Pynacu, de los Paĩ/Kaiowá. Muller (1989, p. 25) describe la ceremonia del bautizo “mongarai” de los niños, destacando que ya en aquella época recibían un nombre tribal y un nombre cristiano, de “uso externo”, como sucede hoy en día. Nimuendaju (1914/1987, p. 27) constata la misma práctica entre los Apapocuva.

Destaca Muller (1989, p. 33) que el pa’i Kaiowá o Paĩ (sacerdote o curandero) es “el médico, guía, maestro y conductor de las actividades religiosas” y “no aprendió de nadie. El recibió su sabiduría y poder directamente del ñande djára y recibe, diariamente, según los casos, indicaciones directas”.

Schaden (1974, p. 2) concluye en sus investigaciones, realizadas de 1946 a 1951, entre los tres subgrupos guaraní en Brasil, que, “a pesar de las ligeras variaciones entre las numerosas aldeas, la división en tres subgrupos se justifica por las diferencias, sobre todo lingüísticas, pero también, por peculiaridades en la cultura material y no material”.

## La ocupación del territorio guaraní a lo largo de la frontera en Paraguay

En 1848, Carlos Antonio López, presidente del Paraguay, después de la muerte del Dr. Francia, decidió disolver los 21 pueblos (antiguos “pueblos de indios”), que aún quedaban del período colonial, transfiriendo para el Estado la propiedad de los bienes de esos pueblos: cortijos, casas y haciendas con el ganado. A los indios les dejó algunas reses y les prestó herramientas. Los indios se quedaron con pequeños pedazos de tierra en alquiler, exentos

<sup>6</sup> Franz Muller, 1989, verbita, publica varios trabajos de etnografía guaraní, teniendo como referencia histórica el período de 1934-35.



de diezmo por tres años. Por lo demás, tenían las mismas obligaciones que los demás paraguayos (LINHARES, 1969).

Destaca Linhares que la preocupación del gobierno era apoderarse del ganado de los indios. Es la definitiva descomunalización (SUSNIK, 1965). Fue la ruina final de lo que aún quedaba de las antiguas reducciones. Y, según Vásquez (1981, p. 100), significó incorporar una gran masa de la población a la categoría de gente sin tierra, “precisamente al sector de la población que más dificultades tuvo para llegar a ser dueña: El nativo”. Pero esto poco les afecta a los indios Caaguá-Monteses, localizados “en los montes impenetrables” (SUSNIK, 1965), prácticamente hasta el siglo XX. En 1864, inicia la Guerra del Paraguay, que tendrá como escenario parte importante del territorio Paĩ.

La venta masiva de tierras públicas es implementada por el Estado paraguayo como solución para la caótica situación financiera del tesoro. Vásquez (1981, p. 101) aclara que las condiciones establecidas por las leyes de 1883-1885 para la venta de estas tierras públicas (hasta la extensión de una legua y pagado al contado) privilegiaron claramente el capital extranjero. “Fue así como se transfirieron grandes extensiones de tierras y yerbales sin consideración alguna hacia los indígenas, sus ocupantes milenarios, verdaderos dueños de la tierra” afirma la autora. Gran parte del territorio guaraní<sup>7</sup> fue a parar en manos de extranjeros (NICKSON, 2005).

Según Vásquez (1981), las poblaciones nativas se constituyeron en los mayores centros de reclutamiento de mano de obra para las madereras y empresas de yerba-mate extranjeras, que, al contrario de Brasil, se transformaron en propietarias de grandes extensiones de tierra. En 1886, fue fundada La Industrial Paraguaya S.A., empresa anglo-argentina (NICKSON, 2005) que se adueña de 2.647,727 hectáreas, o sea, 13,4% de la superficie de toda la región Oriental (LAINO, 1976, p. 157), incluyendo parte de la región de Amambai. Según Nickson (2005), en el ya citado documento sobre la colonización brasileña en la región oriental de Paraguay, La Industria Paraguaya se convirtió en el mayor empleador de Paraguay, con hasta 5.000 personas trabajando en la extracción de la yerba<sup>8</sup>. La empresa imponía condiciones de trabajo extremadamente duras a los recolectores de hierba. Un decreto del 1 de enero de 1871, del gobierno del Paraguay, explicita el problema de los peones que querían “huir” del trabajo en los yerbales, pues establece una serie de disposiciones para cohibir tales “abandonos” de trabajo, incluyendo la prisión sumaria (LAINO, 1976, p. 31)<sup>9</sup>.

Otras empresas de explotación de yerba y madera se instalaron en el territorio de los Guaraní<sup>10</sup>. Según el informe “La Traición de Papa Rei” (1986, p. 2)<sup>11</sup>, hasta 1950, el territorio guaraní estaba ocupado por inmensos latifundios ociosos y por tierras fiscales, permaneciendo los Guaraní y sus diversos subgrupos viviendo en esos espacios. Pues, como explican Melià, G. Grünberg, F. Grünberg (2008), esas empresas, por no tener un proyecto civilizador o colonizador - solamente de explotación de los recursos naturales - no forzaron el desalojamiento territorial de los Guaraní<sup>12</sup>. Los Guaraní seguían con la posesión de las tierras y, también,

<sup>7</sup> Utilizaremos la denominación guaraní cuando se trate del territorio y de aspectos comunes a los Nandeva/Chiripá, que se autodenominan guaraní, y los Paĩ/Kaiowá.

<sup>8</sup> Cabañas (2002, p. 322) cita, también, la empresa Carlos Casado S.A. con más de 2.500.000 hectáreas, en la Región Occidental de Paraguay.

<sup>9</sup> Con referencia al duro trabajo en los yerbales, denuncias idénticas se verifican, en Brasil, contra la Cia. Matte Larangeira. Ver Donato (1959) y Arruda (1986 y 1989).

<sup>10</sup> El francés Domingo Barthe adquirió en el Alto Paraná 1.875.000 ha de mata, llegando a emplear hasta 3.000 yerbateros (NICKSON, 2005). La Cia. Mate Larangeira adquirió, en 1902, 800.000 ha de tierra en Salto de Guayrá.

<sup>11</sup> Relatorio “La Traición de Papa Rei” – situación actual de La tenencia de La tierra entre los Paĩ-Tavyterá, Asunción, de la Asociación Indigenista del Paraguay y Misión Amistad, septiembre de 1986.

<sup>12</sup> Lo mismo se verifica en Brasil, en el ámbito de la Cia Matte Larangeira, que, al proteger el área arrendada contra la presencia de terceros, que pudiesen competir en la explotación de los yerbales e implantar proyectos de colonización, acaba protegiendo, también, el territorio indígena de la presencia de esos otros ocupantes no-indígenas, en el período de 1882 a 1943.

con sus prácticas agrícolas de auto-subsistencia (Informe La Traición de Papa Rei, 1986, p. 4 y LEHNER, 1989, p.100). Pudieron, en ese período, mantener sus relaciones económicas, basadas en la cooperación y en la reciprocidad, teniendo como fundamento las relaciones de parentesco. La producción continuó, básicamente, limitada a atender las obligaciones familiares.

En este largo período, los Guaraní trabajaron en la changa<sup>13</sup>, siendo ésta la forma de conseguir algunos objetos de interés, especialmente herramientas y ropa (MELIÀ, G. GRÜNBERG, F. GRÜNBERG, 2008, p. 50). Entraban en contacto con yerbateros y criollos, a servicio de las grandes empresas, sin embargo, según esos autores (idem, 182), “es más bien el peón yerbatero y el pequeño colono quien se sentirá tentado en ocasiones a seguir las pautas psicosociales del Guaraní” (Idem, p. 51). El italiano Miraglia (apud, MELIÀ, G. GRÜNBERG, F. GRÜNBERG, 2008, p. 51) afirma que:

Algunos (de los Guaraní) trabajan en empresas forestales sólo el tiempo necesario para obtener un hacha, una vieja escopeta, una olla de hierro o un trozo de tela. En retribución de su trabajo exigen objetos y mercancías, pero raramente dinero, pues no conociendo su valor, sino de modo sumario, han sido engañados con frecuencia.

Una ley del 7 de septiembre de 1909 autoriza el Poder Ejecutivo a tomar las medidas necesarias para la conversión de los indios al cristianismo y a la civilización. Por esto es autorizado a disponer de tierras públicas, que no superen la extensión de 7.500 hectáreas, para reservas indígenas. Sin embargo, para incentivar las misiones religiosas a comprometerse con esa tarea, el Poder Ejecutivo podría dar como propiedad a las misiones una cuarta parte de estas tierras. Esto explica la fuerte presencia de misiones religiosas junto a varias comunidades indígenas. Era, también, la única forma de que las comunidades pudieran obtener tierras, hasta 1963, cuando aparece la Ley n° 854 - Estatuto Agrario (Informe Población y tierras indígenas en la región oriental de la República del Paraguay. 1977, p. 77-78)<sup>14</sup>.

El territorio guaraní seguía en aquella época relativamente aislado. El intercambio con Asunción se realizaba a través de barcazas por el río Paraguay, vía Concepción (Informe La Traición de Papa Rei, 1986, p. 2). No se implantan programas de colonización y la explotación económica se restringe a la yerba-mate y maderas, en menor escala.

Sin embargo, la violencia en la relación de los frentes de expansión criollos con los pueblos indígenas, en Paraguay, en la primera mitad del siglo XX, emerge claramente en las varias resoluciones oficiales de este período. Entre ellas destaca la Resolución n°. 391, firmada por el entonces ministro del interior, Edgar L. Insfrán y con fecha del 13 de junio de 1957:

El Ministro del interior decide: Art. 1° Impartir instrucciones precisas y determinantes a las Comisarias y Juzgados de paz de los pueblos de San Joaquin, yhu, Curuguaty, Ygatimi Lima, Caaguazu, San Juan Nepomuceno, Tabai, Buena Vista, Coronel Eugênio Garay, Estación Fassardi, Abaí Hernandarias, ñumi..etc.; para que, bajo ningún pretexto, sean muertos, atropellados y secuestrados los guayaquíes de cualquier sexo o edad. Los que así procedan serán castigados con todo el rigor de la ley.

<sup>13</sup> Se entiende por “changa” el trabajo temporal que los Guaraní prestan fuera de sus reservas, a través de contratos escritos o no, con los hacendados de la región.

<sup>14</sup> El Estatuto Agrario de 1940, Decreto-Ley n° 120, introduce una variante: “La superficie de las tierras será en hectáreas igual a tres veces el número de indígenas existentes en el país, contrariamente a lo dispuesto por la ley anterior, y encomienda la formación de reducciones en concesión durante 5 años a personas o sociedades, y era obligación de éstas costear una escuela práctica de agricultura. (Instituto Paraguayo del Indígena, Ley 904/81- Estatuto de las Comunidades Indígenas, Asunción/Paraguay, 1982, p. 23)

Art. 2º [...] crear registros de todos los menores guayaquíes secuestrados que se encuentran en poder de familias de esa zona, incluso las ciudades de Villarrica y Encarnación, debiendo centralizarse dichos registros en el Ministerio del Interior [...]

Queda claro que esa resolución se refiere al tratamiento dispensado a los indios Guayaquí. Sin embargo, la carta del inspector general del Delegado de Gobierno, Leandro González, del 27 de septiembre de 1957, extiende las instrucciones de la Resolución nº. 391 a todos los indios de la República, dejando claro que el tratamiento dispensado a los Guayaquí no era un caso aislado (*idem*, s/n).

En el mismo año de 1957, la Corte Suprema de Justicia del Paraguay, a través de la Circular nº. 1, del 3 de septiembre, también se expresa en defensa de los derechos de los “indígenas que habitan la Región Oriental del País”, donde se localizan los Guaraní<sup>15</sup>. Las dos medidas, una procedente del Poder Ejecutivo y la otra del Poder judicial, reflejan una situación de mucha violencia y prejuicio verificada en los frentes de expansión sobre el territorio indígena. Es importante observar las fechas de esos documentos<sup>16</sup>.

Por tanto, si es verdad que gran parte de los Guaraní, en Paraguay, aún conseguía mantenerse alejada de los frentes de expansión, en su hábitat, otros, en la década de 50, ya están sumergidos en una relación de extrema explotación y dominación. Los documentos explicitan que, para los frentes de ocupación de la región, al final de la década de 1950, el indio sigue sin ser considerado gente.

En la segunda mitad del siglo XX, también son ilustrativos de la relación criolla con la población guaraní, los innumerables oficios y protestas firmadas por León Cadogan, profundo conocedor de la situación guaraní, y, en parte, responsable de medidas legales favorables a los indios<sup>17</sup>. El 5 de noviembre de 1957, en carta escrita desde Villarrica, al señor Luis Albospino, de la Asociación Indigenista Paraguaya, denuncia la violación de una menor indígena por parte de la policía local e insiste en la necesidad de medios para vigilar el cumplimiento de la Resolución nº. 1, de la Corte Suprema (Colección de Documentos inéditos y de escasa circulación para el estudio de la fricción inter-étnica en el Paraguay, s/p).

La creciente ocupación del territorio Paĩ/Kaiowá por parte de nuevos frentes de penetración lleva al gobierno paraguayo a buscar liberar las tierras mediante la concentración de los indios en colonias. Por esto, busca “[...] nuclear en colonias organizadas a los indígenas dispersos por las regiones Oriental y Occidental de la República, con el fin de evitar su extinción y adaptarlos a la vida sedentaria [...]”, el presidente de la República de Paraguay crea, a través del Dec. nº. 1341, del 8 de noviembre de 1958, el Departamento de Asuntos Indígenas (DAI), relacionado al Ministerio de la Defensa Nacional, destinado a centralizar la actividad indigenista en el país (*idem*, s/p).

A través de la Resolución nº. 224, del 10 de Junio de 1954, el Instituto de Reforma Agraria (IRA) concede una área de 13.600 hectáreas para la Colonia de Yvypyte, Capitán Bado, Amambai, destinada a los Pa Paĩ/Kaiowá. Esta región, que es para los Paĩ/Kaiowá el centro

<sup>15</sup> “En conocimiento de que se han producido algunos casos en que indígenas o descendientes de indígenas que habitan la Región Oriental del país no hallaron protección o asistencia de las autoridades cuando tuvieron necesidad de ellas, la Corte Suprema de Justicia se dirige a Ud. (Juez de Paz) con el objeto de significarle y recordarle que todos los indígenas en su calidad de habitantes del territorio nacional gozan, al igual que las personas civilizadas, de los derechos y garantías que las leyes les reconocen a estas últimas y que, desde ese punto de vista, no cabe admitir distinción alguna entre los citados aborígenes y las personas que habitan las ciudades, pueblos o parajes del interior. Los indios son tan seres humanos como los otros habitantes...” Firmado Dr. Juan Frutos – Presidente (*idem*, s/p.).

<sup>16</sup> En la misma línea, es ilustrativo el informe del Ministerio de Educación y Cultura, de mayo de 1958: “así como lo dijo Bertoni hace treinta años, al indio se le considera como animal por no haber sido bautizado y existen personas, especialmente en los lugares del interior, para quienes matar un indio, maltratarlo, explotarlo no constituyen delito” (*idem*, s/p).

<sup>17</sup> Comunicación personal de Bartomeu Melià, en 1992.

de la tierra, se constituye en la primera tierra reservada por el gobierno para esa población y, también, una posible área para la concentración de los indios de la región.

Según Melià, ya en 1950, el jesuita Francisco Ayala habría formulado un plan para reunir a todos los indios de la región Oriental del País en 30.000 hectáreas. Para los misioneros de las Nuevas Tribus, la ocupación del territorio guaraní por nuevos colonizadores era un proceso inevitable (1990).

En oficio al Ministro, con fecha del 11 de noviembre de 1957, el presidente de la Asociación Indigenista propone poner en práctica “un plan de Reforma Agraria Indígena”, elaborado con la asesoría de José A. de Olarte, con la aprobación de la OEA y del Sr. León Cadogan, curador de indios en Guairá, y que mereció el parecer favorable del Instituto Indigenista Interamericano, como “plan piloto”. Preveía este plan la concesión de créditos para la adquisición de herramientas, semillas y otros productos, además de asistencia técnica. El objetivo era la paulatina incorporación de los Guaraní “a la vida civilizada, [...] sustituyendo paulatinamente sus métodos curativos por los modernos” (CADOGAN, 1967, p. 290-291).

Queremos destacar dos conclusiones de la Asociación Indigenista del Paraguay y de la Misión Amistad que permiten visualizar el contexto guaraní, al final de la década de 1950:

En esta región, de inmensos recursos forestales, de tierras vírgenes y fértiles privilegiadas por un rico sistema de irrigación a través de caudalosos ríos y arroyos, y de extensos campos naturales para la exploración ganadera, vivían diseminados aproximadamente 7.000 indígenas agricultores de la etnia Paĩ Tavyterã, organizados en grupos autónomos con liderazgo religioso y político interno propios... Aunque es cierto que ya en el primer cuarto del presente siglo algunas pocas comunidades trabajaban en condiciones semi-esclavas para las empresas productoras de la yerba mate (La Industria Paraguaya, Mate Laranjeira), estas empresas no llegaron a proletarizar a los indígenas. Las comunidades continuaron con la posesión real de sus tierras, por lo que hasta finales de los años 50 seguían constituyéndose en agricultores independientes, con una economía agrícola de autosubsistencia (Relatorio La Traición de Papa Rei, septiembre, 1986, Asunción, p. 3-4).

Nickson (2005) afirma que en la región fronteriza Oriental del Paraguay, los recursos naturales permanecieron en gran parte inexplorados hasta la mitad de la década de 1960. Además de las empresas de explotación de los recursos naturales de su territorio, los Paĩ mantenían contacto bastante sistemático con algunos organismos del Estado paraguayo, especialmente con los destacamentos militares de la frontera y el Ministerio de Defensa Nacional, a los cuales recurrían para oficializar algunas situaciones como la del dirigente indígena y ocupantes de pequeñas fracciones de tierra. Según Melià, los Guaraní tenían una buena relación con los destacamentos militares.

Para Ramón Fogel (2005), hasta la mitad del siglo pasado, la economía de esa región quedó limitada a la explotación del tanino (quebracho), de las florestas, de la yerba mate y, también, de la carne, bajo la responsabilidad de grandes empresas extranjeras, bajo un sistema de fuerte explotación de la mano de obra y de los recursos naturales, que victimó los pueblos nativos y destruyó los recursos naturales. Según el mismo autor (2005, p. 98), ese esquema duró mientras hubo demanda del mercado internacional.

En ese momento, cuando ese sistema de explotación entra en declive, el Presidente Stroessner (1954-1989) entra en acción y busca alianza con sectores de la economía brasileña, ofreciendo facilidades para la adquisición de tierras en el Paraguay a inmigrantes brasileños. La entrada masiva de migrantes brasileños se da a partir de mediados de la década de 1970, aumentando al inicio de la década siguiente, verificándose ya una reducción al final de

la misma década (SOUCHAUD, 2005, p. 20)<sup>18</sup>. Albuquerque (2005, p. 149) también destaca que esa entrada masiva de brasileños en la frontera paraguaya fue posible por la “ausencia del Estado paraguayo” y por la “complicidad e incluso por el incentivo del Gobierno dictatorial” a la inmigración brasileña de “descendencia europea”<sup>19</sup>.

Melià (1990, p. 1) reconoce que hasta finales de 1971, la situación de los Guaraní era prácticamente desconocida, y se afirmaba que estaban en “período de transición inevitable”, porque esperaban que la ocupación de su territorio estaría próxima. La “reducción política” del espacio de los Guaraní sería el factor decisivo para esa inevitable transición. Se preveía, también, la concentración de todos los Guaraní en Yvytyte, única área demarcada.

Según Cabañas (2002, p. 323), la expansión capitalista en la Región Oriental de Paraguay (Departamentos de Amambay, Canindeyú y Alto Paraná), inicia en la década de 1960, con la “invasión del capitalismo brasileño”, con la expansión de las fronteras agrícolas que se tradujo en la deforestación y en la producción de productos agrícolas para la exportación, especialmente la soja y ganado, junto con la madera. Fogel (2005, p. 40) y otros traen importantes informaciones sobre la entrada de la soja en la región a lo largo de la frontera con Brasil, “de forma desordenada sin respetar asentamientos de campesinos paraguayos”, a “expensas de comunidades indígenas cuyas tierras los empresarios toman en arrendamiento”, a pesar de las prohibiciones legales, generando la “descomposición de la organización social de estas comunidades”, alimentada, aún, por la corrupción de sus líderes, que se benefician con esos arrendamientos ilegales (2005, p. 44).

Refiriéndose a la concentración de las tierras en la región debido a la producción de soja, Fogel (2005, p. 79) trae importantes datos. Afirma que los que poseen propiedades de más de mil hectáreas no superan el número de 300, en su mayoría brasileños y que apenas 47 poseen propiedades de más de 5 mil hectáreas, adquiridas, en la mayor parte de los casos, de forma ilegal. La “brasileñización” de la frontera, según Fogel (2005, p. 44), es más visible en el Alto Paraná, Amambay y Canindeyú. Al autor le extraña que esa presencia extranjera no sea cuestionada por la élite política paraguaya.

En 1971, con el apoyo de organizaciones no gubernamentales<sup>20</sup>, se inicia un proceso de legalización de tierras, proceso “facilitado” por el Estatuto de las Comunidades Indígenas, aprobado en 1981<sup>21</sup>. Cerca del 70% de la población guaraní (y cerca del 80% de los Paĩ Tavyterã) tuvo tierras tituladas o reservadas en un total aproximado de 120 mil hectáreas (Cabañas, 2002, p. 324). Sin embargo, la misma autora (2002) hace referencia a las presiones que esas pequeñas tierras sufren por parte de trabajadores sin tierra.

Cabañas (2002, p. 333) destaca las consecuencias para los Paĩ de las pérdidas de tierras y de la destrucción forestal: pérdida de alternativas alimenticias y el trabajo asalariado. La dependencia del trabajo asalariado contribuye para la “desintegración de sus

<sup>18</sup> En ese período tenemos, también, en Brasil, un régimen autoritario, lo que facilita la política de cooperación entre los dos Gobiernos. Con relación a la expansión brasileña en el Paraguay, hay que tener en cuenta el Tratado de Itaipu, de 1973 y de “Alianza y Cooperación”, de 1975, que, según Fogel y Riquelme (2005, p. 116), legitimaron la “concepción geopolítica de las fronteras vivas, para la protección de la seguridad nacional de Brasil”.

<sup>19</sup> El mismo autor (ALBUQUERQUE, 2005, p. 165ss), trae interesante análisis sobre las disputas simbólicas en curso en esa “frontera cultural y simbólica”, en la que los brasileños se presentan como “portadores de un aprendizaje agrícola y comercial de un país más desarrollado”, reproduciendo toda clase de prejuicios frente a los campesinos paraguayos, así como sucedió con sus abuelos – inmigrantes en Brasil, cuando llegaron aquí frente a los brasileños, especialmente africanos e indios. Concluye afirmando que esas “representaciones” son “producto de un choque entre dos culturas productivas bastante distintas”.

<sup>20</sup> El programa de legalización de tierras fue conducido por el Proyecto Paĩ-Tavyterã, con el apoyo de diversas instituciones – Misión Amistad y Asociación Indigenista del Paraguay y apoyo financiero de entidades europeas (CABAÑAS, 2002, p. 338).

<sup>21</sup> Los derechos indígenas adquieren reconocimiento constitucional en 1992. Las Constituciones anteriores ignoraron la presencia indígena (CABAÑAS, 2002, p. 325-326).

economías familiares basadas en el parentesco y en la reciprocidad” (idem, p. 334)<sup>22</sup>. En investigación realizada junto a los Paĩ Tavyterã, Cabañas (2002, p. 358) destaca que para llegar a las aldeas indígenas, se atraviesan “inmensos campos, todos cultivados: hay trigales, maizales en cosecha, y, de cuando en cuando, se pueden ver algunas pequeñas manchas aisladas de la comunidad” que se pueden avistar de lejos porque “su superficie boscosa hace que tome la forma de una isla en medio de todo ese inmenso campo abierto”<sup>23</sup>.

En Brasil, los Guaraní se confrontan, también, a partir de la década de 1880, con la instalación de la Cia. Matte Larangeira, inmediatamente después del término de la Gran Guerra, teniendo en vista la explotación de los yerbales nativos, abundantes en toda la región. Aunque esa empresa no cuestionase la posesión de la tierra ocupada por los indios y no fijase colonos, definitivamente, en sus tierras, fue responsable del desplazamiento de innumerables familias y núcleos indígenas, teniendo en vista la cosecha en nuevos y, a veces lejanos, yerbales. Mantuvo el monopolio de la explotación de yerba hasta la década de 1940, cuando el entonces Presidente de la República, Getúlio Vargas, crea el Territorio Federal de Ponta Porã.

Entre los años de 1915 y 1928, en pleno dominio de la Cia. Matte Larangeira, el Servicio de Protección a los Indios, SPI, amojonó ocho reservas - pequeñas extensiones de tierra para usufructo de esa población indígena, sumando un total de 18.124 hectáreas, con el objetivo de confinar los diversos núcleos de población dispersos en amplio territorio en el sur del actual Estado de Mato Grosso do Sul. En la demarcación de esas reservas fueron ignorados los padrones indígenas de relación con el territorio y sus recursos naturales y, principalmente, su organización social.

Dando secuencia al proceso de ocupación del territorio indígena, en el lado brasileño, por no indios, en 1943, el entonces Presidente de la República, Getúlio Vargas, creó la Colonia Agrícola Nacional de Dourados, CAND<sup>24</sup>, que tenía como objetivo posibilitar el acceso a la tierra a millares de familias de colonos, migrantes de otras regiones del país. La instalación de los colonos en territorio indígena provocó, de inmediato, problemas diversos y graves, pues cuestionó la presencia indígena e impuso su transferencia para otros espacios.

Se acentúa, a partir de la década de 1960, la deforestación sistemática del resto del territorio indígena en el lado de Brasil, con la instalación de innumerables iniciativas agropecuarias. Decenas de aldeas Kaiowá y Guaraní tuvieron que ser abandonadas y sus tierras fueron ocupadas por esas iniciativas. La población indígena fue reunida al azar dentro de las reservas de tierra demarcadas por el Gobierno Federal. Este proceso de reducción y confinamiento compulsivo siguió inexorable, ignorando toda la legislación ya existente en favor de los derechos indígenas a la tierra, hasta el final de la década de 1970. A partir de 1978, algunas comunidades empiezan a tener éxito en su lucha por permanecer en las antiguas aldeas, procurando interrumpir una práctica histórica común en toda la región. Pues, mientras fueron necesarios como mano de obra en las haciendas, los Kaiowá y Guaraní pudieron permanecer en sus aldeas. Sin embargo, cuando se concluía la deforestación, eran expulsados y,

<sup>22</sup> En sus investigaciones junto a algunas comunidades Paĩ, Cabañas (2002, p. 380) constata que 80% de las personas desarrollan actividad asalariada, además del trabajo en sus propios campos. De éstas, 50% trabajan dentro de la comunidad y 50%, en forma de trabajos temporarios, de 15 a 20 días, caracterizados como changa. Hay, aquí una diferencia importante con la situación en Brasil. En este lado predomina el trabajo en las usinas de producción de azúcar y alcohol, que exige vínculo continuo y no temporario. Inviabiliza, por lo tanto, la continuidad del trabajo en las propiedades familiares.

<sup>23</sup> Situación idéntica se verifica, en Brasil, donde las tierras ocupadas por los Guaraní y Kaiowá, a pesar de reducidas y hoy superpobladas, siguen presentando sorprendente diversidad ambiental.

<sup>24</sup> La Colonia Agrícola Nacional de Dourados (CAND) se sitúa en el contexto de la política de “marcha para el Oeste”, con el objetivo de ampliar las fronteras agrícolas del país mediante la integración de nuevos espacios.



en muchos casos, los órganos oficiales se hicieron responsables de la tarea de efectuar la transferencia para las Reservas<sup>25</sup>.

A partir de 1980, los Kaiowá y Guaraní recuperaron un total de 12 tierras, que suman aproximadamente 23 mil hectáreas, ya debidamente demarcadas y de posesión de los indios<sup>26</sup>. Otras áreas siguen en proceso de identificación, o ya están identificadas, y los indios, en algunos casos, ya están ocupando pequeñas parcelas de la tierra pretendida<sup>27</sup>. Ocupan, actualmente, alrededor de 30 tierras indígenas, alcanzando un área total inferior a 40 mil hectáreas.

En este largo período, los Guaraní trabajaron en la *changa*<sup>28</sup> como forma de conseguir algunos objetos de interés, especialmente herramientas, ropa y medicinas para las muchas enfermedades que se extienden por el territorio indígena (MELIÀ, G. GRÜNBERG, F. GRÜNBERG, 2008, p. 50). A partir de la década de 1980, en Brasil, la mano de obra indígena pasa a ser canalizada para el trabajo en las usinas de producción de azúcar y alcohol<sup>29</sup>.

La constitución de los nuevos Estados, con la independencia de las metrópolis, en el inicio del siglo XIX, tiene como consecuencia más inmediata para los Guaraní su retirada de los escenarios nacionales más amplios, especialmente después de la extinción de lo que aún quedaba de los “pueblos indios”, en el gobierno de Carlos Antonio López, en 1848. El destino de los Caaguá (o Monteses), que vivían en la mata, pasa a ser decidido en el contexto restringido de los frentes de expansión interna de cada país. Son dejados al margen del proceso de desarrollo y de ocupación de los nuevos espacios territoriales, siendo considerados apenas como eventual mano de obra y/o estorbos a ser eliminados por los mismos frentes de expansión. La violencia de este proceso de enfrentamiento de los pueblos indígenas con los frentes de colonización aparece con bastante claridad en las medidas legales que los Estados Nacionales, tardíamente, van siendo obligados a tomar.

Los nuevos Estados, en sus políticas de ocupación y de desarrollo de los espacios territoriales, a pesar de la incipiente legislación, que surge lentamente a partir del inicio del siglo XX, ignoran y se omiten ante los derechos indígenas a la tierra. En Paraguay, los Guaraní consiguen el reconocimiento de una única reserva de tierras hasta 1960. En Brasil, los Guaraní tienen “creadas” ocho reservas de tierra, de extensión insignificante.

Las investigaciones realizadas permiten concluir que a partir de la década de 1970, la situación de los Guaraní en la frontera Brasil/Paraguay se transforma rápidamente. En Brasil, la entrada de la soja y la correspondiente mecanización de la actividad agrícola acentúan la deforestación y el consecuente proceso de confinamiento de los indios. Y, en Paraguay, el territorio guaraní también sufre profundas transformaciones consecuentes de la deforestación de la región (NICKSON, 2005 y CABAÑAS, 2002), con la entrada de crecientes contingentes

<sup>25</sup> El área indígena de Caarapó, una de las ocho reservas demarcadas por el SPI, es un buen ejemplo de ese proceso de confinamiento. Tiene hoy una población estimada en 900 familias, sumando un contingente de población superior a 5.000 personas, en una área de tierras de 3.600 hectáreas. Ese contingente de población es resultado, en parte, de la absorción de grupos familiares que perdieron sus tierras durante el avance del proceso de colonización, siendo transferidos para esa área indígena. Son las aldeas de Takuara, Javevry/São Lucas, Ypytã, Javorai y otras, cuyas tierras fueron ocupadas por negocios agropecuarios (BRAND, 1997). Hoy en día, los Guaraní y Kaiowá reivindican la devolución de parte de esas tierras, de las que fueron, arbitrariamente, expropiados.

<sup>26</sup> Son las siguientes: Yvykuarusu-Paraguasu, en el municipio de Paranhos, Rancho Jakare y Guaimbe, en el municipio de Laguna Carapã, Pirakua, en el municipio de Bela Vista, Jaguapiré, en el municipio de Tacuru, Sete Cerros, en el municipio de Paranhos, Jarará, en el municipio de Juti, Guasuty, en el municipio de Aral Moreira, Jaguari, en el municipio de Amambai, Cerrito, en el municipio de Eldorado, Panambizinho, en el municipio de Dourados y Sucuriu, en el municipio de Maracaju.

<sup>27</sup> Son: Potrero Guasu y Arroyo Kora, en el municipio de Paranhos, Nanderu Marangatu, en el municipio de Antônio João, Lima Campo y Kokue'i, en el municipio de Ponta Porã, Takuara, en el municipio de Juti, Ypytã/Guyraroka, en el municipio de Caarapó, Sombreiro, en el municipio de Sete Quedas, Panambi, en el municipio de Douradina y Yvy Katu, en el municipio de Japorã.

<sup>28</sup> Se entiende por “changa” el trabajo temporario que los Guaraní prestan fuera de sus reservas, a través de contratos escritos o no, con los hacendados de la región.

<sup>29</sup> A partir de 2010, se verifica la gradual substitución de la mano de obra indígena en esa actividad por la mecanización del plantío y de la cosecha de la caña de azúcar.

de colonos brasileños, en un primer momento, y de grandes propietarios, relacionados a los agronegocios, en un segundo momento<sup>30</sup>.

Curiosamente, tanto en Paraguay como en Brasil, las grandes empresas de explotación de recursos naturales (yerba-mate y maderas), instaladas dentro del territorio guaraní, a pesar de la explotación de la mano de obra indígena, acaban siendo factor de protección de gran parte de este mismo territorio, por impedir proyectos de colonización de la región, que pondrían en riesgo su monopolio. La actuación de estas empresas, sin un “proyecto civilizatorio explícito ni de colonización”, tuvo un impacto menos destructor sobre estas comunidades, permitiéndoles mantener una relativa autonomía económica y cultural en ese período.

Muy diferente es la situación creada por la Colonia Agrícola de Dourados/MS/Brasil, un proyecto claramente colonizador, que además de ocupar y deforestar el territorio Kaiowá, impone la presencia permanente de colonos, lo que, según Melià (1988, p. 13), por su densidad de población elevada, “introduce prolongamiento y de una manera compacta y excluyente un modo de pensar, de vivir y de ser”. Hay que destacar de manera especial, en Brasil, la actuación de los SPI y sus estrategias de demarcar pequeñas reservas, relativamente cercanas a ciudades y pueblos para aldear los indios Kaiowá y Guaraní.

A pesar de la posición favorable a los derechos guaraní, por parte de diversos funcionarios del órgano indigenista oficial, su posición efectiva fue de omisión y connivencia con el espolio practicado. Desde el mariscal Rondon, otros tantos funcionarios graduados conocían la situación de los Guaraní. Sin embargo, fueron completamente ignorados. En Brasil, aparece ya el objetivo de reducir los Guaraní e insertarlos en la economía regional como reserva de mano de obra, desconociendo su relación esencial con la tierra. El SPI estaba efectivamente al servicio de la “tierra productiva”.

Por último, analizando la ocupación económica reciente de esa frontera entre Brasil y Paraguay resalta su total permeabilidad, cuando se trata de la explotación de recursos por parte de empresas transnacionales, especialmente empresas brasileñas. Finalmente, Melià (1990, p. 5) reconoce que, actualmente, el territorio guaraní, en los dos lados de la frontera, “ya no es indígena y son las comunidades indígenas las que se encuentran aisladas en ese nuevo dominio”.

## Referências

ALBUQUERQUE, José L.C. Campesinos paraguayos y “brasiguayos” em la frontera este del Paraguay. In Enclave sojero, merma de soberanía y pobreza, de Ramón Fogel e Marcial Riquelme (org) CERI – Centro de Estudios Rurales Interdisciplinarios, Asuncion, 2005, p. 149-181.

AMBROSETTI, Juan. Los indios Caingá del Alto Paraná (misiones). Boletín del Instituto Geográfico Argentino. Buenos Aires, v. XV, 1895, p. 661-744.

ARRUDA, Gilmar. Heródoto. In Ciclo da erva-mate em Mato Grosso do Sul 1883-1947. Campo Grande: Inst. Evaldo Lodi, p. 195-310, 1986. (Série Histórica. Coletânea).

\_\_\_\_\_. Frutos da terra: os trabalhadores da Matte Larangeira. Dissertação (Mestrado em História). Assis: Instituto de Letras, História e Psicologia, UNESP, 1989.

BRAND, Antonio Jacó. O impacto da perda da terra sobre a tradição Kaiowá/Guarani: os difíceis caminhos da palavra. Porto Alegre, 1997. Tese PUC RS, p. 382.

\_\_\_\_\_. O confinamento e seu impacto sobre os Paĩ/Kaiowá. 1993. 276 f. Dissertação (Mestre em História Ibero-Americana) – PUCRS, Rio Grande do Sul.

<sup>30</sup> Sobre ese tema hay importantes informaciones en el texto compilado por Ramón Fogel y Marcial Riquelme – Enclave Sojero merma de soberanía y pobreza (2005).



CABAÑAS, Paola Canova. Actuales estratégias de sobrevivência de los Paĩ Tavyterã. El caso de las comunidades Tavyterã e Ita Guazu. In *Suplemento Antropológico*, vol. XXXVII, n.º. 2, dezembro de 2002, p. 309-419.

CADOGAN, León. *Ayvu Rapyta. Textos míticos de los Mbyá-Guarani del Guairá*. Biblioteca Paraguaya de Antropología. Vol. XVI. Asunción: CEADUC/CEPAG. (1946) 1992.

\_\_\_\_\_. Chonó Kybuyrá: aves y almas en la mitología guaraní. *Revista de Antropología*, 25/6, São Paulo, pp. 133-47, (1967).

DONATO, Hernâni. *Selva trágica: a gesta ervateira no sulestemateogrossense*. Aracatu: Autores Reunidos, 241p, 1959.

FOGEL, Ramón. Efectos sociomambientales de la soja, in *Enclave sojero, merma de soberanía y pobreza*, de Ramón Fogel e Marcial Riquelme (org) CERI – Centro de Estudios Rurales Interdisciplinarios, Asunción, 2005, p. 35-102.

FORRESTER, Viviane. *O horror econômico*. Trad. De Álvaro Lorencini. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1997.

LAINO, Domingo. *Paraguay: de La independencia a La dependencia*, Asunción: Cerro Corá, 1976.

LEHNER, Beate. *El Territorio de Che'roy y los Mennonitas*. Asunción, SPSAJ, 1989. LINHARES, Temístocles. *História econômica da mate*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1969 (Coleção Documentos Brasileiros).

MELIÀ, Bartomeu, GRÜNBERG, Georg, GRÜNBERG, Friedl. *Paĩ-Tavyterã-Etnografía Guarani del Paraguay contemporáneo*. Asunción: Centro de Estudios Antropológicos, Universidad Católica, 2008.

MELIÀ, Bartomeu. *Paraguay, mañana. Nãnde Reko*. Assunção: Mision Amistad, ano 3, n. 5, p. 7-20, 1988.

*A terra sem mal dos Guarani. Economia e Profecia*. In: *Revista de Antropologia*, v. 33. São Paulo, 1990.

MULLER, Pe. Franz (sdv). *Etnografía de los Guarani del Alto Paraná*. Trad. Ana Irma Distel e Maria Rosa Goette de Tappen. Rosário-Argentina : Escuela de Artes Gráficas del Colegio Salesiano San José, 1989.

NICKSON, Andrew. *Colonización Brasileña en La Region Fronteriza Oriental del Paraguay*, texto apresentado na Conferência sobre Desenvolvimento del Amazonas em Sete Países, organizada pelo Centre of Latin American Studies, Universidad de Cambridge, nos dias 23 a 26 de setembro de 1976 in *Enclave sojero, merma de soberanía y pobreza*, de Ramón Fogel e Marcial Riquelme (org) CERI – Centro de Estudios Rurales Interdisciplinarios, Asunción, 2005, p.219-246.

NIMUENDAJU, Kurt Unkel. *As Lendas da Criação e Destruição do Mundo como Fundamentos da Religião dos Apapocúva-Guarani*. HUCITEC & EDUSP, São Paulo, 1987. SCHADEN, Egon. *Aspectos Fundamentais da Cultura Guarani*. São Paulo, Edusp, 1974.

SOUCHAUD, Sylvain e CARMO, Roberto Luiz. – *Migração e Mobilidade no Merco-sul: a fronteira do Brasil com Bolívia e Paraguay*. trabalho apresentado no XV Encontro Nacional de Políticas Populacionais da ABEP, Caxambu – 2006.

\_\_\_\_\_. *Dinâmica de La agricultura de exportación paraguaya y el complejo de la soja: una organización del território al estilo brasileño*. In *Enclave sojero, merma de soberanía y pobreza*, de Ramón Fogel e Marcial Riquelme (org) CERI – Centro de Estudios Rurales Interdisciplinarios, Asunción, 2005, p. 15-34.

SUSNIK, Branislava. *El indio colonial del Paraguay*, In: *El Guaraní colonial. II: Los trece Pueblos guaraníes de las Misiones (1767-1803)*. Asunción: Museo Etnográfico “Andrés Barbero”, 1965-1966.

VÁSQUEZ, Mirna. *Historia de la legislación indigenista paraguaya*. Suplemento antropológico, Asunción, Universidad Católica, v. XVI, n. 2, 1981.



## REOCUPANDO TERRITÓRIOS, A EXPANSÃO DOS GUARANI NO ESTADO DE SÃO PAULO

Juracilda Veiga  
Marta Maria do Amaral Azevedo  
Rosa Colman

O objetivo do estudo é incluir os povos indígenas no processo de discussão sobre a transformação da população brasileira através do processo de migração. Além das populações que se deslocam em busca de trabalho e melhores oportunidades, há uma população originária que vem se deslocando rumo ao leste do continente e atingindo regiões densamente povoadas, como é o Estado de São Paulo. Estamos nos referindo ao povo Guarani. Os povos guarani estão distribuídos no presente por vários países: Bolívia (região sul), Paraguai (regiões leste e sudeste), Argentina (região nordeste) e Brasil (regiões sul, sudeste e centro-oeste). Desde o século 16 esse espaço, a exceção do centro-oeste brasileiro, já correspondia à sua área de ocupação.

Os Guarani vem se deslocando do Mato Grosso do Sul, e da Argentina e Paraguai para a costa atlântica pelo menos desde 1835 quando temos o primeiro registro. Povos ágrafos suas percepções e leituras do mundo são informadas pela tradição, através dos sonhos dos líderes religiosos e uma rica mitologia que lhes indica os lugares que pertencem por direito aos Guarani. Assim consideram que a mata foi destinada a eles e as áreas abertas aos não-índios; as terras que continuam em boas condições ou preservadas foram preparadas pelo Deus criador (Nhanderu) especialmente para eles, isso lhes é indicado pela qualidade das águas, da flora, da fauna e também pelo nome dos lugares. Temos muitos municípios/lugares com nomes Tupi, que os Guarani reconhecem como marcas da presença de seus antepassados, apenas os antepassados poderiam ter fornecido aos não-índios, os nomes desses lugares [os Guarani fazem parte dos tronco lingüístico Tupi Guarani]. Assim seus deslocamentos são percebidos como reocupação dos seus antigos territórios. Em 1980, eram 10 as aldeias Guarani no Estado de São Paulo. Atualmente, são pelo menos 45 aldeias, com cerca de 3.600 pessoas dos grupos Nhandeva e Mbyá – Guarani.

## Distribuição dos povos Guarani

Os povos guarani estão distribuídos, no presente, por vários países: Bolívia (região sul), Paraguai (regiões leste e sudeste), Argentina (região nordeste) e Brasil (regiões sul, sudeste e centro-oeste). Desde o século 16 esse espaço, a exceção do centro-oeste brasileiro, já correspondia à sua área de ocupação.

Os Guarani vêm se deslocando do Mato Grosso do Sul, da Argentina e do Paraguai para a costa atlântica brasileira pelo menos desde 1835 quando temos o primeiro registro da chegada de um grupo na região de Itapetininga, SP. A mobilidade espacial guarani, seus deslocamentos para o sul e sudeste do Brasil desde meados do século 19, são interpretados a partir da antropologia e da história de três formas:

1. Esse fluxo migratório tem origem em motivos culturais como a busca da *Terra Sem Mal* (Nimuendaju, 1978, Ladeira, 1992).
2. Os deslocamentos espaciais são também motivados por frentes de expansão da sociedade não indígena em direção aos territórios indígenas; os Guarani, expulsos de seus territórios saem em busca de um lugar melhor para viver (Garlet, 1997, Chamorro 2010, Assis e Garlet 2009).
3. O movimento *oguatá* (literalmente: *caminhar*) é uma forma de estar no mundo, de manter a saúde física, mental e espiritual (Guimarães, 1998, 2001, Pissolato (2004). Os trabalhos histórico-antropológicos descrevem os deslocamentos espaciais de grupos, famílias e comunidades especialmente das etnias guarani: Nhandeva e Mbyá, que saem do Paraguai e do Mato Grosso do Sul, principalmente, mas também da Argentina, e vão em direção ao litoral dos Estados do sul e sudeste do Brasil.

Esses deslocamentos tiveram início no século 19, e foi Nimuendajú ([1908]1954) quem primeiro identificou esses grupos no Estado de São Paulo, vindos do MS, e que posteriormente se assentaram, alguns na região de Peruíbe, no litoral, e outros no interior do Estado, especialmente na região de Bauru (Araribá).

## As primeiras migrações para o Estado de São Paulo

No final do século 19 e começo do século 20, supostamente guiados por sua crença na possibilidade de atingir, em vida, uma Terra Sem Males, “que segun la tradición debía estar en el centro de la tierra” (Nimuendajú, 1978) muitos grupos Guarani empreendem migrações rumo ao Atlântico, reocupando, segundo Ladeira (1982) antigos habitat que teriam abandonado séculos atrás devido à perseguição dos ‘caçadores de índios’ dos tempos coloniais. A expressão “*Yvy Mara e’ỹ*” em guarani significa um território onde não existem problemas externos, um lugar privilegiado, indestrutível, em que a terra poderia produzir alimentos por si mesma (Clastres, 1978).

Os Nhandeva se referem a esse lugar como *Yvynhomembyré*, termo que pode ser traduzido por ‘paraíso’ (Schaden registra o mesmo termo, como: *yvyñomimbyré* (1974:111), ou como explicou o ñanderu (*Nhanderu* significa, literalmente, “nosso pai”; é o líder religioso de um grupo familiar extenso) Mauro Sampaio (líder religioso na aldeia de Laranjinha (Norte do Paraná) a “aldeia depois do centro da terra”).

Para Melià (1992), das antigas “províncias” Guarani, quatro grupos conservaram seu “modo de ser” fundamental, fundado e expresso em traços culturais e línguas próprias: os Avá Katu Eté, os Mbyá, os Paĩ-Tavyterã (conhecidos no Brasil como Kaiowá) e os Chiriguano (estes

últimos, apenas na Bolívia). Os Nhandeva correspondem ao primeiro grupo (ou parte dele). As seções seguintes apresentam, brevemente, os grupos Nhandeva e Mbyá, os dois grupos guarani presentes no Estado de São Paulo.

Schaden, nos estudos que realizou entre 1946 e 1954, encontrou os Nhandeva assim distribuídos: Dourados (MS), Jacaré ou Porto Lindo (MS), Ponta Porã (poucos, junto aos Kaiowá), Bananal (SP), Araribá (SP). Esse autor registrou que “há mais de um século, fundou-se um grande aldeamento em Itaporanga, perto de Itararé, em terras doadas pelo Barão de Antonina. Em 1910 viviam aí cerca de 500 Guarani, que depois se dispersaram e foram fundar os aldeamentos de Itariri e Bananal. Alguns desses, convidados por um missionário capuchinho, Padre Sabino, foram auxiliar na pacificação dos Kaingang do Rio Feio (SP). Alguns desses Guarani foram mortos juntamente com o Pe. Claro Monteiro, num episódio ainda obscuro da chamada “pacificação” dos Kaingang paulistas.

Schaden (1974) notifica que um de seus principais informantes, o Capitão Maneco Poydjú, do Posto Araribá (Avai-SP), nasceu em Itaporanga, de onde saiu aos 12 anos. Os Guarani retornaram à região de Itaporanga na primeira década do presente século, onde mantêm duas aldeias: Itaporanga e Barão de Antonina (SP).

Em estudos linguísticos mais recentes, Costa (2003,2010) afirma que os Nhandeva ou Apapokuva são hoje os que se encontram nas aldeias de Nimuendajú, Itaporanga, Laranjinha e Pinhalzinho, Bananal e Piaçaguera. Segundo essa autora, por seu isolamento em relação à região de origem, e por suas profundas relações inter- grupais (entre as 6 áreas), constituem hoje uma seção própria entre os Guarani, comparticularidades que os distinguem também de outros Nhandeva. No entanto, no último decênio os de Bananal, Piaçaguera e aldeia Nimuendajú passaram a se auto-denominar *Tupi Guarani*, justificando que, quando chegaram ao litoral de São Paulo, encontraram ali índios Tupi com os quais se misturaram, por isso eles não seriam Guarani, mas Tupi- Guarani.

Segundo Ladeira e Azanha (1998), os Guarani conhecidos como Mbyá passaram a se juntar aos Nhandeva a partir de 1950 e 1960 do século 20, chegando em pequenas e discretas levas de 6 a 10 pessoas. Segundo Melià (1978) os Guarani Mbyá teriam sido aqueles que escaparam à vida nas missões jesuíticas embrenhado-se nos rincões mais ermos e por isso chamados de Cainguás, “índios do mato” (ver Cadogan 1952, 1978).

O território original dos Mbyá compreende a porção do Paraguai oriental entre os rios Yguazu e Monday, ao Sul o Alto Paraná. No século 19 avançam para o leste, penetrando o território argentino (no extremo norte, Província de Misiones) e brasileiro, nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. Segundo Cadogan entre os mitos Mbyá consta o relato de grandes líderes religiosos que encabeçaram migrações para o Brasil em tempos remotos com a finalidade de atravessar a “grande água” além da qual, crêem os Mbyá, encontra-se o *paraíso* ou *Yvy marã e'ỹ*. A esses líderes se atribui terem atravessado o mar a pé e chegado ao paraíso (Ladeira e Azanha 1998 p.16). A época ou data da travessia do Rio Paraná pelos Mbyá (ou seja, sua dispersão para a região a leste daquele rio) é estimada por esses autores em 1895, ano em que o pesquisador argentino Ambrosetti os encontrou em Misiones.

A migração dentro do Brasil teria duas rotas: uma, da Argentina, que adentrou pelo Rio Grande do Sul e viria a formar, mais tarde, as Aldeias Rio Branco (SP), Boa Vista (SP) e Boa Esperança (ES); e outra que, do Paraguai, entra pelo Estado do Paraná e estabelecem aldeias em Rio das Cobras (Nova Laranjeiras, PR), Palmeirinha (Chopinzinho, PR), Limeira (Xaxim, Entre Rios, SC), Ibirama (SC), que mais tarde formariam as aldeias de São Paulo e Rio de Janeiro. (cf.Ladeira e Azanha 1998:16).

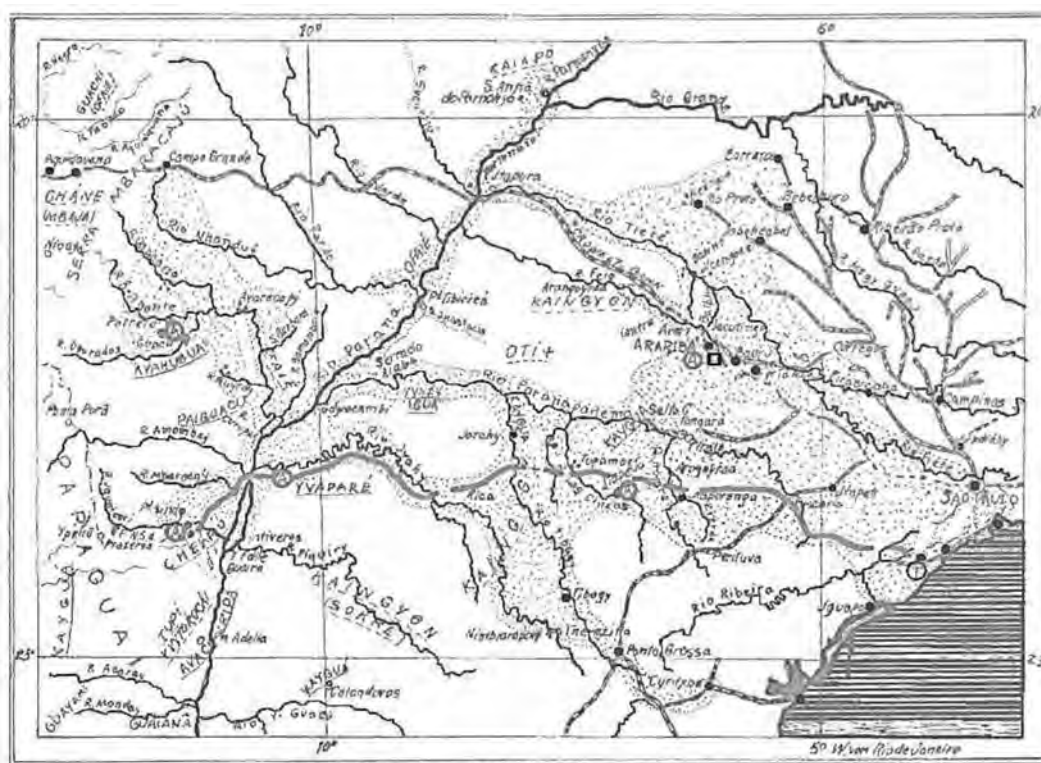
Sobre a história desses grupos, Ladeira e Azanha (1988, p.13), baseando-se nos trabalhos de Nimuendajú, anotam:

Os Nandeva começaram a migrar para o leste, desde o seu habitat original no baixo rio Iguatemi, afluente da margem direita do Paraná, provavelmente no início do século passado [séc. 19]. Curt Nimuendajú (que com eles conviveu de 1905 a 1910) historiou, na sua obra clássica<sup>1</sup>, a migração dos Nandeva para o planalto litoral paulistas.”

Segundo registrou Nimuendajú (1978), uma das primeiras, ou possivelmente mesmo a primeira leva de Guarani vindos do Paraguai para o litoral brasileiro apareceu no município de Iguape no ano de 1835:

Los antiguos habitantes de la zona costera, los Karijó (Kariio) habían desaparecido hacía mucho tiempo y en cuanto se difundió la noticia de la llegada de nuevos indios en las poblaciones de la zona del Ribeira, ya se preparó la expedición contra ellos. Pero los Tañguá, dirigidos por su mejor guerrero, Aravusú, estaban en guardia y organizaron la resistencia cerca de la embocadura del Rio do Peixe en el Itaryrú, rechazando a sus perseguidores con pérdidas que les hicieron desistir de la persecución. Al fin se consiguió de buena manera lo que no se había alcanzado con violencia: por mediación de un indio conocido bajo el nombre de Capitão Guasú, los brasileños establecieron relaciones amistosas con los Tañguá y éstos obtuvieron en 1837 una legua cuadrada de tierra que el gobierno les concedió en el Rio do Peixe y en el Itaryrú. (Nimuendajú [1914] 1978, p.32-33).<sup>2</sup>

**MAPA 1. Nimuendajú ( [1912] 1978 p.33) com destaques meus: rota do deslocamento dos Apapocuva do MS ao Litoral (verde); aldeias Guarani (círculos laranja); principais cidades (pontos vermelhos)**



<sup>1</sup> 1944, capítulo I. Nota (JV): referência à primeira versão castelhana da obra de 1912, publicada por Juan Francisco Recalde sob o título *Leyenda de la creación y juicio final del mundo como fundamento de la religión de los Apapokuva-Guarani*.

<sup>2</sup> O episódio está registrado em trabalhos sobre a história de Iguape, um dos quais é referido por Nimuendajú (Ernesto Young 1904). Ladeira & Azanha (1988), além de citarem Nimuendajú, sobre o episódio, referem também informações de Ricardo Krone (1909). Nenhum deles, porém, cita outra fonte igualmente importante: Nicolau Dreys (1839). Dreys, entre vários detalhes importantes, diz que aqueles índios, depois de realizadas as pazes com os brancos e depois de dominarem um pouco de português, informaram que “chamavam-se jaguanãs” (Dreys [1839] 1990:120).



Benedito Calixto (1905, p.498), tratando dos “primitivos aldeamentos indígenas e índios mansos de Itanhaém” defende uma união muito antiga de índios Tupi (*Itanhaéns*)<sup>3</sup> e Carijós na formação do antigo aldeamento de São João Batista<sup>4</sup>.

Quanto às atuais aldeias de Itariri e Bananal, (Calixto 1905 p.500) sintetizou:

A tribo indígena que habita o município de Itanhaém está dividida hoje em dois pequenos aldeamentos: um no rio Itariri, nos sertões de Peruíbe, há dois dias de viagem desta povoação, e o outro no Bananal, dois dias de viagem da vila de Itanhaém.

Em 1927, (Baldus 1929,p.85) visitou uma daquelas aldeias nomeadas por Calixto, de Bananal, e registrou, sobre ela, o seguinte:

Os guaranys que visitei, a comissão de proteção aos índios [refere-se ao SPI] os colheu em nome do governo em diferentes regiões e os reuniu num aldeamento chamado Bananal. Alguns vinham do noroeste do Rio Grande do Sul. Outros haviam sido expulsos da sua aldeia no Rio do Peixe (na região de Iguape).

Segundo esse a autor, a espoliação das terras do Rio do Peixe, em Iguape, teria ocorrido exatamente um ano antes de sua visita ao Bananal. É interessante notar que Baldus identifica o aldeamento como uma composição de migrações antigas (aquela do século 19 registrada por Nimuendajú, e que estacionara por quase um século no Rio do Peixe) com migrações mais recentes, oriundas do Rio Grande do Sul.

De fato, a população Guarani, estabelecida na região litorânea desde o século 19, recebeu, no século 20, novas migrações, estas vindas do Sul.

A partir das primeiras décadas deste século [séc. 19], os núcleos Ñandeva do litoral passam a receber o reforço de outros grupos, também Guarani e classificados na literatura etnográfica como Mbyá. Este grupo, a partir das décadas de 50 e 60, passa a constituir a população dominante no litoral. Distinguem-se dos moradores mais antigos – a quem chamam de Tupi-Guarani ou Xiripá – dizendo-se Guarani. (Ladeira e Azanha 1988, p.15).

Novas migrações Mbyá, vindas do Sul do Brasil, intensificaram-se a partir das duas décadas finais do século 20. Somando-se a isso, outros movimentos internos produzidos nas aldeias já estabelecidas anteriormente no litoral (como ocorreu com Bananal/Peruíbe), geraram um número grande de novas localizações Guarani, sobretudo ao longo da mata atlântica, próxima à costa paulista.

Em meados da década de 1980, registravam-se 4 aldeias na Grande São Paulo (Morro da Saudade ou Barragem, Crucutu, Mboi-Mirim e Jaraguá) e 5 aldeias na faixa litorânea (Itariri, Bananal, Rio Branco, Rio Silveira e Boa Vista), segundo Ladeira (1984 p.125).

Quinze anos depois, na virada do século, registravam-se 16 núcleos Guarani na faixa litorânea paulista (Secretaria de Educação do Estado de São Paulo, 1999), a saber (de Sul para o Norte): Aldeia Caú (Ilha do Cardoso), Rio Branco II e Santa Cruz (Cananéia), Pindó Ty (Pariquera-Açú), Jacupiranga (Jacupiranga), Pakuri Ty e Guapy (Iguape), Capoeirão e Rio do Azeite (Itariri), Biguá, Bananal (Peruíbe), Rio Branco (Itanhaém), Aguapeú e Itaóca (Mongaguá), Ribeirão Silveira (Bertioga), Boa Vista (Ubatuba).

Menos de 10 anos depois, em 2008 já eram informadas 26 aldeias Guarani entre o Vale do Ribeira e o Litoral paulista (*A Tribuna*. Santos, 20.04.2008, p. A-12).

<sup>3</sup> Anchieta é quem já anotou que os índios do litoral da Capitania de São Vicente (fundamentalmente, a região entre Santos e Peruíbe) eram os “Tupis” (Anchieta 1595, 1v.).

<sup>4</sup> Calixto o refere como “aldeia de S. João Baptista de Itanhaém” (p. 497), que em outros documentos, mais recentes, aparece referido como São João Batista de Peruíbe.

## Aldeias e Terras Indígenas Guarani no Estado de São Paulo

	Aldeia	Pop.	Etnia	Terra Indígena / assentamento	Município	Fonte
01.	Nimuendajú	89	Guarani Nhandeva	Araribá	Avaí	Funai 2011
02.	Tereguá	45	Guarani Nhandeva	Araribá (inclui tb 37 Terena)	Avaí	Funai 2011
03.	Pyau	24	Guarani Nhandeva	Guarani Barão de Antonina	Barão de Antonina	Funai 2011
04.	Karuguá	82	Guarani Nhandeva	Guarani Barão de Antonina	Barão de Antonina	Funai 2011
05.	Tekoá Porá	32	Guarani Nhandeva	Itaporanga	Itaporanga	Funai 2011
06.	Peguaoty	117	Guarani Mbyá	Tekoá Peguaoty	Sete Barras	Funai 2011
07.	Itapu Mirim	20	Guarani Mbyá	Indefinida	Registro	Funai 2011
08.	Pindoty	121	Guarani Mbyá	Tekoá Pindoty	Pariquera-Açu	Funai 2011
09.	Tapy'i	30	Guarani Mbyá	Rio Branquinho	Cananéia	Funai 2011
10.	Takuarity	32	Guarani Mbyá	Antiga Jacaré'i	Cananéia	Funai 2011
11.	Pacurity	16	Guarani Mbyá	Ilha do Cardoso	Cananéia	Funai 2011
12.	Itaoka / Icapara II	7	Guarani Mbyá + Kaiowá (1)	Tekoá Itaoka	Iguape	Funai 2011
13.	Guaviraty / Sabaúma	44	Guarani Mbyá	Tekoá Guaviraty	Iguape	Funai 2011
14.	Itapuã / Icapara I	35	Guarani Mbyá	Tekoá Itapuã	Iguape	Funai 2011
15.	Jejty / Toca do Bugio	14	Guarani Mbyá + Kaiowá (1)	Tekoá Jejty	Iguape	Funai 2011
16.	Paraíso	23	Guarani Mbyá e Tupi	Indefinida	Iguape	Funai 2011
17.	Amba Porá	48	Guarani Mbyá	Tekoá Amba Porá	Miracatu	Funai 2011
18.	Jaikoaty	40	Tupi	Djaikoaty	Miracatu	Funai 2011
19.	Uruity	79	Guarani Mbyá	Tekoá Uruity	Miracatu	Funai 2011
20.	Capoeirão	34	Guarani Nhandeva	Itariri (Serra dos Itatins)	Itariri	Funai 2011
21.	Rio do Azeite	32	Guarani Nhandeva	Itariri (Serra dos Itatins)	Itariri	Funai 2011
22.	Bananal	31	Guarani Nhandeva	Peruíbe	Peruíbe	Funai 2011
23.	Piaçaguera	110	Tupi	Piaçaguera	Peruíbe	Funai 2011
24.	Tanyguá	43	Tupi	Piaçaguera	Peruíbe	Funai 2011
25.	Nhamandu-Mirim	74	Tupi	Piaçaguera	Peruíbe	Funai 2011
26.	Aldeinha	70	Tupi	Bairro	Itanhaém	Funai 2011
27.	Tangará	39	Guarani Mbyá	Indefinida	Itanhaém	Funai 2011
28.	Rio Branco	65	Guarani Mbyá	Rio Branco Itanhaém	Itanhaém	Funai 2011
29.	Itaoca I	40	Tupi	Itaoca	Mongaguá	Funai 2011
30.	Itaoca II	50	Guarani Mbyá	Itaoca	Mongaguá	Funai 2011
31.	Aguapeú	75	Guarani Mbyá	Guarani do Aguapeú	Mongaguá	Funai 2011
32.	Cerro Corá	15	Tupi	Guarani do Aguapeú	Mongaguá	Funai 2011
33.	Tekoá Itu	186	Guarani Mbyá	Jaraguá	São Paulo	Funai 2011
34.	Tekoá Pyau	76	Guarani Nhandeva	Jaraguá	São Paulo	Funai 2011
35.	Barragem / M. da Saudade	867	Guarani Mbyá	Guarani da Barragem	São Paulo	Funai 2011
36.	Krukutu	261	Guarani Mbyá	Krukutu	São Paulo	Funai 2011
37.	Tekoá Mirim	24	Guarani Mbyá	Tekoá Mirim	Praia Grande	Funai 2011
38.	Xixová Japuí / Paranapuã	51	Guarani Mbyá	Indefinida	São Vicente	Funai 2011
39.	Ribeirão Silveira	350	Guarani Nhandeva e Mbyá	Guarani do Ribeirão Silveira	Santos, S. Sebastião	Funai 2011
40.	Wutu Guasu / Renascer	39	Tupi	Indefinida	Ubatuba	Funai 2011
41.	Boa Vista	162	Guarani Mbyá	Boa Vista /Sertão Promirim	Ubatuba	Funai 2011

## A situação atual dos Guarani no Estado de São Paulo

Na década de 1980, apoiados por algumas instituições não governamentais e pela FUNAI, os Guarani demandaram do governo o reconhecimento de suas terras (ou daquelas onde foram se estabelecendo no século 20). Nessa época eram cerca de 10 aldeias no Estado.

Atualmente (2012) a FUNAI identifica 28 aldeias Guarani em 19 terras indígenas ao longo do Vale do Ribeira e Litoral paulista, além de outras 12 aldeias Guarani fora das Terras Indígenas já reconhecidas, totalizando 40 aldeias. Além dessas, há 5 aldeias Guarani na cidade de São Paulo. Ao todo, são 45 aldeias, com uma população total de 3.593 pessoas dos grupos Nhandeva e Mbyá (ver Mapa, abaixo, e Tabela na página seguinte). Muitas estão já com as terras reservadas ou demarcadas, e algumas aldeias encontram-se somente ‘assentadas’, ou seja, estão em locais que não são próprios para o estabelecimento de uma aldeia. O número sempre crescente das aldeias guarani em São Paulo e a mobilidade das pessoas entre essas aldeias chama a atenção e nos faz querer entender a magnitude desse fenômeno, bem como seus motivos.

MAPA 2. Aldeias e Terras Indígenas Guarani no Estado de São Paulo



Nhandeva e Mbyá se distinguem pela variante linguística, origens geográficas e outros marcadores étnicos específicos. De uma maneira geral os Guarani fazem questão de marcar essa diferença. Há ainda um grupo Nhandeva que tem se auto-denominado “Tupi-Guarani”, por serem descendentes dos primeiros chegados ao Estado de São Paulo, na segunda metade do século 19, e por falarem uma variante linguística distinta.



## O choque de perspectivas

O grande crescimento econômico de São Paulo com o aumento da especulação imobiliária e grandes empreendimentos tem restringido cada vez mais o espaço das matas e áreas onde os grupos Guarani podiam viver sem serem importunados pelos não indígenas.

Os Guarani perceberam desde 1980 que teriam que aceitar e pleitear a demarcação de suas terras ou não teriam mais locais para viver. Mas justamente o deslocamento constante dos Guarani têm sido uma dificuldade para a conciliação do conceito Guarani de direitos territoriais e da leitura que os juristas fazem dos direitos assegurados pela Constituição.

### *O conceito de Território na Constituição Brasileira*

Art. 231. São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.

§ 1.º São terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários ao seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições.

§ 2.º As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios destinam-se a sua posse permanente, cabendo-lhes o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes. (...) § 4.º As terras de que trata este artigo são inalienáveis e indisponíveis, e os direitos sobre elas, imprescritíveis.(...)

§ 6.º São nulos e extintos, não produzindo efeitos jurídicos, os atos que tenham por objeto a ocupação, o domínio e a posse das terras a que se refere este artigo, ou a exploração das riquezas naturais do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes, ressalvado relevante interesse público da União, segundo o que dispuser lei complementar, não gerando a nulidade e a extinção direito a indenização ou a ações contra a União, salvo, na forma da lei, quanto às benfeitorias derivadas da ocupação de boa-fé.

A interpretação dos direitos territoriais garantidos na Constituição Brasileira tem sido objeto de batalhas nos tribunais, nos debates acadêmicos e nos círculos oficiais do Estado Brasileiro.

Alheios as nossas questões os Guarani continuam vivendo segundo sua tradição e buscando o que consideram um direito divino: ocupar as terras que Nhanderu deixou para os Guarani.

A vinda dos Guarani para São Paulo nos últimos 30 anos tem como sido amparada nas concepções Guarani, de que eles são os filhos preferenciais de Nhanderu, assim sendo eles podem ocupar os lugares que Nhanderu reservou para eles a saber: os locais de mata, onde tem as espécies da flora e da fauna que interessam aos Guarani, onde há águas limpas e condições de se viver bem, ou seja de se transformar num tekoha.

Na situação atual de degradação ambiental no Brasil, essas terras correspondem àquelas que são as oficialmente reservadas como parques ou áreas de preservação permanentes. E as autoridades brasileiras não reconhecem aos guarani o direito de ocupá-las estabelecendo-se um embate e um conflito jurídico.

Os juristas interpretam que só estão no amparo da lei as comunidades que ocupam de forma ininterrupta uma mesma terra e tem sobre ela, a posse continua. Os Guarani entendem

que as terras que foram dos seus ancestrais lhes pertencem por direito, mesmo que durante gerações ninguém tenha voltado a ocupá-las.

Os Guarani marcam a sua territorialidade pela noção de terras de parentes. Eles vão expandido suas ocupações informados pela tradição; através dos sonhos dos líderes religiosos e uma rica mitologia que lhes indica os lugares que pertencem por direito aos Guarani. Essas terras são reconhecidas pela qualidade das águas, da flora, da fauna e também pelo nome dos lugares.

No final da década de 1970, muitos grupos guarani estavam chegando no Brasil via Rio Grande do Sul e também por Santa Catarina. Eles se acampavam nas restingas de mato e procuravam as Prefeituras buscando terras públicas para se estabelecerem e refazerem suas sementes sagradas.

Contando o caminho que fizeram do Paraguai até Espírito Santo, dona Aurora Carvalho da Silva explica:

(...) E foi assim que chegamos na ponta do Brasil, e lá nós paramos em San Xavier (Porto Xavier, RS). Foi assim que passamos para o Brasil. Lá nós ficamos, plantamos e sempre rezamos. Daí quem já liderava era a minha mãe. E ela sempre pedia para todos seguirem a sua orientação. Lá ela falou para caminharem pelo Brasil. Assim nós fizemos. E fomos para lá de São Miguel. E de lá nós passamos perto de Pelotas, aldeia Kapi'i ovy, onde tem um monte bem alto. Lá ficamos plantando e rezando; e assim fizemos a caminhada. E onde nós parávamos nós plantávamos. Mas nós não ficamos só porque nós seguimos a orientação de Nhanderu. (Ladeira e Matta 2004 p.12)

Um local onde grupos guarani viveram nunca é abandonado, ele é referido na tradição oral e a ele sempre se pode voltar. Em Laranjinha (PR) afirmaram que onde é erguida uma Opy, (casa de reza) torna-se um lugar sagrado que marca o território Guarani, mesmo quando a construção física se acaba, a opy continua existindo. Uma adolescente Guarani de Karugua (PR) fã de Lady Gaga, me perguntou se nos EUA havia Guarani, e eu lhe respondi que não. Ela então nomeou as aldeias parentes que conhecia, como Ilha da Cotinga, Barragem, Jaraguá, Rio das Cobras etc... Como ela tinha muito interesse em Lady Gaga, imaginou que se houvesse Guarani nos EUA, ela teria uma chance de ir até lá.

Assim as ruínas das antigas missões Jesuíticas são lugares de passagem, ou terras dos ancestrais; mesmo que há muito tempo nenhum guarani as habite continuam parte do seu território. Em São Paulo, como no resto do Brasil, há muitas cidades com nomes Tupis, os Guarani reconhecem esses nomes como próximos à sua própria língua e imaginam esses lugares também como terra dos ancestrais. Quem teria ensinado esses nomes aos Juruás? Eles devem ter aprendido dos ancestrais que ali viveram.

Embora haja diferenças políticas e religiosas entre etnias Guarani um grupo recebe o outro como hóspede. Assim no Pico Jaraguá (SP) com apenas 2 hectares, vivem atualmente dois grupos Mbyá. O grupo de Dona Jandira<sup>5</sup> estava estabelecido desde pelo menos a década de 1940 e nos anos de 1980, outro grupo veio se instalar. Segundo o depoimento de dona Aurora Carvalho da Silva, acima citada, Jandira era filha única do irmão de seu pai.

A relação de parentesco como unidade de consumo (Pissolato 2007) explica as relações possíveis nas aldeias Mbyá, onde se pode parar e compartilhar casa e comida. Um parente deve ao outro hospitalidade, que não é devida a estrangeiros. Por sua parte, o parente tem obrigações de reciprocidade, que não são compartilhadas por aqueles que não são parentes. Segundo

<sup>5</sup> Dona Jandira faleceu em 3 de Março deste ano de 2012.

Pissolato (2007), a autonomia do indivíduo sempre é respeitada e tem como regra que não se deve fazer ou continuar fazendo o que não se quer, porque o mais importante é estar bem e se sentir em paz. O que se percebe, nos últimos anos, é o deslocamento entre as aldeias parentes, bem como a abertura de novos pontos de passagens, que se tornam terras de parentes e, portanto, legítimos lugares para se viver.

Ladeira (1989) esclarece os conceitos de terra e território a partir mesmo da mobilidade e dinâmica social dos Guarani Mbyá:

Para eles o espaço necessário à sua sobrevivência cultural é muito bem definido, apesar de incompatível com divisas, cercas, arames, marcos. Compreende, no plano terreno, as aldeias Mbya existentes hoje (inclusive as do interior), as que deixaram de existir, as terras como requisitos necessários para que se possam fundar novos núcleos, alguns pontos antigos, e estratégias de paradas durante viagens e excursões de caça, coleta ou venda de artesanato e vários caminhos de ligação. No plano terreno, esse espaço é seu território. No plano mental é simbólico e compreende ainda uma outra terra, perfeita (*yvyju-mirĩ*, *yvyju-porã*) que pode ser alcançada em vida através de um empenho coletivo ou individual, mas cuja busca parece indicar os limites do território Mbya-Guarani. (Ladeira, 1989, p.60)

Os povos Guarani são povos tradicionais ou originários, por isso mesmo os Estados Nacionais e a justiça internacional reconhecem nas suas legislações a obrigação do Estado de proteger esses povos.

*São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.*

Antes de qualquer outro direito a CF reconhece aos índios a sua organização social. Portanto a forma de ocupação do território pelos Guarani faz parte da sua concepção do mundo, ou seja das suas crenças. Essa é uma maneira de se alargar o conceito de território não se atendo a interpretação de que as terras de ocupação tradicional são apenas aquelas ocupadas de forma continuada, mas incorporando a percepção dos Guarani de que são herdeiros das terras de seus ancestrais.

Os Guarani devem ser protegidos não apenas porque ocupam de forma continuada um território, mas porque são povos tradicionais e como tais tem suas formas de percepção reconhecidas como de direito.

## Referências

AZEVEDO, Marta Maria do Amaral; PEREIRA, Claudeni Fabiana Alves. Tekoha Guarani no Estado de SP: história e dinâmica populacional. Trabalho apresentado no XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, Caxambu, 2008.

BALDUS, Herbert. 1929 – Ligeiras notas sobre os índios Guaranys do littoral paulista. Revista do Museu Paulista, tomo XVI. São Paulo, p. 83-95.

CADOGAN, León. Diccionario Mbya-Guarani Castellano. Asunción: Fundación Leon Cadogan / CEADUC / CEPAG, 1992.

CALIXTO, Benedito. Os primitivos aldeamentos indígenas e índios mansos de Itanhaem. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, vol. X. São Paulo: Tipografia do Diário Oficial, 1905, p. 488-505.

CLASTRES, Pierre. A sociedade contra o Estado. Trad. Theo Santiago. (4ª. Ed.). Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.

- CLASTRES, Helene. A terra sem mal . O profetismo tupi guarani. São Paulo, Editora Brasiliense, 1978.
- CUNHA, José Marcos P. e AZEVEDO, Marta Maria. Demographic and social-cultural aspects of Population Mobility in Brazil. in Population Change in Brazil: contemporary perspectives. NEPO / UNICAMP, Campinas, 2001.
- DREYS, Nicolau. Notícia descritiva da Província do Rio Grande de S. Pedro do Sul. Porto Alegre: Nova Dimensão, Editora da PUCRS. A primeira edição da obra é do Rio de Janeiro: Typ. Impr. de J. Villeneuve, 1839, 1990.
- ELLIOT, João Henrique. Emigração dos Cayoas. Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil. Tomo XIX – 1º Ed 1856 [reimpressão 1898].
- FRANÇA, Ary. A marcha do café e as frentes pioneiras. Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Geografia, 1960.
- FUNAI. Dados Gerais. Postos Indígenas do Estado do Paraná. Curitiba: 4ª DR. FUNAI, 1979.
- GUIMARÃES, Sílvia Maria Ferreira. “Oguata Porã”: Experiências de um grupo Guarani-Mbyá no mundo. TCC – Dpto de Antropologia – Universidade de Brasília, Brasília, 1998.
- GUIMARÃES, Sílvia Maria Ferreira. Os Guarani Mbyá e a superação da Condição Humana. Dissertação de Mestrado. Departamento de Antropologia – Universidade de Brasília, Brasília, 2001.
- ISA – INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. Povos Indígenas no Brasil, 1996-2000. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2000.
- IIDH – Instituto Interamericano de Derechos Humanos. Migraciones Indígenas en las Américas. Costa Rica, 2007.
- LADEIRA, Maria Inês, Aldeias livres Guarani do Litoral de São Paulo e da periferia da Capital. In Vários Autores, Índios no Estado de São Paulo: resistência e transfiguração. São Paulo: Yankatu, Comissão Pró-Índio, p. 123-144, 1984.
- LADEIRA, Maria Inês. Mbya Tekoa: o nosso lugar. São Paulo em Perspectiva, São Paulo, v. 3, n. 4, p.57-61, 1989.
- LADEIRA, Maria Inês .O caminhar sob a luz : território mbya à beira do oceano. Editora Unesp, São Paulo, 1992.
- LADEIRA, Maria Inês e MATTIA, Priscila. Terras Guarani no Litoral: as matas que foram reveladas aos nossos antigos avós, Ka’aguy oreramói Kuéry ojou rive vaekue y. São Paulo: CTI – Centro de Trabalho Indigenista, 2004.
- LADEIRA, Maria Inês e AZANHA, Gilberto. Os índios da Serra do Mar: a presença dos Guarani em São Paulo. Lorena, SP, Nova Stella Editorial, 1998.
- MADEIRA, Sofia Pereira. Perfil demográfico e estimativas de paridade dos Guarani nas regiões Sul e Sudeste do Brasil. Dissertação de Mestrado apresentada no programa de Pós Graduação em Demografia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP, 2010.
- MAEDER, Ernesto A.J. La población guaraní entre 1640 y 1685. In Rafael Carbonell de Masy, Estrategias de desarrollo rural en los pueblos Guaranies (1609-1767). Barcelona: Antoni Bosch Editor, p. 91-111, 1992.
- MANUSCRITOS DA COLEÇÃO DE ANGELIS, vol. IV. Jesuítas e Bandeirantes no Uruguai (1611-1758). Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1970.
- MASSEY, D. S. et al. Worlds in Motion: understanding international migration at the end of the millennium. Clarendon Press, Oxford. 1998.
- MELIÁ, Bartomeu. El Guarani. Experiência religiosa. Assunción: CEADUC/CEPAG, 1991.
- MELIÁ, Bartomeu . La lengua Guarani del Paraguay. Madrid: Mapfre, 1992.
- MELIÁ, Bartomeu. El Guarani conquistado y reducido: ensaios de etnohistória. Assunción: CEADUC/CEPAG, 1993.

- MONTEIRO, John Manuel, *Negros da Terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo. Companhia das Letras, 1994.
- MONTOYA, Pe. Antonio Ruiz de. Carta Ânua do Pe. Antonio Ruiz, superior da Missão do Guairá, ao Pe. Nicolau Duran, provincial da Companhia de Jesus. 02.07.1628. Manuscritos da Coleção de Angelis. I – Jesuítas e Bandeirantes no Guairá (1549-1640). Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1951, pp. 259-298, 1951.
- MONTOYA, Pe. Antonio Ruiz de. Relação da origem e estado atual das Reduções de Los Angeles, Jesus Maria y Conceição dos Gualachos. 1630. Manuscritos da Coleção De Angelis. I – Jesuítas e Bandeirantes no Guairá (1549-1640). Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, pp. 342-351, 1951.
- MONTOYA, Pe. Antonio Ruiz de. Vocabulario de La Lengua Guarani (1640). Asunción: CEPAG, 2002.
- NIMUENDAJÚ, Curt. Los mitos de creación y destrucción del mundo como fundamentos de la religión de los Apapokuva-Guarani. Lima: Juergen Riestter G. (Ed.) / Centro Amazónico de Antropología y Aplicación Práctica, 1978. Originalmente publicado na Zeitschrift für Ethnologie. Berlin, 1914, n. 46:284-403.
- NIMUENDAJÚ, Curt. Sobre a história dos Guarani. Revista do Museu Paulista, N.S., vol. VIII:13-31. O documento publicado tem a data: Vila Leopoldina, 2 de Dez. de 1908. São Paulo, 1954.
- PISSOLATO, Elizabeth. A duração da pessoa: mobilidade parentesco e xamanismo mbyá (Guarani). São Paulo: Editora Unesp: Isa; Rio de Janeiro NuTI, 2007.
- PISSOLATO, Elizabeth. Mobilidade, multilocalidade, organização social e cosmologia: a experiência de grupos Mbya-Guarani no sudeste brasileiro. *Tellus*, ano 4, n.6, p. 65-78, abril 2004, Campo Grande, MS.
- QUEIROZ, M.I. Relatos orais: do “indizível” ao “dizível” . In: VON SIMSON (org.) *Experimentos com Histórias de Vida: Itália-Brasil*. São Paulo: Vértice, 1988.
- REHNFELDT Marilin; KRETSCHMER, Regina. Condiciones de vida en Paraguay. *Tierra Indígena*. Fernando de La Mora, Paraguai, DGEEC, 2005.
- SCHADEN, Egon. Aspectos fundamentais da cultura Guarani. (3ª ed.) São Paulo: E.PU/EDUSP SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, 1974.
- VEIGA, Juracilda. Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação da Terra Indígena Yvyaporã Laranjinha (PR). FUNAI. Brasília, 2005.
- VEIGA, Juracilda. Cosmologia Guarani: Os Apapokuva do Laranjinha, PR. In Ana Suelly A.C. Cabral e Aryon D. Rodrigues (orgs.), *Línguas e Culturas Tupi*. Vol. I. Campinas, SP: Curt Nimuendajú; Brasília: LALI/UNB, 2007.



## TERRITÓRIO E MUDANÇAS CULTURAIS ENTRE OS GUARANI E KAIOWÁ DE MATO GROSSO DO SUL\*

Antonio Brand  
Rosa Colman

O presente trabalho está centrado nos Guarani e Kaiowá<sup>1</sup>, localizados no Sul do estado de Mato Grosso do Sul e pretende contribuir com a compreensão dos processos vivenciados por essa população, em decorrência das profundas interferências em seu território. Cerca de 80% dessa população vive confinada em oito pequenas extensões de terra demarcadas pelo SPI, entre os anos de 1915 e 1928. Esse confinamento<sup>2</sup> gerou inúmeras mudanças e constantes negociações e atualizações no seu cotidiano, em especial, no que se refere à organização social<sup>3</sup>.

Os Guarani e Kaiowá ocupavam, tradicionalmente, um amplo território, na região sul do atual estado de Mato Grosso do Sul, situado entre o rio Apa (Bela Vista), Serra de Maracaju, rio Brilhante, rio Ivinhema, rio Paraná, rio Iguatemi e fronteira com o Paraguai. Ocupavam esse espaço de acordo com a disponibilidade de locais com recursos naturais considerados apropriados – preferiam, por isso, estabelecer suas aldeias em áreas de mata e próximas a bons cursos de água. Além disso, teria que ser um local livre de ameaças sobrenaturais e de doenças e próximo a parentelas aliadas<sup>4</sup>.

\* O presente texto integra o projeto: *Território, recursos naturais e cultura material entre os Guarani e Kaiowá, em Mato Grosso do Sul: as consequências do confinamento sobre a produção e reprodução dos conhecimentos tradicionais e da cultura material*, que conta com financiamento do CNPq.

<sup>1</sup> Os Guarani, em Mato Grosso do Sul, estão representados pelas populações Kaiowá e Nandeva, sendo que esta última se auto-reconhece e é reconhecida pela denominação guarani. Será, portanto, tratada dessa forma. Embora em menor número, os Guarani estão presentes hoje em todas as aldeias e reservas Kaiowá. Por isso utilizamos a designação guarani e kaiowá para fazer referência às duas parcialidades.

<sup>2</sup> Por confinamento entende-se aqui o processo histórico de ocupação do território por frentes não- indígenas, que se seguiu à demarcação das oito reservas indígenas pelo SPI, forçando a transferência dessa população para dentro de espaços definidos pelo Estado como posse indígena. Indica, portanto, o processo de progressiva passagem de um território indígena amplo, fundamental para a viabilização de sua organização social, para espaços exíguos, demarcados a partir de referenciais externos, definidos tendo como perspectiva a integração dessa população, prevendo-se sua progressiva transformação em pequenos produtores ou assalariados a serviço dos empreendimentos econômicos regionais (BRAND, 1997).

<sup>3</sup> Constitui, certamente, tarefa complexa explicar como os povos Guarani e Kaiowá, uma população numericamente importante, atingida por projetos de colonização tardia – final do século XIX e início do século XX - conseguiu passar despercebida aos olhos do colonizador e da historiografia regional.

<sup>4</sup> Pesquisando a história recente dos Kaiowá e Guarani percebemos que diversas aldeias foram por eles abandonadas em decorrência das muitas doenças, consequência já da ampla circulação de não- indígenas em seu território.

Distribuíam-se em pequenos núcleos, constituídos por uma ou mais parentelas, sob a liderança dos *ñanderu* ou *tekoharuvicha*, líderes de caráter marcadamente religioso, cujo poder estava apoiado no prestígio decorrente de seu parentesco, capacidade de convencimento e generosidade e não na força ou habilidade física. A identidade guarani e kaiowá remete, diretamente, para a idéia de pertencimento e para as relações de parentesco. Daí a importância da concepção de território, segundo Melià (2007)<sup>5</sup>, como espaço de comunicação, com as suas marcas (caminhos e casas, indicando parentesco e alianças, recursos naturais específicos, remetendo para questões ecológicas e à economia guarani), referidas e atualizadas pela memória.

Há abundantes referências antropológicas dando conta das interferências e da reciprocidade de qualquer ação sobre o território de um grupo ou povo<sup>6</sup>. Oliveira Filho (1999, p. 20), ao referir-se aos processos de territorialização como um “processo de reorganização social”, destaca como consequência a criação de uma nova unidade sociocultural, com mecanismos políticos especializados e a redefinição do controle social sobre os recursos ambientais, incluindo a reelaboração da cultura e da relação com o passado. Por isso, para esse autor (1999, p.21), os processos de demarcação e definição de territórios acabam deflagrando “um amplo processo de reorganização sociocultural de amplas proporções” (1999, p.22).

No caso dos Kaiowá e Guarani nada ficou de fora do processo de busca de submissão dos Guarani e Kaiowá às demandas da economia regional. O cercamento, como uma ação do Estado enquanto articulador do processo de colonização, abrangeu o território indígena, seus modos de vida, organização social, economia e religião. Portanto, não há como passar ao largo dos processos históricos de confinamento para entender as mudanças verificadas entre os Guarani e Kaiowá nas últimas décadas.

Poderíamos recorrer, ainda, à Barth (2000, p. 27), com seu entendimento das identificações étnicas como “categorias atributivas e identificadoras empregadas pelos próprios atores”, com o objetivo de “organizar as interações entre as pessoas”.

Ou, ainda, à Bhabha (2003, p. 63), quando afirma que a diferença cultural remete para um “processo da enunciação da cultura”, entendida como algo permanentemente reinventado, recomposto e investido de novos significados, indicando para os modos próprios de “cada grupo social ver e interagir com a realidade” (FLEURI, 2002, p. 139).

Por isso, é bastante lógico que o processo histórico de redução territorial e consequente confinamento no interior das pequenas extensões de terra reservadas aos Guarani e Kaiowá tenha gerado inúmeras mudanças e atualizações no cotidiano indígena, que vão muito além das transformações em sua economia, decorrentes, em especial, da perda de recursos naturais importantes e mais facilmente percebidas pelo entorno regional.

Consideramos o território como um “produto” resultante do “esforço coletivo de um grupo social para ocupar, usar, controlar e se identificar” com determinada parcela do ambiente físico (LITTLE, 2002, p. 3) e, portanto, construído e reconstruído de acordo com as “contingências históricas” vivenciadas por determinada população indígena, que no caso, vêm perpassadas por uma relação de colonialidade, que persiste até o presente.

Como seres desprovidos “de saber e cultura” (SOUZA SANTOS et al, 2005, p. 29), e vistos como “antecedentes” e companheiros indesejáveis, foram e são, ainda, em muitos casos, vistos como sujeitos que demandam “processos de evangelização ou aculturação” (idem,

<sup>5</sup> Relatório do I Seminário Preparatório do Projeto Os Guarani nas fronteiras dos países do MERCOSUL: população, localização geográfica e políticas públicas. Foz do Iguaçu, PR, 14 a 16 de novembro de 2007.

<sup>6</sup> Para Oliveira Filho (1999, p.20), a atribuição de uma “base territorial fixa se constitui em ponto-chave para a apreensão das mudanças”, afetando o funcionamento das instituições e manifestações culturais.



2005, p. 26), ou, em outros termos, sujeitos que devem integrar-se na mesma sociedade que usurpou seus territórios e suas riquezas (ver BRAND, 2003). Seus saberes seguem “silenciados”, “desqualificados” e “subalternizados” como manifestações de “superstição”, estáticos, exóticos, ou, na melhor das hipóteses, como saberes práticos e locais (SOUZA SANTOS et al, 2005).

Apesar do êxito das iniciativas indígenas voltadas para a recuperação de territórios de aldeias destruídas no decorrer do processo histórico de ocupação da região pelas frentes não-indígenas, não se alterou, significativamente, até esse momento a superpopulação que caracteriza a ocupação das reservas.

Há um consenso bastante amplo entre os pesquisadores de que parte significativa dos problemas vivenciados hoje por essa população indígena esteja profundamente imbricada com as características desse processo de confinamento, inclusive, o complexo problema da assim denominada violência interna e do acirramento da prática do próprio suicídio. Os processos de desterritorialização dos espaços de suas aldeias de ocupação tradicional e a reterritorialização em muitos casos compulsória nas reservas demarcadas pelo Estado, que caracterizam o confinamento, parece terem incidido especialmente sobre a organização social dos Guarani e Kaiowá.

Por isso, torna-se cada vez mais difícil a gestão ou administração desses espaços por parte das lideranças indígenas, o que se constitui num dos complicadores mais importantes para a organização da produção de alimentos e encaminhamento de problemas como os relacionados com todo o tipo de violência dentro das comunidades indígenas, bem como o exercício da autonomia legalmente reconhecida na Constituição de 1988. Como adequar a sua organização social a essa nova situação marcada pela superpopulação, sobreposição de famílias extensas e pelas transformações de ordem econômica, verificadas no interior das reservas?<sup>7</sup>

Verifica-se no interior das reservas demarcadas a precarização da sustentabilidade, tornando os grupos indígenas, crescentemente, dependentes das políticas de segurança alimentar do Governo e do aporte de recursos externos que, no entanto, não atingem, sob a ótica indígena, os objetivos de suprir as suas demandas alimentares. Transformou povos que, durante séculos, produziram alimentos não só suficientes, mas abundantes, como atesta a documentação histórica, dependentes do fornecimento de cestas básicas e de toda a sorte de ajudas externas.

Povos que foram importante mão-de-obra e contribuíram na implantação de grande parte dos empreendimentos agro-pecuários e públicos, como ferrovia e estradas, em Mato Grosso do Sul, hoje não conseguem mais prover a sua subsistência e a de suas crianças. O modelo de exploração econômica imposto pelo agronegócio no seu entorno, além da redução da biodiversidade, permite afirmar que os Guarani encontram-se em um espaço hostil ao seu modo de ocupação e de relação com a natureza, que embora constantemente atualizado, mantém especificidades importantes.

No entanto, nem todas as aldeias Guarani e Kaiowá, embora localizadas no mesmo grande território indígena, foram atingidas de igual modo pelo processo de colonização regional e, portanto, as consequências também apresentam dimensões distintas, permitindo e estimulando, ainda, diversificadas respostas por parte dos Guarani e Kaiowá.

<sup>7</sup> Segundo F. Grünberg (em palestra proferida em Dourados, em 2003), há mecanismos tradicionais que, nas reservas, não funcionam mais suficientemente bem enquanto que os novos ainda não estão sedimentados. Um caso exemplar, citado pela pesquisadora, refere-se exatamente aos processos de escolha dos capitães que vêm sendo realizados através do voto direto. Ao contrário dos processos tradicionais de decisão, centrados no diálogo e na construção do consenso, a eleição gera grupos não contemplados, que se isolam ou fazem oposição, com significativo potencial de agressividade.



## Os diversificados processos de incorporação do território dos Guarani e Kaiowá ao projeto colonial

Considerando os processos diversificados de incorporação do território indígena ao projeto colonial, entendemos aqui como projeto colonial o projeto de desenvolvimento regional decorrente dos interesses econômicos hegemônicos e da ação do Estado, que incluiu um constante esforço de submissão dos Guarani e Kaiowá a esses interesses.

Nessa perspectiva vamos encontrar diversos vieses de diferenciação nos processos de ocupação regional, que se traduzem, também, em situações distintas bem como articulações e posturas diversificadas por parte dos índios frente àquele entorno regional. Um primeiro viés, e talvez o mais importante, diz respeito aos recursos naturais disponíveis no território indígena. No caso do território guarani e kaiowá há três ambientes naturais que foram decisivos na perspectiva dos interesses econômicos hegemônicos: - os campos naturais, pelos quais adentraram os primeiros colonizadores, a partir do final do século XIX<sup>8</sup>; - os ervais nativos, abundantes nas áreas de transição, que provocaram, a partir do final do mesmo século XIX e início do século XX, o surgimento da segunda frente de exploração de recursos naturais no território indígena<sup>9</sup>; talvez a mais importante sob o aspecto econômico e político;- a região das matas, que a partir da década de 1940, começa a receber colonos, primeiro, através do projeto de colonização governamental, conhecido como Colônia Agrícola Nacional de Dourados, CAND, que incorpora uma área de 300 mil hectares dentro do território indígena e próximo à cidade de Dourados.<sup>10</sup>

A seguir, as áreas de mata do restante do território indígena começam a ser ocupadas, gradativamente, por diferentes empreendimentos agro-pastoris. Finalmente, a partir da década de 1970, uma nova dinâmica econômica é implantada, gradativamente, em todo o território indígena, representada pela soja e a consequente mecanização da atividade agrícola. E no final da mesma década e início da década seguinte, em 1980, chegam as usinas de produção de álcool e açúcar, que além de absorver a quase totalidade da mão-de-obra indígena até o presente, impõem uma nova forma de engajamento dessa mão-de-obra, representada pelo assalariamento, como veremos.

Há um segundo viés diferenciador desse processo, de grande relevância para os povos indígenas, que diz respeito aos interesses geopolíticos incidentes sobre o território indígena, decorrentes de sua localização em região fronteiriça, objeto de fortes disputas históricas e que motivou a maior guerra na qual o Brasil já se envolveu (entre os anos de 1864-1870). No final da guerra contra o Paraguai, as autoridades brasileiras vêem a necessidade de proteger as fronteiras, mediante a localização de homens “brancos” e postos militares. Embora densamente ocupada pelos Guarani e Kaiowá – a região é considerada terra “sem gente”, que deve ser povoada.

Encontram-se nesse viés importantes argumentos explicativos para o engajamento governamental em projetos de colonização, como a CAND e a construção das principais

<sup>8</sup> Segundo Campestrini e Guimarães (1991, p. 92), em 1870, permaneciam como território dos índios: “as matas ao longo do Ivinhema, do Brilhante, do Dourados, do Pardo [...] vistas apenas como território de índios, e as terras ao Sul do Ivinhema, matas de ervais nativos, em mãos de Tomás Laranjeiras”.

<sup>9</sup> A Cia Matte Laranjeira instala-se no território ocupado pelos Kaiowá e Guarani, em Mato Grosso do Sul, após a Guerra do Paraguai, tendo em vista a exploração dos ervais nativos, abundantes na região no território kaiowá, o Forte Iguatemi (Povoação e Praça de Armas Nossa Senhora dos Prazeres e São Francisco de Paula do Iguatemi), de curta duração.

<sup>10</sup> A criação da Colônia Agrícola Nacional de Dourados, através do Decreto-Lei n. 5.941, de 28 de outubro de 1943, do então presidente da República, Getúlio Vargas, situa-se no contexto da política de “marcha para o Oeste”, tendo em vista ampliar as fronteiras agrícolas mediante a integração de novos espaços. Ocupa uma área a ser retirada das terras da União, no então território Federal de Ponta Porã, não inferior a 300.000 ha.

obras de infra-estrutura, como estradas e ferrovias e a criação do Território Federal de Ponta Porã, incluindo os municípios de Porto Murtinho, Miranda, Nioaque, Bela Vista, Ponta Porã, Dourados, Maracaju e Bonito<sup>11</sup>.

Bem, essas diversas frentes econômicas e ações governamentais tinham interesses distintos e estabeleceram relações diferenciadas com os índios e geraram, também, expectativas e estratégias distintas por parte dos Guarani. A presença dos primeiros colonizadores nos campos de Amambai, Ponta Porã e Bela Vista, ao que se sabe, pouco significou para os Guarani e Kaiowá, além de uma fonte de obtenção de alguns bens bastante valorizados, como ferramentas, roupas e remédios. Para os Guarani e Kaiowá eram mais importantes as matas.

Diferente é a situação provocada pela atuação da Cia Matte Larangeira, que, embora na percepção de Melià, G. Grünberg, F. Grünberg (1976), não tinha um projeto civilizador ou colonizador - apenas de exploração dos recursos naturais, e por isso não forçou o desalojamento territorial dos Guarani, que puderam seguir com a posse das terras e suas práticas agrícolas de auto-subsistência<sup>12</sup>. Apoiada no suposto estatuto do monopólio, a Cia. Mate Larangeira buscou impedir a penetração de outros contingentes de colonizadores nas terras por ela arrendadas e, segundo Foweraker (1982), mantinha uma polícia própria para evitar a entrada de colonizadores brasileiros, que pudessem pôr em risco esse monopólio.

No entanto, embora o engajamento dos índios nesse empreendimento tenha gerado o deslocamento de inúmeras famílias e núcleos populacionais e a circulação de um enorme contingente de trabalhadores não-índigenas no território dos Guarani e Kaiowá possa ser responsabilizado pelo grande aumento de doenças<sup>13</sup> e de precarização das alternativas alimentares entre os índios, as consequências, sob a ótica indígena, foram certamente mais restritas do que as iniciativas posteriores por não questionar, exatamente, a posse da terra.

Talvez por isso mesmo que seja nesse período, em 1928, que aporta na região para trabalhar com os Guarani e Kaiowá a Missão Kaiowá, com o objetivo de atuar na saúde e na educação, sendo que a primeira iniciativa concreta consistiu em construir um orfanato para indígenas. pois, segundo depoimentos dos primeiros missionários, havia muitas doenças, pouca comida e muitos morriam (VIETTA e BRAND, 2004)<sup>14</sup>.

Já bem diferente é a situação criada pela Colônia Agrícola Nacional de Dourados, CAND, um projeto claramente colonizador, que além de efetuar o desmatamento impõem a presença permanente de colonos, que geram toda sorte de constrangimentos ao modo de vida indígena. “Por su densidad de poblaci6n relativamente elevada introduce prolongamiento y de una manera compacta y excluyente un modo de pensar, de vivir y de ser” (MELIÀ, 1988, p.13).

A percepção dos Kaiowá da chegada dos colonos da CAND vem bastante bem explicitada por Schaden (1974), quando descreve a reação do líder religioso Pa'i Chiquito quando soube da decisão do Governo de lotear a terra dos índios. Afirma Schaden que o líder indígena “Tomado de ira sagrada, promoveu danças religiosas com intuito de apressar o fim desta Terra,

<sup>11</sup> De 1905 a 1947 é construída a Ferrovia Noroeste, que integra Campo Grande e Ponta Porã a São Paulo. Chega, em 1914, a Campo Grande e em 1944 inaugura-se o primeiro trecho Campo Grande- Ponta Porã, com 154 km em direção a Dourados. Os objetivos da estrada de ferro são claramente de ocupação e defesa das fronteiras mediante a entrada de migrantes e a exportação dos produtos.

<sup>12</sup> A vida do trabalhador, especialmente indígena, nos ervais da Cia. Mate Larangeira era de extrema dureza, sendo que muitos perderam a vida, como atesta Hernani Donato (1959), em seu relato no “Brasil desconhecido, uma realidade teimosamente oculta ao público, forjando imensas fortunas sobre as ossadas de milhares de homens sacrificados metodicamente”.

<sup>13</sup> O impacto dos deslocamentos e das doenças sobre a organização social dos Kaiowá e Guarani, bem como o tratamento a eles dispensado, nesse período, embora já se tenha importantes relatos, é tema ainda pouco pesquisado. Há diversos depoimentos e relatos dos kaiowá e guarani sobre o tema: “Teve muita morte ali [...], tinha bastante cemitério de criança inocente” (Roberto Gonçalves de Samakuã). “Muito índio morria de tuberculose, maleita, gripe”, como na expressão de Ubaldo “pouco recurso, morreu muito” (Ubaldo Castelan, de Sassoró, BRAND, 1997, p.101 e 102).

<sup>14</sup> Maiores informações podem ser encontradas em Vietta e Brand (2004, p. 219-264). Os depoimentos dos missionários já fazem referência ao momento seguinte quando chegam os colonos no bojo do projeto de colonização do Governo, através da CAND.

em que, pela incompreensão e má vontade do homem branco, as condições de vida se tornavam insuportáveis” (p.99).

Resultados semelhantes são gerados pelos projetos agropecuários que se implantam em todo o território indígena, trazendo como consequência direta para os Guarani e Kaiowá atingidos por esses projetos, a perda de suas aldeias e sua transferência para dentro das oito reservas demarcadas pelo SPI, levando uma liderança indígena, Rafael Benitez, da Terra Indígena Takuaraty, a perceber que: “Quando entrou esses que são nossos contrários, os fazendeiros, esparramou tudo” (BRAND, 1997, p.96).

Profundas diferenças marcam as narrativas dos informantes indígenas sobre o seu engajamento na colheita da erva mate dos momentos seguintes, ou seja, da implantação da CAND e das frentes agropastoris. “Esparramar” (*sarambipa*) é o conceito por eles utilizado para marcar essa diferença. “A Cia (Matte Larangeira) não esparramava. Levava o grupo inteiro. Os fazendeiros esparramavam tudo”, dizia João Martins. O conceito expressa com fidelidade a realidade vivida pelos Guarani e Kaiowá durante a fase de implantação da CAND e das fazendas de gado. Um morador da aldeia Botelha Guasu, município de Tacuru, Laurentino da Silva, após descrever os constantes deslocamentos de sua família em consequência da chegada dos que adquiriram as terras indígenas, concluiu afirmando que “agora já não faço mais casa” (BRAND, 1997), indicando a total provisoriabilidade em que se encontrava ele e sua família.

A família extensa constituiu, historicamente, a unidade social básica dos Guarani e Kaiowá, sobre a qual se apoiavam e apoiavam seus líderes político-religiosos<sup>15</sup>. Com a dispersão, seus integrantes não encontravam mais as condições necessárias para manter inúmeras práticas religiosas coletivas, especialmente as relacionadas aos rituais de iniciação. A dispersão e fragmentação que marcou o processo de desterritorialização e posterior confinamento de inúmeros grupos macro familiares, ou de aldeias tradicionais, foi, certamente, um dos fatores que mais impactou sobre a organização social dos Guarani e Kaiowá<sup>16</sup>.

Porém, passado o auge da atividade de implantação das fazendas de gado e com o advento da mecanização da atividade agrícola, no decorrer da década de 1970, a mão-de-obra indígena passa a ser canalizada para uma outra atividade econômica que inicia a sua implantação no Estado de Mato Grosso do Sul e que, atualmente, está em ampla expansão, as usinas de produção de açúcar e de álcool. Estas passam a utilizar massivamente a mão-de-obra indígena e, ao contrário do trabalho nos empreendimentos agropecuários, que se caracterizava pelo “esparramo”, o trabalho nas usinas exige a concentração da força de trabalho indígena, sendo que as reservas indígenas passam a constituir-se em reservatórios inesgotáveis de mão-de-obra disponível para o exaustivo trabalho de corte da cana de açúcar.

Cabe destacar que essa última demanda pela mão-de-obra indígena distingue-se das anteriores porque exige, progressivamente, dedicação integral, dez a onze meses anuais, caracterizando não mais uma modalidade de changa<sup>17</sup>, mas de assalariamento pleno, o que traz consequências diretas sobre as roças tradicionais e a organização social nas aldeias.

É importante destacar que essa nova modalidade de absorção da mão-de-obra indígena favorece a entrada nas aldeias indígenas de novas denominações religiosas, representadas pelas

<sup>15</sup> Caciques ou rezadores, entre os Kaiowá e Guarani, em Mato Grosso do Sul, são denominados os líderes religiosos, que dominam as relações com o sobrenatural.

<sup>16</sup> Talvez esteja aí um dos aspectos explicativos para o fato dos índios da Aldeia Panambizinho, município de Dourados, durante longos anos confinados em dois lotes do INCRA (Instituto de Colonização e Reforma Agrária), num total de 60 há, dos quais nunca haviam sido totalmente expulsos, fossem os últimos a manter o ritual de iniciação dos meninos – *kunumi pepy*.

<sup>17</sup> É o sistema de trabalho temporário, mediante regime de empreita ou por dia de trabalho. Sendo que se tratava de um engajamento temporário, permitia o seguimento das lavouras de subsistência no interior das áreas indígenas.

Igrejas Neopentecostais, com as quais os Guarani e Kaowá iniciam contatos exatamente nos períodos em que permanecem nas usinas de produção de açúcar e álcool, coincidindo com a radicalização do processo de confinamento. As diversas denominações religiosas entre os Guarani e Kaiowá buscam justificar sua presença com a preocupação comum de “ajudar os índios” a viverem, ou melhor, a sobreviverem em um cenário no qual o seu modo de vida e seus saberes, historicamente construídos, tornavam-se “imprestáveis” e sua religião tradicional perdia eficácia, não conseguindo mais dar conta das novas demandas advindas da vida nas usinas e aldeias cada vez mais socialmente misturadas.

Considerando o confinamento como um processo progressivo e não restrito aos seus mais visíveis aspectos geográficos (extensão física do território ocupado), mas como um “fato social total” (MAUSS, 2003), que se traduz, também, num crescente fechamento ao modo de vida indígena, como já dito acima, talvez uma das questões mais relevantes sob a ótica dos Guarani e Kaiowá decorrente desse processo de “cercamento” seja o da redução das alternativas de deslocamento cada vez mais restritas aos pequenos centros urbanos próximos às reservas indígenas e às beiras de estradas. São esses os espaços percebidos pelos índios como os únicos nos quais ainda é possível, embora em condições precárias, deslocar-se, ou desenvolver a prática do *oguada* (caminhar), em casos de conflitos e/ou tensões de diversas ordens, ou ainda, como forma de pressão política, no bojo da ampla luta desenvolvida pelos Guarani e Kaiowá para ampliar seus territórios.

Cabe destaque a algumas perguntas referentes à ação dos Guarani e Kaiowá em cada momento dessa história ainda não suficientemente esclarecidas.

Uma delas diz respeito à sua participação como trabalhadores nos ervais sob o domínio da Cia Matte. Pesquisas recentes (BRAND, 1997 e FERREIRA, 2007) indicam uma ampla participação de indígenas de algumas regiões como trabalhadores nos ervais sob o domínio da Cia Matte.

No entanto, essa presença não tem sido percebida pela historiografia tradicional que destaca somente a categoria do trabalhador paraguaio. Diversos trabalhadores não-indígenas, ao serem perguntados sobre a presença de índios no contingente de trabalhadores engajados na colheita da erva-mate, são categóricos em afirmar que não havia índios, como trabalhadores, mas apenas “paraguaios”<sup>18</sup>. Havia, segundo eles, alguns “bugres”, sempre distantes, nas reservas ou então bem no interior da mata.

Parece não se explicação suficiente creditar esse ocultamento à estratégia dos colonizadores, interessados na negação da presença indígena, caracterizando um espaço sem gente. Talvez essa invisibilidade indígena e consequente submissão à categoria de trabalhador paraguaio - facilitado pelo comum domínio da língua guarani – deva ser entendido, também, como uma estratégia indígena, uma forma encontrada pelos Guarani e Kaiowá para, de um lado, fugirem do estereótipo de “bugre” e, ao mesmo tempo, seguirem vivendo na região e, mais ainda, terem acesso a bens que lhes interessavam muito.

Outros grupos e aldeias, frente ao avanço da colonização, parece que preferiram, enquanto possível, retirar-se sempre mais para as profundezas das matas, buscando áreas de refúgio nos fundos das fazendas, nos lugares mais inacessíveis e de menor interesse para a economia regional. Formas mais ostensiva de enfrentamento em torno da posse das terras parece coincidirem com o fim dessas áreas de refúgio nos fundos das fazendas, como já afirmado acima, o que se

<sup>18</sup> Projeto de pesquisa “Território, Territorialidade e Processos Históricos dos Kaiowá e Guarani no Mato Grosso do Sul”, que conta com financiamento do CNPq e Fundect e é integrado pelos pesquisadores: Antônio Brand, Neimar Machado de Sousa, Eva Maria Luiz Ferreira e Fernando Augusto A. de Almeida, do Programa Kaiowá/Guarani/NEPPI/UCDB.

verifica, especialmente, a partir da década de 1970 e 1980, decorrente da mecanização da atividade agrícola.

Aliás, verifica-se, a partir de 1980, um movimento aparentemente contraditório. Ao mesmo tempo em que verificamos uma radicalização do confinamento e o simultâneo crescimento das taxas de suicídio, verifica-se também a ampliação e certa radicalização da luta pela quebra desse mesmo processo histórico de confinamento, mediante a reocupação de parcelas do território pedido.

Esses processos de reocupação desses espaços devem ser situados no contexto conflitivo que se instala nas reservas, decorrente do aumento populacional e, também, da sólida sedimentação em algumas dessas áreas de determinados grupos macro familiares, apoiados em amplas políticas de aliança e solidariedade a partir das redes de parentesco e articulações com órgãos públicos e ONGs. Essa sedimentação e hegemonia interna de determinados grupos macrofamiliares diminui as expectativas de mobilidade política e, conseqüentemente, as possibilidades de recuperação de prestígio e autonomia dos líderes de outros grupos familiares aí localizados e não incorporados ao grupo majoritário.

O deslocamento para outras reservas, estratégia amplamente utilizada pelos “descontentes” em períodos recentes<sup>19</sup>, torna-se igualmente problemático frente à superpopulação verificada em todas elas. Resta, então, a esses líderes de grupos familiares, como um dos poucos caminhos possíveis para a reconquista da sua autonomia política, a reocupação de parcelas do território tradicional perdidas no decorrer do processo de confinamento e/ou o deslocamento para a beira de estradas. Engajam-se, então, ao lado de moradores originários de uma determinada aldeia, no processo de luta pela demarcação desse novo espaço.

Por isso, sob esse aspecto a luta pela ampliação das terras entre os Kaiowá e Guarani, embora até esse momento não se tenha traduzido em significativa diminuição da população confinada nas reservas, vem desempenhando importante papel na redução dos conflitos vivenciados no seu interior. No entanto, a presença desse viés nos processos de recuperação de territórios, ao mesmo tempo em que permite alianças significativas com os líderes maiores das reservas (os capitães), das quais o respectivo grupo está se retirando, parece ser um dos elementos que fragiliza o mesmo processo, pela preocupação imediata dos líderes do movimento de reconquista em submeter o novo espaço recuperado à mesma dinâmica de exclusão e submissão dos grupos familiares não majoritários, mas que, por vezes, são representantes, exatamente, das famílias que residiam naquele espaço antes da sua expulsão.

Conclusões parciais permitem afirmar que após um período de submersão no entorno regional, buscando fugir do estereótipo de bugre, os Guarani e Kaiowá vem, no bojo de um longo e difícil processo de luta pela ampliação dos espaços territoriais, afirmando-se não só como Guarani e/ou Kaiowá, mas, fazendo um esforço importante para reaglutinar ou constituir novos grupos macrofamiliares, que constitui um processo complexo, multifacetado e ambivalente.

Para entender os complexos e múltiplos caminhos<sup>20</sup> trilhados pelos Guarani e Kaiowá no interior das reservas demarcadas pelo SPI, pode contribuir a proposta de Bhabha, em *O Local da Cultura* (2003, p. 63), de trabalhar com o conceito de negociação, não como um “novo horizonte” ou abandono de passado, mas como “momento de trânsito em que espaço e tempo se

<sup>19</sup> São de diversas ordens as razões que levavam, historicamente, ao abandono de determinado espaço ou à busca de um outro para construir novas aldeias dentro do território. Ressaltam, porém, como mais recorrentes, segundo depoimentos indígenas, os desentendimentos internos, práticas de feitiço e as doenças como justificativas para o abandono de determinadas aldeias tradicionais, junto com o desgaste da terra e o esgotamento de seus recursos naturais e, portanto, das condições de vida.

<sup>20</sup> Os professores indígenas reconhecem que “hoje seguimos muitos caminhos” ou, que “hoje somos múltiplos”.

cruzam para produzir figuras complexas de diferença e identidade, passado e presente, interior e exterior, inclusão e exclusão”, que procura conferir autoridade aos hibridismos culturais que emergem em momentos de transformação histórica (idem, p. 21).

Ao falar em negociação, em lugar de negação, transmite uma temporalidade que torna possível conceber a articulação de elementos antagônicos ou contraditórios, uma estrutura de interação que embasa os movimentos políticos, sem a racionalidade redentora da superação dialética ou da transcendência.

Uma outra questão a ser considerada diz respeito ao engajamento das gerações mais jovens<sup>21</sup>, que representam aproximadamente 53% do total dessa população<sup>22</sup>, que já foi “criada” no interior das reservas demarcadas e que não conhece e não vivenciou a experiência de seus pais, de retirar da terra o sustento para si e seus filhos. Também não vivenciou, em grande parte, o fenômeno já amplamente destacado por diversos autores (MELIÀ, NIMUENDAJU, VIVEIROS DE CASTRO e outros), do *oguada*, (caminhar, ou do peregrinar) dentro do território toda vez que determinadas condições tornavam indesejável a permanência naquele local.

Nesse contexto, a terra não tem, para as gerações mais jovens, o mesmo significado que tem para seus pais, razão porque muitos parecem hoje preferir os espaços das reservas que, pela sua localização e infra-estrutura, oferecem uma série de atrativos considerados relevantes. Talvez esse fato permita compreender a crescente opção dos jovens indígenas pelo assalariamento, seja como professores e agentes de saúde, seja como trabalhadores nas usinas de produção de açúcar e álcool, contribuindo para a decadência da atividade agrícola nas reservas indígenas.

Torna-se, portanto, fundamental a ampliação da discussão sobre essa temática, vinculando-se a abordagem do tema da recuperação dos territórios não apenas à perspectiva da tradicionalidade da ocupação, argumento compreensível para as gerações de mais idade, incluindo a memória histórica da presença indígena nessas áreas e a busca de maior autonomia das famílias confinadas. Mas, também, às expectativas dos jovens, abrindo espaço e sinalizando para a construção de alternativas de desenvolvimento, visualizadas e buscadas por essa geração que constitui a maioria populacional nas reservas indígenas hoje.

## Referências

BARTH, Fredrik. *Guru, o iniciador e outras variações antropológicas*. trad. De John Cunha Comerford, Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2000. BHABHA, Homi. *O local da cultura*. Belo Horizonte, UFMG, 2003.

BRAND, Antonio. *O impacto da perda da terra sobre a tradição Kaiowá/Guarani: os difíceis caminhos da Palavra*. Tese (Doutorado em História) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1997.

\_\_\_\_\_. *Antropologia em Perspectivas: a luta pela terra dos Kaiowá e Guarani*. Trabalho apresentado na V Reunião Antropólogos do Mercosul, entre os dias 30/11 e 03/12 de 2003, em Florianópolis.

CAMPESTRINI, Hildebrando, GUIMARÃES, Acyr V. *História de Mato Grosso do Sul*. Campo Grande/Brasília, 1991.

<sup>21</sup> Consideramos aqui como geração mais jovem aquela que tem idade até 18 anos.

<sup>22</sup> FUNASA/MS.



FERREIRA, Eva Maria Luiz. (2007) A participação dos índios Kaiowá e Guarani como trabalhadores na Companhia Matte Larangeira. Programa de Mestrado em História/UFGD, 111 p. (Dissertação de Mestrado).

FLEURI, Reinaldo M. Os desafios da educação intercultural no Brasil. In Reinaldo M. Fleuri (org.) Intercultura: estudos emergentes. 1. Ed. v. 1, Ijuí: Unijui, 2002, p. 128- 150.

FOWERAKER, Joe. A luta pela terra: a economia política da fronteira pioneira no Brasil de 1930 aos dias atuais. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

LE BRETON, D. Adeus ao corpo: antropologia e sociedade. Campinas/SP: Papirus, 2003.

LITTLE, Paul E. Territórios Sociais e Povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. Série Antropologia, Brasília, 2002.

MAUSS, M. Sociologia e antropologia. São Paulo: Edusp, 1974.

\_\_\_\_\_. Sociologia e antropologia. São Paulo: Cosac, 2003.

MELIÀ, Bartomeu. El Guarani conquistado y reducido. Biblioteca Paraguaya de Antropologia, Assunção: CEADUC, 1988.

\_\_\_\_\_. El pueblo guaraní: unidad y fragmentos, Mimeo, Assunción. 12 p. 2008. MELIÀ, Bartomeu, GRÜNBERG, Georg, GRÜNBERG, Friedl. Los Pãi-Tavyterã-Etnografía Guarani del Paraguay contemporáneo. Asunción: Centro de Estudios Antropológicos, Universidad Católica "N.S. de la Asunción", 1976.

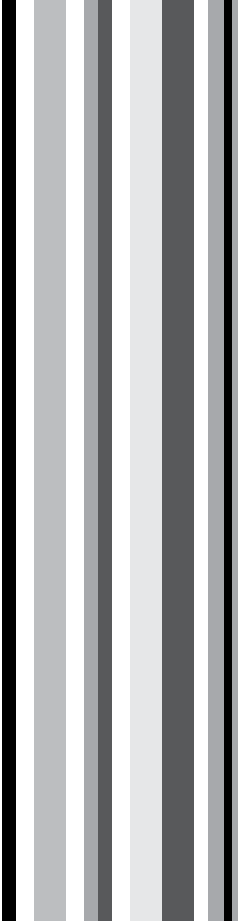
SCHADEN, Egon. 1965. Aculturação indígena: Ensaio sobre fatores e tendências da mudança cultural de tribos índias em contato com o mundo dos brancos. São Paulo, Pioneira/EDUSP.

\_\_\_\_\_. Aspectos fundamentais da cultura guarani. 3 ed. São Paulo: EDUSP e EPU, 1974.

SOUSA SANTOS, Boaventura de; MENESES, Maria Paula G.; NUNES, João Arriscado. Para ampliar o cânone da ciência: a diversidade epistemológica do mundo, in Semear Outras Soluções. Os caminhos da biodiversidade e dos conhecimentos rivais, Boaventura de Sousa Santos (org.), Rio de Janeiro: Civilização Brasileira e Ministério da Cultura, 2005, p. 21-45.

SUASSUNA, D.; Barros, J.; AZEVEDO, A. e SAMPAIO, J. A relação corpo-natureza na modernidade. Brasília: Revista Sociedade e estado. v. 20, n. 1, fev./abr. 2005.

VIETTA, Katya, BRAND, Antônio. (2004) Missões Evangélicas e Igrejas Neopentecostais Entre os Kaiowá e Guarani em Mato Grosso do Sul. In Transformando os Deuses. Igrejas evangélicas, pentecostais e neopentecostais entre os povos indígenas no Brasil. WRIGHT, Robin M. (org). Campinas: Editora da Unicamp, p. 219-264, 2004.



## TERRITÓRIO, RECURSOS NATURAIS E CULTURA MATERIAL ENTRE OS GUARANI E KAIOWÁ, EM MATO GROSSO DO SUL: AS CONSEQUÊNCIAS DO CONFINAMENTO SOBRE A PRODUÇÃO E REPRODUÇÃO DOS CONHECIMENTOS TRADICIONAIS E DA CULTURA MATERIAL

Rosa Colman  
José Francisco Sarmento Nogueira

Os povos indígenas que hoje vivem entre nós vêm de um processo colonial extremamente agressivo e violento, que não só destruiu a maior parte dos povos que aqui viviam antes dos europeus, mas, devido à ocupação dos seus territórios e ao comprometimento dos recursos naturais, comprometeu, também, a sustentabilidade dos que lograram resistir a esse processo. São povos que, sob a ótica do colonizador, deviam integrar-se às sociedades nacionais, entendendo-se, essa integração como a superação de suas concepções de território, seu modo de vida, sua organização social, seus conhecimentos, sua economia, sua religião, entre outros, considerados, pelos Estados Nacionais, como indicativos de atraso e de não civilização.

Os índios Guarani e Kaiowá<sup>1</sup>, localizados ao Sul do atual Estado de Mato Grosso do Sul, passaram por um dos mais radicais processos de confinamento territorial, verificado na história recente do Brasil. Entre os anos de 1915 a 1928, o Serviço de Proteção aos Índios, SPI, órgão oficial de proteção aos índios, criado em 1910, demarcou para usufruto dessa população oito pequenas extensões de terra, somando um total de 18.240 hectares. Com a crescente ocupação da região por diferentes frentes de exploração econômica, a mata desapareceu e os Guarani e Kaiowá foram obrigados a abandonar suas aldeias tradicionais e a se alojar dentro dos espaços reservados pelo SPI. É o que verificamos em Té'yíkue, terra indígena localizada no município de Caarapó, aldeia na qual pretende-se realizar a presente pesquisa. Em uma terra de 3.600 hectares vivem hoje cerca de cinco mil pessoas.

<sup>\*</sup> Projeto com financiamento do CNPq e coordenado pelo prof. Dr. Antonio Brand.

<sup>1</sup> Segundo a classificação recorrente na antropologia, os Kaiowá, Mbya e Nandeva são considerados guarani, sendo que somente esses últimos, os Nandeva se autoreconhecem como guarani, sendo tratados desta forma. Embora em menor número, os Guarani/Nandeva constituem a população majoritária em quatro áreas indígenas, estando, porém, presentes em diversas áreas Kaiowá. Por esta razão, no presente projeto utilizamos a designação Guarani e Kaiowá para referir-se a essas duas parcialidades.



Esse processo de confinamento gerou inúmeras mudanças no cotidiano indígena, em especial, criou desafios novos para a sua sustentabilidade e para sua organização social, sendo apontado por pesquisadores e representantes indígenas, como causa de inúmeros problemas hoje vivenciados por essa população. O confinamento e a superpopulação verificada no interior das reservas demarcadas reduziu o espaço disponível, provocando escassez de recursos naturais importantes para a qualidade de vida dessa população indígena.

Precarizou, profundamente, a sua sustentabilidade, transformando povos que, durante séculos, produziram alimentos não só suficientes, mas abundantes, como atesta a documentação histórica, dependentes das políticas de segurança alimentar do Governo Federal.

No entanto, ao analisar as consequências desse processo histórico para a vida dos Guarani e Kaiowá, as pesquisas centram-se mais na economia indígena e no aumento da dependência das políticas de segurança alimentar do governo. Porém, o confinamento, em especial o comprometimento dos recursos naturais criou problemas novos e deixou consequências em outras dimensões da vida indígena, menos estudadas, mas, que nos parecem igualmente relevantes na perspectiva da sua sustentabilidade, entendida aqui como o fortalecimento da identidade sócio-cultural dessa população indígena.

Segundo Oliveira Filho (1999), a atribuição de “base territorial fixa” ou, se quisermos, o confinamento, constitui um “ponto-chave para a apreensão das mudanças” e deflagra processos de “reorganização sociocultural de amplas proporções”, o que leva Candau (2002) a referir-se a “processos de sustentabilidade sociocultural”, indicando para profundas imbricações dessas iniciativas com as dinâmicas culturais. E, entendendo sustentabilidade como meta e objetivo dos próprios povos indígenas, como “política indígena” (Gallois, 2005), o foco da discussão sobre o tema deveria centrar-se no apoio ou fortalecimento do “equilíbrio” dos sistemas de troca e reciprocidades entre as pessoas e dessas com o mundo natural e sobrenatural (Azanha, 2005), remetendo para o apoio e fortalecimento da organização social e das redes de reciprocidade.

Embora conscientes da relevância das mudanças verificadas pelo processo de confinamento e de conseqüente superpopulação nas terras hoje ocupadas pelos Guarani e Kaiowá, em Mato Grosso do Sul, no âmbito da economia e da organização social, o presente estudo pretende investigar eventuais conseqüências desse processo sobre a produção e reprodução dos conhecimentos tradicionais e da cultura material, fatores considerados importantes nos processos de afirmação étnica e de sustentabilidade.

Entendemos que a marca principal do conhecimento tradicional não é seu conteúdo ou sua antiguidade, mas a forma como é produzido e reproduzido (Gallois, 2005) e essa forma remete para o cotidiano indígena, verificando-se um processo coletivo e acumulativo, resultado de longa inserção e experimentação. Há um processo dinâmico, como qualquer processo cultural. Este pensamento vai de encontro com a afirmação de Vidal e Lopes Silva (1992, p. 279):

Enquanto ‘expressão estética gráfica de identidades étnicas e culturais’, estas manifestações visuais como qualquer outro fenômeno cultural, são aqui encarados como processo, no qual articulam-se estilo coletivo/ repetição com capacidade criadora individual/ variação.

A cultura material emerge como relevante porque carrega em seus objetos, sejam eles, utilitários, religiosos, musicais, ou outros, conceitos de beleza e arte, além de diversas informações, representadas por elementos gráficos, portadores de informações e que vem impregnadas de história. Segundo Berta Ribeiro “os elementos proporcionam informações de caráter sociológico e mágico religiosos sobre a condição étnica, clássica, etária, sexual e social de cada membro da comunidade” (1987, p.11). Os elementos gráficos citados acima

se posicionam nos desenhos corporais que conferem ao indivíduo uma segunda pele, a “*pele social*”. A ornamentação no pensamento indígena é em essência parte integrante do objeto a que se aplica, seja ele o corpo humano ou um artesanato. Do contrário, um e outro estarão incompletos e despersonalizados, culturalmente. Constitui-se, então, em importante ferramenta de aprendizado e reprodução de conhecimentos e da história desse povo e de seu território.

Pretende-se, assim, investigar as consequências da perda territorial e do correspondente confinamento e escassez de recursos naturais sobre o processo de reprodução dos conhecimentos tradicionais sobre esse mesmo território, recursos naturais e a cultura material, elementos importantes na explicitação da identidade étnica e sustentabilidade. As principais perguntas que motivam a pesquisa aqui proposta podem ser assim formuladas: - como o confinamento dentro das reservas, demarcadas pelo SPI, e a conseqüente escassez de recursos naturais relevantes no cotidiano guarani, interferem na produção e reprodução do conhecimento indígena e; - como e até que ponto o comprometimento da diversidade ambiental, decorrente dessa escassez de recursos naturais, vem comprometendo a produção da cultura material e, por conseguinte, contribuindo para a não reprodução do conhecimento relativo a essa produção?

E, finalmente, considerando as demandas atuais relativas à sustentabilidade dessas populações, surge a interrogação se seria viável, na perspectiva indígena, um programa de recomposição ambiental das variedades consideradas mais relevantes no cotidiano indígena, e até que ponto essa iniciativa poderia contribuir para o processo de produção e reprodução dos conhecimentos tradicionais envolvendo recursos naturais, em especial, a produção de determinados artefatos da cultura material, inclusive como alternativa de geração de renda.

O objetivo principal do projeto é investigar a relação entre o comprometimento dos territórios e o escasseamento de recursos naturais e a cultura material e imaterial e a produção e reprodução dos conhecimentos tradicionais, tendo como base a terra indígena Te'ýikue, município de Caarapó, MS. Além disso, pretende investigar o processo de confinamento e de correspondente escasseamento dos recursos naturais; entender o processo de degradação dos recursos naturais da comunidade guarani de Te'ýikue e suas possíveis consequências sobre a produção e reprodução do conhecimento tradicional; estudar a relação entre o comprometimento dos recursos naturais e cultura material e imaterial e a produção e reprodução do conhecimento sobre esse tema; analisar a viabilidade de programas de recuperação ambiental e de produção da cultura material e do conhecimento tradicional, tendo em vista possibilidades de fortalecimento da sustentabilidade; investigar alternativas e negociações que vem sendo desenvolvidas pelos Guarani frente à escassez de recursos naturais e um cenário de substituição, releitura, assimilação e outras estratégias e subjacentes concepções de base.

## **Território e Recursos Naturais**

O território, sob a ótica das populações indígenas, pode ser considerado como suporte da “vida social ligada a um sistema de crenças e conhecimentos”, o que leva Alcida Ramos (1986, p.13) a afirmar que “para as sociedades indígenas a terra é muito mais que simples meio de subsistência”. É o espaço que torna possível a produção de relações “sociais e simbólicas”, que permitem vivenciar a inter-relação entre os homens, a natureza e a sobrenatureza. Sua relevância não se restringe aos recursos naturais mas tão importante quanto estes, é um “recurso sociocultural”. Meliá (apud Brand, 1997, p. 2), referindo-se ao território tradicional guarani, conclui que o mapa cultural se “superpone a un mapa ecologico que si no es del todo homogeneo, tampoco quiebra ciertas constantes ambientales”.

As populações indígenas concebem conceitos distintos de natureza, sendo que, ao contrário do pensamento ocidental, entendem haver “interligação orgânica entre o mundo natural, o sobrenatural e a organização social” (Diegues e Arruda, 2001, p.32). Suas cosmologias explicitam como esses diversos níveis se articulam e interagem. Segundo Giannini (1992, p. 145), na visão de mundo dessas populações, “natureza e sociedade representam uma oposição que se inter-relaciona através de metáforas e símbolos, mitos e cerimoniais e mesmo comportamentos dos mais cotidianos...”. Homens, plantas e animais, integram o mesmo mundo, distinguindo-se dos primeiros, em muitos casos, apenas “pela diversidade de aparências e pela falta de linguagem”, podendo, inclusive, em alguns casos, humanos tornarem-se animais e vice-versa (Diegues e Arruda, 2001, p. 32)<sup>2</sup>.

Os conceitos de natureza e a sua relação com os homens são construídos culturalmente e relacionados com a cosmologia, na qual encontram sua lógica explicativa. E, nesse sentido, para compreender a relação entre a diversidade que caracteriza o mundo da natureza e o mundo da cultura, entendido aqui como o “mundo dos homens”, é fundamental superar a concepção dualista e hierarquizada que sustenta a visão ocidental e cristã de mundo. Para Descola (1988, p. 132), os conceitos que vêm da tradição grega sempre incitam a ver na natureza uma “*realidad exterior al hombre que éste ordena, transforma y transfigura*”. Para os Kaiowá todas as etapas que marcam o plantio e a colheita do milho vem acompanhadas por um igual ciclo de rituais e rezas, destacando-se a cerimônia do batismo do milho (*avatikyry*), ou festa da chicha, que expressa bem a interdependência entre organização econômica, social e religiosa. O ciclo econômico e o ciclo dos rituais religiosos se articulam.

Os Kaiowá, da aldeia de Panambizinho, município de Dourados, MS, relacionam o crescimento e o desenvolvimento dos meninos ao milho. Ambos dependem, para seu pleno amadurecimento, de complexos rituais - *kunumi pepy avatikyry* - que ocupavam lugar relevante na vida de qualquer aldeia kaiowa: “*Así como en el avatikyry el maíz es una criatura, en el kunumi pepy los niños son como las plantas*” (Chamorro, 1995, p. 118). Na mesma linha vai o depoimento de Jorge Paulo, da reserva de Caarapo<sup>3</sup>, afirmando que “quando batiza planta parece criança quando vai ao doutor para tomar vacina. Aí não pega doença”, ou seja, o bom desenvolvimento das plantas depende da comunicação com os seus “donos”, através da reza e das práticas rituais. Cavanha Paim, da mesma área indígena reconhece que “vai deixando a reza e a planta e a chuva fica ruim”<sup>4</sup>.

Oliveira (1999, p. 162) alerta para o fato de não se considerar suficientemente a importância da diversidade de recursos ambientais ou o pouco conhecimento que se tem da relação entre “culturas indígenas e os nichos ambientais” ou, ainda, para a pouca inter-relação entre política indigenista e ambiental. Há duas importantes percepções que permitiram às populações indígenas construir um conhecimento inédito e abrangente sobre as plantas e os animais em seus territórios. Uma primeira diz respeito à percepção da interdependência entre o mundo da natureza, dos vegetais e dos animais, e o mundo dos humanos. E uma segunda, decorrente dessa, que entende a natureza como algo vivo com quem interage e se estabelece uma comunicação constante. Não se trata, sob a ótica dessas populações, de dominar a natureza,

<sup>2</sup> Carneiro (1987, p. 56) refere-se a um mito kuikuro, segundo o qual, “em tempos pregressos, as árvores eram gente”, falando em aldeia habitada por um “povo das árvores”, sendo que as árvores têm participação importante na geração dos heróis da cultura kuikuro. Referindo-se aos Achuar, Descola (1988, p. 132), afirma que “en los tiempos míticos”, ao perder sua forma humana, os seres da natureza perdem “*ipso facto*” a fala e a capacidade de expressar-se através do “*lenguaje articulado*”. Mas, segue ele, para os Achuar conservam “*ciertos atributos de su estado anterior*”.

<sup>3</sup> Brand, 1997, p. 243.

<sup>4</sup> Brand, 1997, p. 245.

mas entender sua linguagem e compreendê-la, na certeza de que a sobrevivência do homem dependerá muito mais dessa sua capacidade de compreensão e respeito frente à mesma, do que de sua capacidade de dominá-la ou de transformá-la. Por isso, sua preocupação fundamental não é a transformação do meio ambiente, mas a compreensão dos processos de sua reprodução, conforme vem explicitado desde tempos imemoriais (Bremen, 1987, p. 14).

O homem não ocupa uma posição de superioridade e nem de inferioridade, mas é parte integrante, razão porque, para estes povos, é fundamental conhecer a natureza que implica em ir além do domínio de determinadas técnicas - de caça, pesca e coleta - e chegar à identidade e personalidade, ou ao espírito de cada ser vivo, suas qualidades e sua função. E esse conhecimento decorre da observação e da vivência cotidiana, iluminados, sempre, pela sua visão cosmológica, na qual os mitos desempenham um papel relevante (Bremen, 1987, p.12-13). Daí a relevância da pesquisa sobre esses processos em um contexto de completa alteração do entorno regional, no que se refere aos recursos naturais.

A preocupação fundamental dos povos indígenas é “integrar-se da melhor maneira possível ao mundo existente (...), procurando conhecer a sabedoria daquelas forças” (Bremen, 1987, p. 15). Há, portanto, uma diferença fundamental da forma ocidental de entender a natureza. Para eles a comunicação com os espíritos dos seres é possível mediante a capacidade de estabelecer relação com o sobrenatural. “Quando a gente vai entrar no mato, tem que fazer o *jehovasa* (se benzer), assim falar pro dono da mata para não olhar mal pra gente. Então, na época pra derrubar o mato, você tem que chegar ali e fazer assim” porque se derrubar a árvore sem estabelecer contato com o espírito da mata você fica doente, afirmava uma liderança guarani, da reserva indígena de Caarapó<sup>5</sup>. E segue o depoimento da mesma liderança, afirmando que “nós mesmos somos os do mato, nós somos o mato. Olha, antigamente nós éramos do mato, fazemos parte, com os bichos, com o meio ambiente, nós somos o meio ambiente, o mato”. Nesse sentido, conforme se pode notar nesse e em outros fragmentos de narrativa, o conhecimento acumulado por cada povo indígena sobre a natureza reflete, certamente, essa sua experiência de busca de compreensão e entendimento, que vai sendo repassado de uma geração para a outra.

Os primeiros viajantes já se surpreendiam com o significativo número de plantas medicinais utilizadas pelos indígenas, sendo somente uma pequena parte delas conhecidas pela farmacopéia ocidental. Descola (1988, p. 113 e ss), em suas pesquisas entre os Achuar, do Equador, constatou que um homem adulto sabe nomear praticamente todas as plantas que encontrar na floresta, chegando a uma lista não exaustiva de 262 nomes. Nesse reconhecimento recorre a critérios de forma, cor, odor e saber. Carneiro (1987, p. 54) chega à mesma conclusão em suas pesquisas junto aos Kuikuro que além dos nomes e classificação das plantas e árvores da floresta, conhecem as propriedades físicas de sua madeira (dureza, peso, flexibilidade resistência à deterioração etc..), de fundamental importância para a definição de sua utilização como matéria-prima, especialmente para o uso como medicamento. Descola (1988, p. 119), afirma, ainda, que encontrou, aproximadamente, 600 nomes de animais, sendo os índios capazes “*no solamente de describir su morfología con los menores detalles así como sus costumbres y su hábitat, pero saben también imitar las señales sonoras que ella emite*”, superando a simples taxionomia.

Referindo-se à horticultura, Descola (1988, p. 227), destaca, ainda, a grande variedade de cultivares de importância alimentícia, cultivados pelos Achuar. Encontrou ele: 22 variedades

<sup>5</sup> Depoimento gravado durante oficina realizada em Caarapó, dia 9 de novembro de 2000, com um grupo de índios já mais idosos, tendo em vista a implementação de um programa de replantio de espécies vegetais nativas no interior da terra indígena.

de batata doce, 17 de mandioca, 15 de banana e 12 de inhame. Anderson e Posey (1987, p. 45), em suas pesquisas junto aos Kaiapó, no Pará, conhecedores de práticas agrícolas em regiões de cerrado, concluíram que, ao iniciar uma roça, estes índios introduziam grande número de espécies e variedades. Registraram na aldeia *Gorotire*, em média, 50 espécies de plantas sendo cultivadas por roça, incluindo 17 variedades de mandioca e macaxeira, 33 variedades de batata doce, inhame e taioba. Outro estudo, de Robert Carneiro (citado por Posey, 1987, p. 12), indica que os *Kuikuro* utilizavam 80% das árvores e arbustos, cipós e ervas de seu habitat para a confecção de abrigos, artefatos, transporte, alimentação, medicação, perfume e cosméticos<sup>6</sup>.

Inúmeros outros exemplos atestam o extraordinário conhecimento indígena dos recursos naturais e formas de sua exploração. Posey (1987, p. 19) conclui que os povos indígenas “possuem informações acuradas sobre a diversidade biológica e as potencialidades dela resultantes para a captação de recursos naturais”. Elisabetsky (1987, p. 135) afirma que “é notável o fato de terem essas diversas culturas encontrado, em seus meio-ambientes, espécies vegetais distintas com princípios ativos iguais - ou diferentes - e, em cada caso, terem selecionado a maneira mais eficaz de usá-los”.

Carneiro<sup>7</sup> prefere falar em saber local e entende que, como qualquer saber, este é um “produto histórico” e que como “processo de investigação e recriação” enfrenta o problema da “erosão das condições de produção desse saber” (1999, p. 156), porque o tradicional, nesse caso, diz respeito, segundo a autora, mais à “forma específica” de sua produção do que aos conteúdos<sup>8</sup>. E ao falar em erosão das condições de produção do conhecimento local ou tradicional, a autora refere-se à deterioração das “formas sociais das instituições que permitem esse tipo de ciência”. E aí, considerando que lidamos com um conhecimento ou uma ciência que se baseia “na vida” e na “exploração dos recursos dentro de um território” (1999, p. 159) ressalta, exatamente, a relevância das questões destacadas pela presente proposta de pesquisa, ou seja, a relação entre as consequências do confinamento sobre a produção e reprodução desse conhecimento tradicional e da cultura material. O conhecimento indígena não separa o conteúdo informacional de formas e práticas culturais, tradições, costumes e ritos, que funcionam como seu substrato.

A partir dessa relação profunda entre a cultura e a produção se pode ver a importância da constatação de que esse amplo conhecimento sobre a biodiversidade construído e, historicamente, atualizado pelos povos indígenas está, em grande parte, sendo comprometido junto com a própria biodiversidade. Ou seja, junto com a destruição das matas, ao que tudo indica, também, se esvai o conhecimento sobre essa mesma mata. Esse ponto marca a relevância do presente projeto de pesquisa, voltado para o estudo da relação entre território, recursos naturais, conhecimento e cultura material, tendo em vista sempre a produção de subsídios que possam fundamentar propostas de fortalecimento da sustentabilidade interna. É importante levar em conta as diferenças do ponto de vista indígena. Azanha (2005, p.12) propõe alguns parâmetros importantes para se refletir sobre essa questão. Segundo ele,

<sup>6</sup> Recentemente, em visita a uma plantação de mandioca de um índio guarani, em Porto Lindo, município de Japorá, encontrou-se um total de seis variedades plantadas no mesmo espaço.

<sup>7</sup> Palestra proferida no Instituto de Estudos Avançados da USP, em 17 de junho de 1998 e publicada em *Estudos Avançados*, 13 (36), 1999, sob o título *Populações Tradicionais e a Convenção da Diversidade Biológica*.

<sup>8</sup> Viveiros de Castro (2007), após reconhecer que falamos muito em “conhecimentos tradicionais” indígenas, que estes devem ser valorizados, assimilados, incorporados ao nosso estoque de conhecimentos, e retribuídos, i.e. “reciprocados”, vai na mesma direção de Manuela Carneiro e critica o fato dessas abordagens centrarem-se no conteúdo desses conhecimentos, quando, segundo esse autor (2007), o que distingue exatamente os conhecimentos tradicionais indígenas dos nossos conhecimentos (tradicionais ou científicos) é a forma (ver in *A NATUREZA EM PESSOA: SOBRE OUTRAS PRÁTICAS DE CONHECIMENTO*, Encontro “Visões do Rio Babel. Conversas sobre o futuro da bacia do Rio Negro”. Instituto Socioambiental e a Fundação Vitória Amazônica, Manaus, 22 a 25 de maio de 2007).

[...] a condição humana é uma condição cultural e se encontra, de imediato investida de uma sociabilidade e toda sociabilidade se fundamenta em um sistema de trocas (reais e simbólicas) entre grupos humanos que assim e somente assim, formam um sistema de inter-relações, uma sociedade. Estas inter-relações são culturalmente produzidas, estabelecendo-se regras e normas que fornecem para o sistema de trocas um conteúdo específico, ao definirem com quem se troca o quê.

O sistema de trocas que põe em relação grupos humanos é ao mesmo tempo a sua base constitutiva. Trata-se de um sistema entre humanos, mas também com o seu ambiente. Daí que, segundo o conceito de sustentabilidade, na perspectiva das comunidades indígenas, a natureza é muito mais que um manancial de recursos econômicos, que pode ser explorado desvinculado da cultura, ou seja, das relações de troca e de produção simbólica. É no território que se produzem as relações “*sociais e simbólicas*”,

O projeto de Estado Nacional, implantado na América, foi o grande promotor da destruição tanto da biodiversidade como da sociodiversidade. Segundo Stavenhagen (1997, p. 247), os Estados-Nação modernos apoiavam-se na hipótese que deviam ser “culturalmente homogêneos”, constituindo-se essa homogeneidade na essência da nacionalidade, derivando dessa percepção as noções de Estado e cidadania. Destaca este autor que, na maior parte dos casos, essa ideia encobria de fato o que ele denomina de Estados “etnocráticos”, ou a imposição do grupo étnico ou da cultura dominante sobre os demais, subordinando à força minorias religiosas, linguísticas e étnicas. E nenhum aspecto da realidade fugia a essa imposição. Dessa forma, impôs uma determinada lógica econômica e de relação com a natureza, gerando resultados similares em termos de comprometimento da diversidade, seja ela ambiental ou cultural.

## Referências

- ANDERSON, Antonhy e POSEY, Darrel. 1987. Reflorestamento indígena. In *Ciência Hoje*. Vol. 6, n. 31.
- AZANHA, Gilberto. 2005. O que é sustentabilidade para as sociedades indígenas? São Paulo: Edusp, 182 p.
- \_\_\_\_\_. 2005. Sustentabilidade nas Sociedades Indígenas Brasileiras. In: *Tellus / Núcleo de Estudos e Pesquisas das Populações Indígenas-NEPPI*, ano 5, n. 8/9, abr./out.p.11 – 35, Campo Grande, UCDB.
- BRAND, Antonio. 1997. O impacto da perda da terra sobre a tradição kaiowá/guarani: os difíceis caminhos da Palavra, Tese de doutorado, História da PUC/RS.
- \_\_\_\_\_. 2001. Desenvolvimento Local em comunidades indígenas no Mato Grosso do Sul: a construção de alternativas, *Interações*, vol. 1, n. 2, Campo Grande, UCDB, março, p. 59-68.
- \_\_\_\_\_. 2008. Populações Indígenas e Lógicas Tradicionais de Desenvolvimento Local. *Interações*, vol.9, nº 2, Campo Grande, UCDB, jul./dez.
- \_\_\_\_\_. 2003. Biodiversidade e diversidade cultural entre os Kaiowá e Guarani no MS, in *Fragmentação Florestal e Alternativas de Desenvolvimento Rural na Região Centro Oeste*. Reginaldo Brito da Costa (org). Campo Grande e Londrina: UCDB/Midiagraf, p. 175-204.
- BREMEN, Volker Von. 1987. Fuentes de caza y recolección modernas. Projectos de ayuda al desarrollo destinados a los indígenas del Gran Chaco, p.14.
- CANDAUI, V. M. (org.) 2002. Sociedade, educação e cultura(s): questões e propostas. Petrópolis, RJ: Vozes.
- CARNEIRO, Robert. 1987. Uso do solo e classificação da floresta (Kuikúro), in *Suma etnológica brasileira*. Etnobiologia. Ribeiro, Berta (coord.), vol 1, 2º ed., p. 47-56.



- CASTRO, Eduardo Viveiros de. 2007. A NATUREZA EM PESSOA: SOBRE OUTRAS PRÁTICAS DE CONHECIMENTO. Encontro "Visões do Rio Babel. Conversas sobre o futuro da bacia do Rio Negro". Instituto Socioambiental e a Fundação Vitória Amazônica, Manaus, 22 a 25 de maio.
- CHAMORRO, Graciela. 1995. Kurursu Ñe'ëngatu: palavras que la história no podría olvidar. Assunción: Centro de Estudios Antropológicos/ Instituto Ecumênico de Posgrado/ COMIN, 235 p.
- COLMAN, Rosa Sebastiana. 2007 Território e Sustentabilidade: Os Guarani e Kaiowá de Yvy Katu. Dissertação de Mestrado. Programa de Mestrado em Desenvolvimento Local /UCDB, Campo Grande. 178 p.
- CUNHA, Manuela Carneiro. 1995. O futuro da questão indígena, in A temática indígena na escola. Silva, Aracy e Grupioni, Luis Donizete Benzi (org), Brasília, MEC/MARI/UNESCO, p. 129-141.
- DESCOLA, Philippe. 1988. La selva culta. Simbolismo y praxis en la ecología de los Achuar. trad. de Juan Carrera Colin y Xavier Catta Quelen, Quito: Abya-Yala.
- DIEGUES, Antônio Carlos e ARRUDA, Rinaldo S.V. (org). 2001. Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil. Brasília: Ministério do Meio Ambiente; S. Paulo: USP.
- ELISABETSKY, Elaine. 1987. Etnofarmacologia de algumas tribos brasileiras. in Suma etnológica brasileira. Etnobiologia. Ribeiro, Berta (coord.), vol. 1, 2º ed., p. 135-148.
- GIANNINI, Isabelle Vidal. 1992. Os índios e suas relações com a Natureza. in Índios do Brasil, Grupioni, Luis Donizete Benzi (org.). S. Paulo: Secretaria Municipal de Cultura. KOENIGSWALD, Gustav. 1908. Die Cayuas. Globus, Braunschweig, n. XCIII, p. 376-381.
- LOPEZ da SILVA, Aracy. 1992. Mitos e cosmologias indígenas no Brasil: breve introdução. in Índios do Brasil. S. Paulo: Secretaria Municipal de Cultura, p. 75-82.
- MELIÁ, Bartomeu, GRÜNBERG, Georg, GRÜNBERG, Friedl. 1976. Los Pãi-Tavyterã- Etnografia Guarani del Paraguay contemporáneo. Asunción: Centro de Estudios Antropológicos, Universidad Católica "N.S. de la Asunción".
- OLIVEIRA FILHO, J. P. 1999. Ensaios em Antropologia Histórica. Rio de Janeiro: Editora UFRJ.
- POSEY, Darrell. 1987. Introdução - etnobiologia: teoria e prática, in Suma etnológica brasileira. 1 etnobiologia. Berta Ribeiro (org), Petrópolis: Vozes.
- RAMOS, Alcida. 1986. Sociedades indígenas. S. Paulo: Ática.
- RIBEIRO, Berta (coord). 1987. Etnobiologia. in Suma etnológica brasileira. 2 ed., 1 vol, Petrópolis: Vozes.
- STAVENHAGEN. Rodolfo. 1997. Educação para um mundo multicultural. In Educação um tesouro a descobrir. Relatório da UNESCO da Comissão Internacional sobre educação para o século XXI. Delors, Jacques (org). Brasília: Unesco e S. Paulo: Cortez.



## PARAGUAI: OS INDÍGENAS NOS CENSOS E OS CENSOS INDÍGENAS ESPECÍFICOS

Rosa Colman  
Marta Maria do Amaral Azevedo  
Juracilda Veiga

O Paraguai é um país pioneiro nas Américas com relação à realização de um Censo específico indígena. No Paraguai foram realizados dois censos específicos indígenas, o primeiro em 1981, foi realizado pelo INDI e o segundo pelo DGEEC, em 2002.

A partir dos três Censos Indígenas realizados no Paraguai, busca-se estabelecer uma análise comparativa principalmente enfocando a metodologia utilizada. Em 1992, os povos indígenas também foram contabilizados e alvo de publicação posterior específica, mas não se fez um levantamento mais amplo dessa população como foi feito em 2002.

Conforme a publicação dos resultados finais do Censo Indígena de 2002, a população indígena cresceu muito, de 1982 a 2002: em 20 anos, passou de 38.703 para 87.099. Este crescimento se deu principalmente a partir de uma melhor enumeração dessa população.

A taxa de crescimento anual da população indígena de 3,9%, também foi maior que a não indígena, de 2,7 % ao ano. Chama a atenção no último censo (2002) a utilização da metodologia participativa com o envolvimento dos próprios indígenas como recenseadores e publicação de resultados finais nas línguas indígenas. Este estudo trabalho terá como fontes principais os materiais publicados e também um estudo do Censo do Paraguai de 1992 sobre população indígena e outras fontes bibliográficas sobre os povos indígenas no Paraguai.

### Os povos indígenas nos censos paraguaios

A inclusão do tema étnico nos Censos Demográficos, em geral, tem sido bastante discutida e percebemos grandes avanços nos países da América Latina. Segundo a avaliação do CELADE/CEPAL (2009, p.5 ):

En los últimos años se constata un mayor interés en identificar los pueblos indígenas y afrodescendientes en los censos de población, según lo han recomendado los organismos internacionales. En la ronda de censos de 2000, hubo un avance en este sentido, puesto



que 17 de 19 países incorporaron preguntas para la identificación de la población indígena y/o afrodescendiente en el cuestionario censal.

O movimento indígena também tem reivindicado a inclusão de informações específicas sobre seus povos apoiados em vários documentos, dentre os quais podemos citar a própria Constituição dos países, a Convenção 169 da OIT e ultimamente a Declaração dos Povos Indígenas da ONU de 13 de setembro de 2007, principalmente, em dois de seus artigos:

Artigo 15. Os povos indígenas têm direito a que a dignidade e a diversidade de suas culturas, tradições, histórias e aspirações sejam devidamente refletidas na educação pública e nos meios de informação públicos.

Artigo 16. Os povos indígenas têm o direito de estabelecer seus próprios meios de informação, em seus próprios idiomas, e de ter acesso a todos os demais meios de informação não indígenas, sem qualquer discriminação.

De acordo com o documento da CEPAL, na América Latina já se desenvolveram duas experiências: Paraguai e Bolívia:

[...] sabemos que la región cuenta con censos y ha avanzado a censos específicos de poblaciones indígenas como el Paraguai y el Estado Plurinacional de Bolivia. Sabemos que las modalidades utilizadas principalmente se han basado en la auto identificación y en preguntas del lenguaje hablado [...] (CEPAL, 2009, 15).

A população indígena no Paraguai, segundo o último Censo Nacional de Población y Viviendas, 2002, era de 87.099 pessoas, que representavam 1,7% da população total do país. Esta população indígena está distribuída em 17 povos indígenas de 5 famílias linguísticas:

Tupi-Guarani (Paĩ-Tavyterã; Mbyá, Ava-Guaraní; Guarayo; Ñandeva ou Tapiete; Aché-Guayakí)

Zamuco (Ayoreo; Chamacoco)

Mataco-Mataguayo (Nivaclé; Maká)

Manjui), Lengua-Maskoy (Lengua; Sanapaná; Guaná; Angaité; Toba-Maskoy)

Guaicuru (Toba-Qon) (MELIÀ, 1997).

O Paraguai é pioneiro na realização de um Censo demográfico indígena específico. Nesse país já foram realizados três Censos Indígenas. O primeiro em 1981, foi realizado pelo Instituto Paraguai del Indígena (INDI) - o órgão governamental responsável pelos temas indígenas -, com a cooperação da Dirección General de Estadísticas, Encuestas y Censos, (DGEEC), vinculado a Secretaria Técnica de Planificación. Os dois últimos censos foram realizados pelo DGEEC, em 1992 e em 2002 com assessoria específica e metodologia construída e participativa. o DGEEC organizou também o Censo Indígena em 2012.

Conforme a publicação dos resultados finais do Censo Indígena de 2002, a população indígena cresceu consideravelmente. Em 21 anos, de 1982 a 2002, a população indígena que era de 38.703 passou para 87.099. A taxa de crescimento anual dessa população foi de 3,9%, sendo maior que a não indígena que foi de 2,7 % ao ano.

Com relação à fecundidade da população indígena, calculou-se que o número médio de filhos por mulher é de 6,3, o que significa uma TFT bastante alta se comparada com os níveis das TFT das mulheres não indígenas, 3,9.

Um aspecto fundamental que chama a atenção foi a metodologia participativa construída nesse processo de realização dos Censos Indígenas. Desde o início do processo, da discussão dos questionários, campanha de divulgação do censo, até a disseminação dos resultados, existe sempre um grande envolvimento dos próprios indígenas, de modo especial, como recenseadores.

A partir dos Censos Indígenas realizados no Paraguai, a seguir, procedeu-se à análise comparativa entre tais censos no que se refere ao avanço nos aspectos metodológicos e nos seguintes quesitos censitários: distribuição da população indígena nos grupos etários, fecundidade e mortalidade infantil indígena. Outros recortes foram também incorporados, estando este estudo estruturado da seguinte forma: demografia histórica, metodologia e envolvimento indígena nos três Censos e principais informações sobre a dinâmica demográfica indígena nos três Censos do Paraguai.

## Demografia histórica

Com relação a demografia indígena histórica, abordaremos o tema, de forma sintética, a partir dos estudos de Melià (1997). Este autor traz um aspecto importante com relação às estatísticas demográficas da primeira época colonial. Afirma, a partir das observações de Zavala (1977, p.138), que a demografia era mais compreendida, nesse período, mais como uma ciência de opiniões. No entendimento de Melià os números a respeito das populações indígenas, e em especial sobre os Guarani, “tal como las presentan los documentos de la época se encuentran em un estado de gran confusión, exageración e imprecisión”(1997, p.21).

Outro aspecto considerado relevante por Melià são os interesses que condicionavam a enumeração dos indígenas. Segundo o mesmo autor, esses interesses foram de três tipos:

determinar cuántos eran los índios amigos y aliados, y cuántos los de guerra; cuántos son o podían ser los indios de servicio, ya sea en condición de *yanaconas* o de *mitayos*, y en fin, cuantos fueron los indios que murieron por causa de la explotación colonial (MELIÀ, 1997, p. 21).

Quanto às fontes da demografia histórica, que dizem respeito às estimativas e enumerações dos povos indígenas do Paraguai, segundo Melià, são de diversas ordens e da mesma forma contem intenções diferenciadas:

são informes, cartas e ‘ordenanzas’ de governadores e oficiais reais que dão conta da situação da colônia, de suas potencialidades econômicas e também de suas dificuldades; as vezes se trata de denúncias pelo ocaso demográfico causado ‘por guerras, mal tratos e epidemias’ do que seria principal responsável o sistema das encomiendas (1997, p.21) (tradução livre)

No que diz respeito aos objetivos da enumeração dos indígenas nesse período, Melià afirma que as “preocupações demográficas” desse período tinham clara relação com o processo de formação da nova colônia que se instaurava no Paraguai (1997, p. 22).

Em termos de análise descritiva, as diversas etapas da demografia histórica que Melià (1997, p. 22) apresenta são a partir dos estudos de Caravaglia (1983, p. 153), e estão estruturados em seis principais momentos. Neste estudo vamos apresentar de forma sintética estas etapas e apenas citar as diversas fases.

O primeiro período vai desde 1537 a 1650, e é denominado como “A etapa que precede as visitas”. Esta primeira etapa se desdobra em diversos outros momentos. E o tempo seguinte abrange os anos de 1652 a 1799 e é conhecido como a etapa “protoestadística”. O período seguinte diz respeito à população das reduções jesuíticas; na sequência apresenta a dinâmica da população encomendada; a penúltima etapa apresentada pelos autores já citados é chamada de “a ação contínua das epidemias”; e a última é denominada “o fim dos “pueblos de índios” (CARAVAGLIA, 1983, *op.cit*, MELIÀ, 1997, p. 22).

A principal característica da etapa inicial, segundo Melià (1997, p. 23) é “a ocasionalidade e a informalidade da estimação demográfica”. Outra característica importante é a preocupação em citar os diversos povos, conhecidos, na época, como nações.

Para Melià (1997, p. 27) este período inicial é marcado, por uma notável força persuasiva política e social e por essa mesma razão estará exposta a tentativas de manipulação e ideologização, ao mesmo tempo, se manifestará como recurso de conhecimento do objetivo do processo colonial e instrumento de planificação.

Nos “Censos” do Paraguai colonial já era possível conhecer as populações indígenas por sexo e por grupos etários. No entanto, Melià afirma que:

Para efectos de Censo y estadísticamente se habría perpetrado un verdadero genocidio de los indios Guaraní. Em realidad aun habiendo ocurrido muchas muertes no naturales entre los Guaraní, hay que reconocer que parte de la población indígena dejó de serla al migrar social y políticamente a la categoría de español, y después de Paraguaio, transformación para la cual no le era necesario ni mestizarse – aunque muchos lo hicieron – ni menos cambiar de lengua. La casi totalidad de “españoles” y de Paraguaio siguió hablando guaraní (1997, p.45).

Na etapa que é denominada como “a demografia indígena nas reduções jesuíticas”, observa Melià, a partir de estudos de Maeder - que é quem se destaca no conhecimento deste período - existem informações detalhadas quase que anualmente registradas sobre crescimento médio anual, saldos migratórios, taxas de natalidade e de mortalidade e índices de masculinidade (MELIÀ, 1997).

As estimativas demográficas mais recentes sobre os povos indígenas do Paraguai estão a cargo, principalmente, de estudiosos como Chase-Sardi, em trabalhos de 1972 e 1990 em que traz uma visão panorâmica sobre a situação atual dos povos indígenas no país. Outro trabalho importante é do projeto Paĩ Tavyterã que publicou informações sobre população, localização, situação político, econômica e social e situação das terras em 1977. Além disso, tem se outros trabalhos sobre etnias específicas que Melià (1997) cita em seu trabalho.

### **Envolvimento dos indígenas nos Censos indígenas de 1981, 1992 e 2002**

O Censo de 1981 é o primeiro considerado especificamente indígena realizado no Paraguai pelo Instituto Paraguaio del Indígena (INDI) com a cooperação da Dirección General de Estadísticas y Censos, (DGEEC). Não foi possível ter acesso ao Censo de 1981, o estudo se dá baseado nos estudos de Melià (1997) que ao tratar do Censo de 1992 traz um panorama geral do Censo de 1981.

As dificuldades encontradas no Censo de 1981, não foram superadas em 1992

En la recolección de los datos hubo dos factores negativos [...] Uno de ellos se refiere a aislamiento de las comunidades y las dificultades de acceso a las mismas; el otro surgió del rechazo al empadronamiento que por razones históricas y culturales mostraron algunas etnias (MELIÀ, 1997, p. 87).

Para Melià (1997) na tentativa de facilitar essa tarefa ao recenseador se proporcionaram alguns conceitos básicos no que se refere ao ser indígena e comunidade e, como usar as noções de domicílio e família e, o conceito de etnia. Descrevemos a seguir estes conceitos, de indígena e comunidade para compreendermos a perspectiva pela qual se encarou o Censo de 1981.

-Fue considerada indígena para el censo toda persona que dijera pertenecer a una determinada etnia y, además, habitase un hogar en una de las comunidades indígenas. - Cualquier persona que dijera pertenecer a una determinada etnia y mantuviese residencia en

una comunidad indígena, aunque negara ser “indio” o “indígena”. -Cualquier persona que dijera pertenecer a una determinada etnia y fuese miembro de una familia en una comunidad indígena existente, aunque uno o ambos de sus padres biológicos no fuesen indígenas. -La persona residente en una comunidad indígena pero que negara pertenecer- obviamente no perteneciese – a una determinada etnia indígena. Por ejemplo: misioneros, antropólogos, no indígenas que hubieren contraído matrimonio con no indígenas. - La persona, hijo de padres biológicos indígenas, que hubiera perdido todo concepto con su comunidad de origen. Por ejemplo: Criados, que viviesen definitivamente con familias no indígenas.

-Comunidad - si una familia indígena viviera en una estancia, ésta pertenecería a una comunidad indígena de mantener lazos sociales constantes con otras familias indígenas de esas comunidades (MELIÀ p. 86 e 87).

Para Melià (1997, p.87) com relação ao conceito de indígena não teve maiores problemas, apenas uma limitação a ser considerada é a exclusão dos indígenas em áreas urbanas. Nesse sentido Melià (1997, p.86) afirma:

Dado que este censo estuvo dirigido exclusivamente a los indígenas, no presentó mayores dificultades para la identificación de los mismos en el campo. Como bien lo señala el estudio (Pg. 15), “... se dispuso de la ventaja de que al campesino Paraguayo el término “indio” o su equivalente “indígena”, le resulta ofensivo, y en ningún momento se encontraron personas no indígenas que quisieran ser incluidos en el censo.

Com relação à participação indígena neste Censo observa-se que foi, exclusivamente, como recenseadores. Assim descreve Melià (1997, p. 87):

Dado que una de las mayores dificultades en este tipo de Censo suele tener mucho que ver con la gran distancia psico-social que hay entre los empadronadores y los indígenas, se procuró obviar el problema con la incorporación de los mismos indígenas en el trabajo de recolección de datos.

O Censo de 1992 se difere ao de 1981, pois, recenseou a todas as pessoas e domicílios num momento determinado. Nas áreas urbanas se fixou um dia e na área rural em torno de duas semanas. É interessante notar que são nas áreas rurais que a maioria dos indígenas vive (MELIÀ, 1997).

Com relação à participação indígena neste Censo, já se observa um maior envolvimento indígena, comparado ao Censo anterior, no entanto ainda limitado a algumas regiões. Assim como relata Melià (1997, p. 89 e 90):

En algunas zonas fueron los mismos indígenas, previamente capacitados, quienes empadronaron las comunidades. Com esto se superaba en gran parte el eventual rechazo y la desconfianza que podían darse por razones culturales y sociopolíticas, y se aseguraba un mayor grado de información ya que era recibida en la misma lengua.

O censo de 1992 apresentou algumas dificuldades ou obstáculos que dificultaram a coleta dos dados, mas que Segundo Melià (1997) não prejudicou o processo. Na análise dos dados se superou essas dificuldades com informações complementares. A seguir apresentamos essas limitações citadas por Melià (p. 90 e 91):

- a) Falta de um mapeamento geográfico prévio que tuviera bien localizadas las comunidades indígenas y los lugares donde era previsible su existência.
- b) Dificultad de acceso a las comunidades y lugares de asentamiento, debido al aislamiento de los mismos. Este fue sin duda uno de los principales motivos de la notable subestimación en el número de indígenas censados y las localidades alcanzadas.

- c) dificultad de detectar como indígenas a personas - eventualmente familias-que se encontraban residiendo en contextos sociales Paraguaios, como podrían ser estancias y otros lugares de trabajo:changa, servicio doméstico, venta callejera de artesanía etc.
- d) confusión en la determinación exacta de la etnia a la cual correspondía un hogar o una persona, debido a la falta de criterios antropológicos adecuados en el empadronador.
- e) Supuesta uniformidad étnica de una comunidad cuando en ella se daba la convivencia de varias etnias, sea por matrimonios mixtos interétnicos, sea por entrevero de los hogares de diversas etnias en una misma área.
- f) Confianza excesiva en los datos arrojados por líderes comunitarios y/u organizaciones, que de hecho no respondían exactamente ni a la fecha ni a la metodología censal, lo que tampoco los invalida del todo.
- g) Problemas para identificar comunidades conocidas con nombres diversos, por duplicación de denominaciones:una indígena y otra “criolla o Paraguaia”. A esto se debe acrecentar el problema de la grafía del lugar no siempre coincidente.

O Censo de 2002 amplia de forma substancial a participação indígena, observa-se um envolvimento desde o início, enfim, em todo o processo do Censo:

El principio metodológico para las actividades desarrolladas antes, durante y posterior al empadronamiento censal indígena se basó en la plena participación de los pueblos indígenas y el acompañamiento activo de todas las instituciones indigenistas públicas y privadas. Esta búsqueda de participación activa de las comunidades indígenas se fundamentó en el reconocimiento de las diversas culturas vigentes en el país y también teniendo en cuenta las limitaciones de los trabajos anteriores. Paralelamente a esta tarea se apeló al llamado de participación de todos los entes indigenistas del sector público y privado, generando un mensaje aglutinante basado en el objetivo general de la tarea, con lo cual se intentaba zanjar las diferencias existentes entre ambos sectores (SERVIN,2008, p.14).

É importante notar que a participação foi sendo ampliada no decorrer do processo, como sinaliza Servin (2003), que coordenou este Censo Indígena:

La participación indígena se dio inicialmente de la mano de sus representantes (líderes políticos y religiosos), y luego con la colaboración de otros referentes importantes, como maestros y agentes de salud, entre otros, hasta llegar a todos los miembros de la comunidad. Se buscó también la participación de las instituciones -indigenistas, tanto del sector público como del privado, así como de las diferentes iglesias que trabajan o tienen presencia en las comunidades indígenas. En síntesis, se procuró en todo momento superar los prejuicios, en especial de los indígenas y del sector privado, ante iniciativas impulsadas por un ente público y ante un proyecto tan amplio, ambicioso y complejo como es un Censo Nacional de Población y Viviendas( SERVIN, 2003, p. 9).

Segundo o coordenador geral do Censo Nacional Indígena 2002, para garantir a qualidade desta participação indígena foi necessário que esta, também, fosse subsidiada, orientada e preparada

La participación indígena estuvo preparada convenientemente por la DGEEC, en estrecha colaboración con los mismos pueblos indígenas y diversas instituciones indigenistas del sector privado y público. Desde el inicio del operativo se vio la necesidad de generar y fortalecer la confianza hacia el trabajo censal de todos los sectores, en especial de los pueblos indígenas, como la mejor garantía para que el operativo fuera viable y redundara en beneficio de todos (SERVIN, 2003, p. 9)

De modo geral, com relação ao envolvimento e participação indígena, podemos concluir sobre sua importância no que diz respeito à autonomia dos povos indígenas que em todos os processos devem ser ouvidos e encarados como protagonistas, como bem reconhece Servin (2003, p.10):

La tarea de realizar un Segundo Censo Nacional Indígena ha dejado para la DGEEC una lección importante. Los pueblos indígenas ya no son meros objetos de análisis, sino sujetos activos que están aprendiendo a aplicar adecuadamente instrumentos de conocimiento ajenos a su cultura, pero con los que consiguen resultados auspiciosos y válidos para todos.

Nesse sentido, para Servin (2008, p.1) “el logro de la participación indígena se basó, fundamentalmente, en el establecimiento y fomento de una confianza mutua (gobernabilidad) entre los pueblos indígenas y el Equipo Técnico”.

No Seminário da CEPAL foi apresentado a experiência do segundo Censo Nacional Indígena de Población y Vivienda de 2002. Segundo este documento: “Se resaltó la importancia de la participación indígena a lo largo de todo el proceso censal, así como un permanente contacto de los organizadores del censo con los pueblos, promoviendo actividades de sensibilización y difusión en lengua indígena” (CEPAL, 2009, p. 21). E segue o mesmo documento sobre o relato da experiência deste Censo:

Subrayó la importancia de realizar un censo indígena a modo de disponer de datos fiables sobre las condiciones de vida de los pueblos indígenas, identificando la diversidad de identidades y lenguas, y no solamente la cantidad. Además, este censo fue importante para favorecer la autoestima indígena, mediante la visibilización de las potencialidades culturales indígenas. Para la identificación se utilizaron tres criterios: autoadscripción, lengua y localización geográfica. (CEPAL, 2009, p. 21)

No relato, também, se destacou a importância da preparação dos indígenas e também da metodologia utilizada na formação. “En la capacitación se emplearon materiales audiovisuales adecuados al contexto y se enfatizó en la comprensión de los instrumentos y procedimientos. Para garantizar el éxito del censo indígena, el 98% de los involucrados en el mismo eran indígenas (CEPAL, 2009, 21).

Com relação aos desafios, às lições aprendidas assim descreve o relatório da CEPAL

se resalta el compromiso institucional de realizar el censo específico para población indígena, con un equipo técnico especializado, con enfoque de derechos humanos, respetando tanto la identidad, las prácticas y cosmovisión, como la territorialidad indígena en todas las etapas del censo. A modo de desafíos, se identificó la necesidad de contar con unidades especiales en diferentes entes públicos que trabajen temática indígena (2009, p. 21).

E o documento segue enfatizando a importância da divulgação das informações “a todos los estratos sociales, instituciones, organizaciones indígenas, autoridades y otros actores, insistiendo en el discurso que las estadísticas son herramientas para incidir en las políticas públicas y no un fin en si mismo” (CEPAL, 2009, p.21).

As limitações apontadas no relato da experiência do Paraguai se descreve

“la falta de mapeo geográfico previo y dificultad de acceso a las comunidades. Além disso se destacou limitações com relação “a la identificación de determinados pueblos indígenas, la captación de personas indígenas fuera de las comunidades tradicionales y por la supuesta homogeneidad étnica al interior de una comunidad, entre otros aspectos” (CEPAL, 2009, 21).

Uma das dificuldades em comparar os Censos é da forma que aparece a questão da identidade, por exemplo. Na avaliação da CEPAL:

En el Paraguai, no sólo los resultados de los diferentes censos no son comparables, porque recién en el año 2002 se preguntó con criterio de autodefinition y el formato utilizado para esta pregunta no sigue la pauta utilizada habitualmente en los censos, sino que se agregó una pregunta al final de los cuestionarios individuales donde se intentó identificar a cada persona, ya censada, con su origen indígena. Esta peculiaridad puede haber dificultado la identificación de las personas de este origen y, más aun, asociarlas con las demás características censales (2009, p. 74).

Para 2012, no que diz respeito a formas de participação dos povos indígenas nas etapas do Censo, pretende-se dar continuidade e ampliação no processo de envolvimento dos povos indígenas, como se observa no relatório:

el diseño y contenido del cuestionario es analizado y discutido con instituciones indigenistas de varios sectores de la sociedad. Está prevista la recolección de datos en base a la configuración de la estructura censal con participación de la población indígena; esto implica también el involucramiento en la capacitación y difusión. Respecto al análisis de los resultados, se analizará el mecanismo que permitirá la más amplia participación (CEPAL, 2009, p. 89).

### Principais informações da dinâmica demográfica dos povos indígenas do Paraguai

No decorrer dos anos de 1981, 1992 e 2002 a população foi sendo redistribuída, no início mais concentrada na região ocidental, passando de 67% em 1981 para 51% em 2002. De fato, no último Censo já se observa, proporcionalmente, uma distribuição mais equilibrada; a porção oriental que representava 33% em 1981 da população indígena do Paraguai, eleva seu percentual para 44,2% em 1992, chegando a 49% em 2002.

Na Tabela 1, também, notamos o peso da população indígena na população total. Em 1981 a população indígena representava 1,3% da população total do país, em 1992, 1,2% e em 2002 essa proporção aumenta um pouco para 1,7%.

**TABELA 1. População total e Indígena por região. Paraguai, 1981, 1992, 2002**

	1981			1992			2002		
	População Total estimativa	População Indígena	%	População Total	População Indígena	%	População Total (amostra 10%)	População Indígena	%
Região Ocidental	58.028	25.991	44,8	105.633	27.615	26,1	138.760	42.964	31,0
Região Oriental	2.896.143	12.706	0,4	4.046.955	21.872	0,5	5.044.320	44.135	0,9
<b>Total Paraguai</b>	<b>2.954.171</b>	<b>38.703</b>	<b>1,3</b>	<b>4.152.588</b>	<b>49.487</b>	<b>1,2</b>	<b>5.138.080</b>	<b>87.099</b>	<b>1,7</b>

Fonte: DGEEC. Segundo Censo Nacional Indígena de Población y Viviendas, 2002.

Ainda com relação à distribuição espacial da população indígena, segundo o DGEEC (2002, p. 13), os indígenas do Paraguai estão assentados, predominantemente, em áreas rurais (91,5%). No entanto, cabe destacar que 5 etnias tem uma presença significativa em áreas urbanas: Maká (77,4%), Maskoy (32,7%), Guaraní Occidental (29,4%), Nivaclé (25,2%) e Enlhet Norte (24,4%). Esta distribuição denotaria uma expulsão para os centros urbanos e, dadas as condições atuais, provavelmente, poderão intensificar-se nos próximos anos. Devemos estar atentos com relação a isso no próximo Censo de 2012.



As pirâmides da população indígena do Paraguai mantêm a forma característica de uma estrutura populacional eminentemente jovem, com base larga. É clara expressão de uma fecundidade alta, que logo vai reduzindo rapidamente nas idades adultas devido às altas taxas de mortalidade a que estão expostas, até converter-se num vértice agudo, devido a reduzida proporção de adultos maiores (DGEEC, 2002). Quanto à distribuição por sexo, existe um ligeiro predomínio masculino (51,7% homens contra 48,3% mulheres).

A distribuição etária da população por grandes grupos etários, e se observa uma população jovem, 47,1% concentrada nas idades 0-14 anos (Tabela 2).

**TABELA 2. População Indígena por grandes grupos de idade. Paraguai 2002**

Grupos de Idade	População Indígena	%
0-14	41.045	47,1
15-29	22.323	25,6
30-64	21.506	24,7
65 e +	2.225	2,6
<b>Total</b>	<b>87.099</b>	<b>100</b>

Fonte: DGEEC.  
Segundo Censo  
Nacional Indígena  
de Población y  
Viviendas, 2002.

A razão de dependência ainda é alta: 49,7% estão concentrados na população mais velha e no segmento com menos de 15 anos. Assim, se considerarmos o grupo de 15 a 64 anos da PIA (População em Idade Ativa) que somam 50,3%, representa ainda uma dependência considerável. Mas, como nos alerta a DGEE (2002, p. 15):

Cabe tener presente que la población indígena no concede importancia a la edad cronológica de las personas tal como la considera la sociedad no indígena, a tal punto que en algunos casos desconocen su edad. Para superar este inconveniente se tuvo especial cuidado en la etapa de sensibilización, capacitación y empadronamiento. El análisis de la población por grandes grupos de edad muestra que poco menos de la mitad no llega a los 15 años, reflejando una alta proporción de población joven, producto de la alta fecundidad prevaleciente. Por otra parte la población adulta mayor (65 años y más) apenas representa un 2,6% de la población total.

A Tabela 3 traz um detalhamento da população indígena por etnia. Também apresenta a população por sexo, em seguida temos um gráfico das razões de sexo dos povos indígenas para os três anos.

Os dados sobre taxas de fecundidade total, só temos os dados gerais, não temos taxas específicas por idades e nem dos censos anteriores. Mas, podemos perceber que a TFT da população indígena (6,5%) é elevada e se aproxima da realidade de TFT da população rural (5,1%) que, também, é alta.

Com relação à fecundidade dos Povos Indígenas, observa-se que o número médio de filhos por mulher é de 6,3 e indica que a fecundidade das mulheres indígenas é alta. Se comparada com a média das mulheres não-indígenas (3,9) representa pouco menos que o dobro (Tabela 4).

A importância dos levantamentos censitários indígenas é bastante clara: sem informações fidedignas é difícil fazer políticas públicas competentes. Por outra parte, verificamos que a temática de levantamentos demográficos de povos indígenas de uma maneira geral, é bastante desafiadora pelas dificuldades que se tem desde o processo de elaboração de questionários, motivação e participação das comunidades indígenas, metodologia da coleta das informações e todo o cuidado que é necessário no processo de revisão, análises e divulgação dos resultados.



**TABELA 3. População Indígena por Etnia. Paraguai, 1981, 1992, 2002**

Família Linguística	Etnia	1981 (a)			1992			2002 (b)		
		Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
1.Guarani	Guarani Occiden	1.464	750	714	1.254	616	638	2.155	1.085	1.070
	Aché	377	198	179	639	347	292	1.190	622	568
	Avá Guarani	4.500	2.358	2.142	6.918	3.587	3.331	13.430	6.992	6.438
	Mbyá	2.460	1.339	1.121	4.744	2.466	2.278	14.324	7.490	6.834
	Pái Tavayretá	4.986	2.586	2.400	8.026	4.138	3.888	13.132	6.697	6.435
	Guarani Nandéva	1.024	508	516	1.827	946	881	1.984	1.027	957
2.Lengua Moskoy	Toba Maskoy	1.280	681	599	-	-	-	756	382	374
	Lengua Enlhet N.	-	-	-	9.501	4.970	4.531	7.221	3.724	3.497
	Lengua Enset S.	8.121	4.209	3.912	1.063	570	493	5.844	3.014	2.830
	Sanapaná	1.794	932	862	2.057	1.057	1.000	2.271	1.193	1.078
	Toba	-	-	-	1.647	782	865	1.474	751	723
	Angaité	2.060	1.047	1.013	84	45	39	3.694	1.844	1.850
	Guaná	383	183	200	-	-	-	242	117	125
3.Mataco Mataguayo	Nivaclé	6.677	3.401	3.271	7.934	4.118	3.816	12.028	6.214	5.814
	Maká	608	300	308	1.061	541	520	1.282	650	632
	Manjui	319	165	154	229	122	107	452	228	224
4.Zamuco	Ayoreo	1.120	568	552	814	443	371	2.016	1.054	962
	Chamacoco Ybyt	-	-	-	908	474	434	1.468	766	702
	Chamacoco Tom	963	484	479	-	-	-	103	48	55
5.Guaicuru	Toba Qom	572	301	271	781	414	367	1.474	753	721
<b>TOTAL</b>		<b>38.708</b>	<b>20.010</b>	<b>18.693</b>	<b>49.487</b>	<b>25.636</b>	<b>23.851</b>	<b>86.540</b>	<b>44.651</b>	<b>41.889</b>

(a)No censo de 1981 a etnia Nivaclé inclui 5 pessoas de Mataco

(b) Para obter o resultado total da população recenseada no Censo Nacional Indígena de 2002 deve se somar a população indígena mais a população não indígena que vive nas comunidades

Fonte: DGEEC. II Censo Nacional Indígena de Población y Vivendas 2002.

**TABELA 4. Taxa de Fecundidade Total da População Total e População Indígena. Paraguai, 2002**

Área	População Total	População Indígena
Urbana	3,2	4,8
Rural	5,1	6,5
Total	3,9	6,3

Fonte: DGEEC. II Censo Nacional Indígena de Población y Vivendas 2002. Censo Nacional de Población y Vivendas 2002.

O Paraguai tem o mérito de ter realizado três Censos Indígenas e pode-se verificar que a cada pesquisa foi possível melhorar a coleta de dados e incluir novos itens. Sem dúvida, o último Censo de 2002 apresenta informações mais completas.

Com relação à participação indígena em 2002, que foi o tema que despertou o interesse deste estudo, consideramos altamente inovador o grau de envolvimento dos Povos Indígenas em todo o processo. O fato de encarar este aspecto como um princípio metodológico foi fundamental para garantir a efetiva atuação dos Povos Indígenas em todo o processo de realização do Censo. Como considerou Servin (2008) o aspecto participativo dos indígenas como lições aprendidas:

Conocimiento y valorización de la cultura indígena a través de la incorporación de su perspectiva de pensamiento en la tarea censal, uso de sus lenguas propias, utilización de sus cantos y danzas”. E de modo especial a atuação das mulheres indígenas: “Incorporación de la perspectiva de género brindando oportunidades a mujeres indígenas para participar de igual manera que los varones de sus comunidades.

## Referências

- BORDÓN, Alicia Arce. Condiciones de vida em Paraguay. Población Indígena. Fernando de La Mora, Paraguai, DGEEC, 2005.
- CELADE. América Latina: aspectos conceptuales de los censos del 2000, Centro Latinoamericano y Caribeño de Demografía, CELADE, Santiago, Chile, 1999.
- CEPAL - Censos 2010 y la inclusión del enfoque étnico: hacia una construcción participativa con pueblos indígenas y afrodescendientes de América Latina. Serie Seminarios y conferencias No 57. Santiago de Chile, septiembre de 2009. Disponível em: <http://www.eclac.org/publicaciones/xml/3/37453/S57SyC-L3095e-P.pdf>
- CHASE-SARDI, Miguel, BRUN, Augusto y ENCISO, Miguel A. 1990. Situación socio cultural, económico, jurídica-política actual de las comunidades indígenas del Paraguay, CIDSEP, Asunción, 1990.
- HAMMEL, E. A. A Theory of Culture for Demography. *Population and Development Review* 16 (3): 455-485, 1990.
- INDI. Censo y estudio de la Población Indígena del Paraguay, 1981, Assuncion, Instituto Paraguai del Indígena, 1982.
- KREAGER, Philip. Population and Identity. In: KERTZER, D.I. E FRICKE, T. (eds.) *Anthropological Demography: Toward a New Synthesis*. Chicago, University of Chicago Press, pp. 139-174, 1997.
- MELIÀ, Bartomeu, *Pueblos Indígenas en el Paraguay, Demografía histórica y análisis de los resultados del Censo Nacional de Población y Viviendas*, 1992, assuncion, 1997.
- Museu Etnográfico Andrés Barbero. *Reseña Etnológica y Etnografías Del Paraguay actual*, Asunción, 2005.
- REHNFELDT Marilin; KRETSCHMER, Regina. *Condiciones de vida en Paraguay. Tierra e Migracion Indígena*. Fernando de La Mora, Paraguai, DGEEC, 2005.
- STP-DGEEC. *Memoria del II Censo Nacional de Población y Viviendas*, Assunción, 2002.
- STP-DGEEC. *Censo Nacional de Población y Viviendas*, Assunción, 2002. STP-DGEEC. *Censo Nacional de Población y Viviendas*, Assunción, 1992.
- STP-DGEEC. *Pueblos Indígenas en el Paraguay. II Censo Nacional de Población y Viviendas*, Assunción, 2002.
- SERVIN, Jorge. *Pueblos Indígenas y Racismo, en un Estado Multiétnico: el caso Paraguai*, Revista: *Población y Desarrollo*, Año XII, Edición N° 21, San Lorenzo, Diciembre de 2001.
- \_\_\_\_\_. *La importancia de la participación indígena en los censos: lecciones aprendidas con el II Censo nacional Indígena 2002 de Paraguai*. Trabalho apresentado no IX ENCUENTRO INTERNACIONAL DE ESTADISTICAS DE GENERO: RONDA CENSAL 2010 - MESA POBLACION INDIGENA Aguascalientes, México, 2008. Disponível em [http://www.inegi.gob.mx/inegi/contenidos/espanol/eventos/IXeieg/doctos/30desep/se sion%204%20b/j\\_servin.pdf](http://www.inegi.gob.mx/inegi/contenidos/espanol/eventos/IXeieg/doctos/30desep/se sion%204%20b/j_servin.pdf)
- SUSNIK, Branislava y CHASE-SARDI, Miguel, 1996, *Los indios del Paraguay*, Colecciones MAPFRE, 1996.
- ZANARDINI, José, y BIEDERMAN, Jorge. 2001, *Los indígenas del Paraguay*, CEADUC, Asunción, 2001.





## APROXIMAÇÕES ENTRE A ETNOLOGIA E OS ESTUDOS DE DEMOGRAFIA HISTÓRICA

Juracilda Veiga

Os estudos demográficos estão ancorados em dados disponíveis nos arquivos escritos, em sua grande maioria e, por isso, não abrangem ou incluem as estimativas de depopulação das Américas depois do contato com os europeus. Marcilio (1984:198) refere à escassez de dados demográficos mesmo já, no século XIX, quando há grande crescimento das cidades. Por conta da falta de dados se tem a falsa impressão que as terras, hoje brasileiras, eram muito pouco habitadas. Livi Bacci (2002) e outros autores contemporâneos fazem esforços para quantificar qual seria a população indígena no Brasil a partir das populações indígenas melhor documentadas, no caso àquelas que estiveram nas missões jesuíticas, no século XVI. Por outra parte, a conquista e a expansão das fronteiras só foram possíveis pela incorporação dos próprios indígenas à empresa colonial. A instituição indígena do “cunhadismo” foi uma forma eficaz de expandir e criar uma população local “de origem européia”. Justamente por não possuir um governo unificado, cada comunidade engajou-se na empresa colonial a partir de seus próprios interesses. As guerras movidas por esse pequeno núcleo povoador contra os comunidades mais afastadas da costa, as pestes e a fome foram responsáveis pela rápida depopulação do interior e também da costa. Ao mesmo tempo surgia uma população mestiça que foi responsável pela expansão das fronteiras econômicas para o interior e pelo ocupação dos territórios indígenas pelos portugueses.

### **A história da depopulação e repovoamento do Brasil**

Nadalim (2003), partindo da leitura de Von Martius, assim se expressa:

“As lições de Martius traduzem-se numa primeira apreensão, na perspectiva da história demográfica: a história do Brasil é uma história de migrações (grifos meus). Ou seja, os deslocamentos populacionais que resultaram na “colonização” e conquista do território foram realizados por uma população migrante, bandeirante de “guerra” e de “povoamento”,

aventureiros e empreendedora de castas diversas, população essa constituída também dos cativos, africanos e seus descendentes negros, mulatos e cafuzos. Essa história de deslocamentos populacionais contemplou, no seu processo, a captura e/ou a destruição física e cultural do Indígena.” (Nadalin 2003:233).

Para outros autores, a história econômica e a história demográfica são interdependentes, uma vez que a “oferta de mão de obra depende dos efetivos populacionais, de sua composição etária, da expectativa de vida e da composição dos lares (...)” (Cardoso & Brignoli 1979:132). Assim, a história da colonização foi dependente das alianças estabelecidas com os indígenas que, num primeiro momento, receberam os europeus como “cunhados”, oferecendo a estes suas irmãs e filhas, por esposas.

Em seu livro *O Povo Brasileiro*, Darci Ribeiro destaca a importância conferida à instituição do *cunhadismo*, expressão que traduz o termo castelhano *cuñadazgo* que simboliza a complexidade das relações de afinidade entre europeus e nativos:

A instituição social que possibilitou a formação do povo brasileiro foi o cunhadismo, velho uso indígena de incorporar estranhos à sua comunidade. Consistia em lhes dar uma moça índia como esposa. Assim que ele a assumisse, estabelecia automaticamente, mil laços que o aparentavam com todos os membros do grupo (Ribeiro, 1995: 81)

Assim o cunhadismo e a poliginia foram a base para o processo de miscigenação, e para a criação de uma população não indígena que deu origem ao povo brasileiro:

A função do cunhadismo na sua nova inserção civilizatória foi fazer surgir a numerosa camada de gente mestiça que efetivamente ocupou o Brasil. (...) Com base no cunhadismo se estabelecem criatórios de gente mestiça nos focos onde naufragos e degredados se assentaram. Primeiro, junto com os índios nas aldeias, quando adotam seus costumes, vivendo como eles, furando os beijos e as orelhas e até participando dos cerimoniais antropofágicos, comendo gente. Então aprendem a língua e se familiarizam com a cultura indígena. Muitos gostaram tanto, que deixaram-se ficar na boa vida de índios, amistosos e úteis. Outros formaram unidades apartadas das aldeias, compostas por eles, suas múltiplas mulheres índias, seus numerosos filhos, sempre em contato com a parentela delas (Ribeiro, 1995: 82-3)

Como exemplo dessa expansão dos não-índios a partir das instituições nativas, podemos citar o trabalho do sociólogo Jorge Ribeiro, sobre a ocupação francesa no Rio de Janeiro:

A intenção francesa era fundar uma colônia no Brasil, a fim de fazer frente a expansão espanhola e portuguesa nas Índias Ocidentais e no Novo Mundo, onde calvinistas pudessem praticar o seu catolicismo reformado e evangelizar os brasis. Três navios partiram de Le Havre, com mais de quatrocentos colonos, a maioria ex-presidiários indultados por se juntarem à aventura de Villegagnon. E assim chegaram ao Brasil em novembro de 1555. Villegagnon construiu, então, o forte Coligny em uma ilha na baía de Guanabara e passou a usar o título de vice-rei da França Antártica. As relações com os brasis da região se mostraram tão boas, que Villegagnon e os colonos passaram a frequentar as festas, travaram contato com a estrutura social igualitária dos brasis, e muitos colonos acabaram por optar por essa nova forma de vida. (Santos 2011:156)

No princípio, Villegagnon foi tolerante com essas relações, mas em pouco tempo descobriu que estava perdendo seus homens, e passou a proibir a vida dos franceses nas aldeias, o comércio e o acasalamento, exigindo que os homens voltassem ao forte. Isso gerou uma revolta entre os colonos e uma rebelião liderada por um normando que foi obrigado a abandonar sua mulher brasileira por não ser casado formalmente com ela. Informa ainda o mesmo autor que:

O cunhadismo traduziu um processo de inserção civilizatória, fruto desse relacionamento dos índios com os franceses, que gerou, em apenas cinco anos, mais de mil mamelucos, [grifos meus] que viviam ao longo dos rios que deságuam na baía da Guanabara e na atual ilha do Governador, onde estava a ser implantada a França Antártica. (Santos 2011: 157)

Isto significa que em cinco anos a população não indígena passou de 400 indivíduos para 1.400, ou seja, mais que triplicaram a sua população, apresentando uma taxa de crescimento de 28% ao ano.

Esse fabuloso aumento populacional só se tornou possível pela prática da poliginia dos tupinambá, costume ao qual os portugueses aderiram de muito boa vontade. Como afirma Gilberto Freire, a adoção da poliginia correspondia não apenas a um traço cultural de interesse masculino, mas a uma forma econômica de produzir um bem escasso, a mão de obra.

(entre os índios) era a mulher (...) o principal valor econômico e técnico (...). A poligamia não corresponde (...) apenas ao desejo sexual, tão difícil de satisfazer no homem com a posse de uma só mulher; corresponde também ao interesse econômico de cercar-se o caçador, o pescador ou o guerreiro dos valores econômicos vivos, criadores, que as mulheres representam (Freyre, 1981: 162).

Estes “numerosos filhos”, os mamelucos – ou como Darcy Ribeiro os chama: *brasilíndios* – serão os primeiros brasileiros, que não sendo aceitos pelos parentes da mãe como tupinambás (uma vez que estes consideravam a criança como um fruto exclusivo do pai) e sendo, ao mesmo tempo, desprezados pelos europeus, que não viam muitas diferenças entre os mamelucos e os próprios índios, força a criação de uma nova identidade, a brasileira:

O primeiro brasileiro consciente de si foi, talvez, o mameluco, esse brasilíndio mestiço na carne e no espírito, que não podendo identificar-se com os que foram seus ancestrais americanos – que ele desprezava -, nem com os europeus – que o desprezavam -, e sendo objeto de mofa dos reinóis e dos luso-nativos, via-se condenado à pretensão de ser o que não era nem existia: o brasileiro (Ribeiro, 1995: 128)

A aliança entre os indígenas e os portugueses e o surgimento de uma população mestiça identificada com os interesses portugueses foi fundamental para a conquista do território efetuada por estes através da destruição das populações indígenas e ocupação de seus territórios, uma vez que não possuíam contingente português necessário para enfrentar sozinhos uma tal empresa. Sobre a conquista da orla de Sergipe, escreve Basílio de Magalhães:

Uma das colunas da expedição, composta de 150 soldados e 1.000 índios auxiliares, [grifos meus] e da qual eram capitães Rodrigo Martins e Álvaro Rodrigues, seguiu pelo interior, onde teria sido desbaratada pelos índios, se a tempo não a socorresse Cristóvão de Barros. Foram mortos 1.600 índios e cativados 4.000, graças ao trabalho dos quais se estabeleceram ali, com estâncias de gado, muitos dos expedicionários (...). Sergipe del Rei passou a ser, logo depois, uma capitania da coroa... (Basílio de Magalhães ( 1944:37-38).<sup>1</sup>

No entanto, não foi apenas à força que os indígenas aderiram à empresa colonial, eles tinham também seus interesses, em adquirir bens e prestígio perante seus vizinhos e, aliados frente aos seus inimigos. Jogava contra eles a ignorância sobre a Europa e o tamanho do poder, de seus novos “aliados”. Esses homens diferentes, que chegavam sem mulheres nem crianças, eram semelhantes a outras “expedições de guerra” de povos vizinhos com quem cabia estabelecer relações; quer como amigos - incorporando-os a sua sociedade enquanto cunhados - ou como inimigos a serem devorados. Ou como cunhados/inimigos que seriam mortos em futuros rituais

<sup>1</sup> Basílio de Magalhães, *Expansão geográfica do Brasil Colonial*. (3ª ed.). São Paulo: Epasa, 1944.

de iniciação dos guerreiros. Carneiro da Cunha (1992) chama a atenção para a visão colonialista que vê os indígenas apenas como vítimas e não como protagonista dessa história:

Por má consciência e boas intenções, imperou durante muito tempo a noção de que os índios foram apenas vítimas do sistema mundial, vítimas de uma política e práticas que lhes eram externas e que os destruíram. Essa visão, além de seu fundamento moral, tinha outro, teórico: é que a história, movida pela metrópole, pelo capital, só teria nexos em seu epicentro. A periferia do capital era também o lixo da história. O resultado paradoxal dessa postura ‘politicamente correta’ foi somar à eliminação física e étnica dos índios sua eliminação como sujeitos históricos (Carneiro da Cunha, 1992: 17-8)

No contexto da colonização e expansão das fronteiras o bem mais escasso era a mão-de-obra e as missões eram encarregadas da repartição dessa mão de obra indígena entre os colonos portugueses. Segundo Moreira Neto;

os jesuítas detiveram por largo espaço de tempo, uma posição privilegiada na formulação e execução da política indígena nos territórios portugueses da América. No Maranhão, em particular, tinham o monopólio da posse e distribuição da mão-de-obra indígena, única força de trabalho disponível na região (1988:21).

Goulart (1961) escrevendo sobre a importância das tropas de mulas registra que até meados do século XVIII havia carência de animais de carga em Minas e em S. Paulo:

o índio e o negro escravizado e o mameluco assalariado é que constituíam os meios de transporte usuais, não só de curtos trajetos, como nas longas viagens, inclusive trafegando pelo celebre caminho do mar que ligava o litoral santista ao planalto piratinenguense, vencendo abrupta Serra de Paranapiacaba. Caminho de torturas. Via de sacrifícios, por onde o homem animalizado, para se sustentar na ascensão tinha que deixar o sulco das unhas gravado fundamente nas penedias (1961:30).

## População estimada antes do “descobrimento”

O total dos habitantes no território brasileiro a época do descobrimento é calculado por Kennedy e Perz (2000) entre 800 mil e cinco milhões de pessoas (apud Pagliaro, Azevedo e Santos, 2005:16). A partir de cálculos indiretos, Julian Steward (1949:666) estimou em cerca de 1 milhão; Lugon (1968) avaliou em 3 milhões e Hemming (1978:487-501), em 2,4 milhões de pessoas. A mortalidade ocasionada pelas doenças trazidas pelos europeus e africanos para a América, ao que parece, ficará sempre subestimada porque não há como calcular as epidemias que se estenderam pelos sertões. No entanto, para nos aproximarmos melhor da questão da depopulação é possível buscar nas fontes disponíveis, alguns números.

### *Alguns dados populacionais sobre população e depopulação indígena no Brasil*

#### CALHA DO RIO AMAZONAS

Do relato do Padre Acuña, de sua viagem de 1639, uma descrição da região, seguida da informação de quantas nações de índios ali conheceu ou registrou:

Tem de circuito este imenso império, segundo boa cosmografia, em torno de quatro mil léguas. E não creio que exagere muito porque se apenas de longitude, medidas com cuidado, tem mil trezentas e cinqüenta léguas e, de acordo com Orellana, que foi o primeiro que o navegou, mil e oitocentas, e por cada rio que nele deságua em uma e outra margem, segundo boas informações dos nativos que habitam suas bocas em mais de duzentas léguas em

cada margem, e em muitas partes, nem mesmo após quatrocentas léguas se chega a terras povoadas por espanhóis... Todo este novo mundo (...) está habitado por bárbaros de variadas províncias e nações, das quais posso dar boa fé enumerando-as por seus nomes e indicando sua localização, algumas de vista e outras por informações de índios que nelas estiveram, passam de cento e cinqüenta, todas de línguas diferentes, tão extensas e ocupadas por moradores como as que vimos por todo o trajeto...(Acuña [1641], 1994:105)

Cerca de 180 anos depois, o cientista Carl Friedrich Von Martius viajou por boa parte do Rio Amazonas, e escreveu:

De muitas tribos citadas nas narrativas de Acuña, de raças poderosas ribeirinhas do Amazonas e de ainda diversas outras indicadas em mapas, não encontramos vestígio algum, ou apenas longínquas reminiscências de nomes semelhantes. (Spix & Martius, 1981)

Caminho percorrido por Von Martius (séc.XIX)<sup>2</sup>



#### MARANHÃO

Para o atual estado do Maranhão, Marinelton Cruz escreve que

Já no século XVII, tem-se o registro de 250 mil índios, de cerca de 30 etnias. Dessas, somente algumas, como os Krikati, Canela, Guajajara-Tenetehara, Ka'apor, Awa Guajá e Gavião, sobrevivem aos nossos dias (Centro de Pesquisa de História Natural e Arqueologia do Maranhão)

Neste período desapareceram 23 povos. Ainda sobre S. Luis do Maranhão (início do séc. XVII) referindo-se aos Tupinambá Claude D'Abbeville (1614) relaciona nominalmente, com seus respectivos principais, 27 aldeias na "Ilha Grande do Maranhão" (excetuando a própria São Luis), informando:

Contam-se algumas de duzentos a trezentos habitantes e outras de quinhentos a seiscentos, e às vezes mais, de modo que, em toda a ilha podem existir de dez a doze mil almas (D'Abbeville [1614] 1975: 145).<sup>3</sup>

<sup>2</sup> <http://ambienteacreativo.blogspot.com.br/2006/09/carl-von-martius-no-brasil.html>

<sup>3</sup> Claude D'Abbeville, *História da missão dos padres capuchinhos na Ilha do Maranhão e terras circunvizinhas*. Belo Horizonte: Itaitaia; São Paulo: Edusp, 1975.



No continente, do outro lado da Baía de São Marcos, onde atualmente situa-se o município de Alcântara, estava Tapuitapera, “*outra residência dos índios Tupinambá*”, segundo D’Abbeville. Sobre esse lugar, o capuchinho informa que: “*Aí se encontram de quinze a vinte aldeias*” (*idem*, p. 146), das quais relaciona nominalmente as dez mais importantes, com os respectivos Principais, dizendo delas: “*É maior o número de habitantes dessas aldeias que o das da Ilha do Maranhão*” (*idem*, p. 148).

Esse número de 11 mil dividido por 27 aldeias daria em média 400 pessoas por aldeia. E para a Baía de São Marcos 15 a 20 aldeias, que pelo número médio de aldeias e pessoas se poderia contar com aldeias maiores em torno de 800 pessoas por aldeia. A apenas 30 km, a oeste de Tapuitapera, estava Cumá (região da baía de Cumá ou Cumã), onde D’Abbeville informa haver terras fertilíssimas, e onde “*existe também uma residência de índios da mesma nação*”. Ali, escreveu ele:

Cerca de quinze a vinte aldeias se distribuem pelas margens do Cumá” (*idem*, p. 149), sendo que o capuchinho informa os nomes das mais importantes e seus respectivos Principais. E conclui: “*Todas essas aldeias são muito mais povoadas do que as da Ilha do Maranhão e seus habitantes são amigos e aliados dos índios de Tapuitapera e da Ilha Grande como formando uma só nação* (D’Abbeville [1614] 1975, p. 150-151).

#### MISSÕES JESUÍTICAS

Na região do Guairá, Paraná, “*em 1588 Ortega e Filds [missionários jesuítas] percorreram a província de Guairá, e de volta a Assunção informaram a Salonio, então seu provincial, a existência de 200 mil índios na vasta região*” (Martins, s/d:72).

Na região do Tape, atual Rio Grande do Sul, em 1639, contabilizando os batizados realizados nas missões jesuíticas (no período de 10 anos), o Pe Montoya escreveu: “*Hecha La cuenta de acuesta cosecha, que se agregaram a lo strogas de La Iglesia hasta El año 1626 [nota: 1636]<sup>4</sup>, 94.990 almas que recibieron la fe y el bautismo*” (Montoya [1639] 1989:264).<sup>5</sup>

#### *Episódios de Massacres e aprisionamentos*

##### TUPINIQUIM, BAHIA E ESPÍRITO SANTO

Mem de Sá chacinou perto de 30 aldeias, começando de Ilhéus para o Sul. Seu próprio relato diz:

... na noite que entrei em Ilhéus, fui apé dar numa aldeia que estava a sete léguas da vila, em um alto pequeno, toda cercada d’ágoas e de lagoas e as passamos com muito trabalho e, antes da manhã duas horas, dei naldeia e a destruí e matei todos os que quiseram resistir e na vinda vim queimando destruindo todas as aldeias que ficaram atrás e porque o gentio se juntou e me veio seguindo ao longo da praia, lhes fiz algumas ciladas onde o cerquei e lhes foi forçado deitarem-se a nado no mar de costa brava. Mandeí outros índios atrás deles e gente solta que o seguiram perto de duas léguas e lá no mar, pelejaram de maneira que nenhum tupiniquim ficou vivo, e todos os trouxeram a terra e os puseram ao longo da praia por ordem que tomavam os corpos perto de uma légua, fiz muitas outras saídas em que destruí muitas aldeias fortes (Mem de Sá, 1560 - apud Paraiso 1989: 82).

<sup>4</sup> Pe. Rabuske, na edição brasileira da Martins Livreiro (1985), corrige para 1636, uma vez que 1626 foi a data de fundação da 1ª redução no RS, a saber, São Nicolau.

<sup>5</sup> “Feita a contagem daquela colheita, consta pelos livros que salvamos do incêndio, que se agregaram aos celeiros da igreja, até o ano de 1636, 94.900 almas que receberam a fé e o batismo”.

Outra informação, de Capistrano de Abreu, afirma que: “*No instrumento dos serviços prestados como governador do Brasil, Mem de Sá alega as guerras de Paraguaçu com a destruição de 160 aldeias*” (1988:58).

#### SERGIPE (1590)

Após o malogro das primeiras tentativas (de Diogo Dias e Fernão da Silva) de conquista da Paraíba, Frutuoso Barbosa, com o auxílio da esquadra de Flores Valdés, efetuou-a em 1584, mas não definitivamente. (...) O temor de uma possível invasão de indígenas e a necessidade de uma via terrestre de comunicação entre a Baía e Pernambuco determinaram a conquista definitiva da orla marítima de Sergipe, missão de que galhardamente se desempenhou Cristóvão de Barros (cujo pai, em companhia do bispo d. Pedro Fernandes, fora vítima dos selvagens daquela região), o qual, entre 1587 e 1590, bateu as hostes bárbaras de Boepeba, levantando o forte e arraial de São Cristóvão, junto à foz do Cotinguiba. Uma das colunas da expedição, composta de 150 soldados e 1.000 índios auxiliares, e da qual eram capitães Rodrigo Martins e Álvaro Rodrigues, seguiu pelo interior, onde teria sido desbaratada pelos índios, se a tempo não a socorresse Cristóvão de Barros. Foram mortos 1.600 índios e cativados 4.000, graças ao trabalho dos quais se estabeleceram ali, com estâncias de gado, muitos dos expedicionários (...). Sergipe del Rei passou a ser, logo depois, uma capitania da coroa... (Basílio de Magalhães, 1944:37-38).

#### Maranhão: Rios Mearim e Gurupi (1617-1619)

Após a conquista de São Luís, com a expulsão dos franceses,

*O Amazonas (...) atraiu as vistas dos colonizadores portugueses (...). O mais notável herói dessa expansão foi Bento Maciel Parente.<sup>6</sup> Este, que já fizera diversas entradas aos rios Mearim e Pindaré, renovou-as depois em 1619, com 80 soldados e 400 índios flecheiros, desde Tapuitapéra até dentro do colosso de águas, fazendo-lhe aos índios das duas ribas uma das razzie mais devastadoras que registra a nossa história, levantando, porém, fortalezas, que asseguraram a posse da disputada região.* (Basílio de Magalhães, 1944:40-41).

Segundo Florestan Fernandes, um “*levante geral contra os brancos ocorreu em 1617, no Maranhão, pouco depois da chegada dos portugueses*”, liderado por um famoso cacique, Pacamão (Fernandes, 1963:49-50):

O morticínio realizou-se em Tapuitapera, onde se reuniram para atacar a Ilha. Foram derrotados pelos portugueses, que impediram o sucesso da sedição e os perseguiram para o interior, até cinquenta léguas da costa (Fernandes, 1963:49-50 – nota 113).

... uma expedição punitiva foi ao seu encalço, dando-lhes combate em uma extensa área de 240 léguas, pelo rio Gurupi acima. Os brancos destruíram todos os grupos locais que puderam (Idem, p. 50).

<sup>6</sup> “Bento Maciel Parente foi veterano das guerras da Paraíba e do Rio Grande, onde participou da construção do Forte de São Filipe e da Fortaleza dos Reis Magos. (...) Durante o período da União Ibérica, Bento Maciel Parente fez parte da vitoriosa campanha de Alexandre de Moura, participando de expedição que partiu da Capitania de Pernambuco, com a finalidade de expulsar os franceses do Maranhão, e realizando brilhante campanha, que obrigou o invasor a capitular no dia 1º de novembro de 1615. Com a ascensão de Jerônimo de Albuquerque ao governo do Estado do Maranhão, em janeiro de 1616, foi nomeado Capitão de Entradas. Durante esta década, explorou os rios que desembocam na baía de São Marcos, ao sul de São Luís: o rio Mearim e o rio Pindaré. Seguindo os exemplos e processos dos bandeirantes, construiu o Forte da Vera Cruz do Itapecuru” <http://darozhistoriamilitar.blogspot.com.br/2010/06/personagens-da-historia-militar-capitao.html>.

### *Descimentos*

Em 1647, entrada do Cabo Bento Rodrigues de Oliveira, que atingiu até 300 léguas acima da foz do Tocantins, desceu muitos Tupinambá deste rio (Fernandes, 1963:51). Em 1655 os jesuítas realizaram uma “missão” aos Tupinambá do Tocantins, e desceram 1.000 a 1.200 índios (Fernandes, 1963:51-52).

#### SÃO PAULO

Na década de 1580:

O capitão-mór,<sup>7</sup> comandando um pequeno exército de mamelucos (pois os índios eram batidos e caçados por seus próprios descendentes), assolou durante seis anos as aldeias do Anhembi, que eram (...) em número de 300, contando cerca de 30.000 habitantes. Os vencidos, que foram em grande cópia, vieram arrastados para a rude faina dos engenhos e lavouras do litoral. (Basílio de Magalhães, 1944:144-145).

O grande historiador brasileiro das Bandeiras, Affonso de E. Taunay, escreveu que: “*Já no século XVI haviam sido destruídas [nota: pelos paulistas escravagistas] trezentas aldeias e exterminados duzentos mil índios*” (Taunay [1951] 1975:45).

#### CARIJÓS, SANTA CATARINA

Entradas de “resgate” ou “descimento” de índios, e bandeiras, foram parte do cotidiano paulista nos séculos XVI e XVII. Os Carijós foram um de seus alvos prediletos.

Deviam ser constantes as arremetidas dos caçadores de escravos no rumo do sul, por toda a segunda década do século XVII – porquanto a 5 de junho de 1619 (...) era expedido um Alvará Régio mandando tirar devassa ‘aos culpados em fazer entradas ao sertão de Patos a resgatar gentios’. (Basílio de Magalhães, 1944:153).

É improvável que qualquer Alvará Régio impedisse um empreendimento que era motor não apenas da economia paulista, mas de toda a empresa colonial baseada na produção de açúcar à base de mão de obra escrava. Entende-se, nesse contexto, que os Carijós (falantes de língua semelhante à geral, e dados à agricultura) fossem alvo privilegiado, tanto mais que eram muitíssimos. Uma carta da Câmara de São Paulo ao donatário da capitania, em janeiro de 1606, refere-se

ao gentio carijó, que está 80 léguas daqui por mar e por terra e se afirma que podem ser 200.000 homens de arco” e ponderava que as cinco vilas paulistas poderiam “pôr em campo para os Carijós mais de 300 homens portugueses, foram os seus índios escravos, que serão mais de 1500, gente usada ao trabalho do sertão (Basílio de Magalhães, 1944:149).

#### GUAIRÁ, PARANÁ

A grande bandeira paulista de Manoel Preto e Raposo Tavares, destinada a destruir as missões jesuíticas no Guairá, era composta de cerca de 70 paulistas, 900 mamelucos e 2 mil índios, tendo partido de São Paulo em outubro de 1628 e atacado as reduções no ano seguinte (Basílio de Magalhães, 1944:160). O resultado da expedição foi ‘compensador’. Citando documento de 1632, assinado pelo Vice-Rei do Peru, Taunay escreveu:

<sup>7</sup> Jerônimo Leitão exerceu o capitano-mór de São Paulo e São Vicente de 1579 a 1592. Acompanhado de outros paulistas e indígenas, “*auxiliara a jugulação dos tamoios, determinada pelo governador Antonio Salema*” (Basílio de Magalhães, 1944:144 – nota de rodapé).

O número de índios escravizados pelos paulistas já excederia, ao seu saber, de duzentos mil. Só o assalto de 1629 teria custado a liberdade a mais de cinquenta mil! (Taunay [1951] 1975:55).

A cifra faz algum eco a uma carta do Governador de Buenos Aires, Don Pedro Estéban Dávila ao Rei de Espanha, em outubro de 1637:

Y llegado que fui al rio Genero, ví y reconocé ser certa la relación que se me habia hecho, pues á mis ojos se vendian los índios em aquella ciudad, traídos por los vecinos de la villa de San Pablo, como si fueran esclavos, y dados por tales por vuestra Majestad; é informado, vine á averiguar verbalmente como desde El año de 1628 hasta el de 1630 habian traído los vecinos de San Pablo más de 60.000 almas de lãs reducciones de los Padres de La Compañiadel distrito deste gobierno y del de Paraguay...(apud Montoya [1639], 1989:282).<sup>8</sup>

Ante a impossibilidade de defender-se dos bandeirantes, comandados pelos Padres Montoya, Dias Tanho e Simão Maceta, os jesuítas organizam a retirada, para o Sul, de mais de 12 mil índios (Montoya [1639], 1989:163; Martins, s/d:79), descendo o Rio Paraná. A fadiga e a fome foram os principais problemas. Enfraquecidos, já quase ao final da jornada, “*acudióla peste, que en estas ocasiones nunca es lerda (...) Dieron sus almas al cielo 2.000 personas de adultos y infantiles...*” (Montoya [1639], 1989:171).

#### RIO DE JANEIRO

D. Luis de Céspedes Xeria, governador do Paraguay, acusado de colaborar ou apoiar os paulistas na destruição das missões jesuíticas do Guairá, era casado com uma sobrinha do governador do Rio de Janeiro, Martim de Sá (Basílio de Magalhães, 1944:157), e dono de engenho no Rio de Janeiro: “*Gabava-se Céspedes de que conseguiria colocar em seus engenhos do Rio de Janeiro mais de dois mil escravos guaranis*”(Taunay [1951] 1975:51).

#### ITATINS, MATO GROSSO DO SUL

Na sequência da destruição das missões do Guairá os paulistas atravessam o Paraná, em direção às missões do Itatins. Por volta de 1632 destroem ali as povoações, conforme relatou o Procurador Geral da Companhia de Jesus, Pe. Ferrufino, ao Rei Felipe IV, em documento citado por Taunay:

Relatava que os paulistas haviam destruído “con impiedade y crueldade nunca oída, una de la mas numerosas y floridas provincias”. Mais de dez mil almas haviam sido chacinadas, escravizadas e dispersas...” (Taunay [1951] 1975:57).

#### RIO GRANDE DO SUL

Em 1636, comandada por Antonio Raposo Tavares, uma grande bandeira dirige-se a aprisionar índios nas missões jesuíticas do Rio Grande do Sul (Basílio de Magalhães, 1944:162). Partiu de São Paulo com 150 brancos e 1.500 tupis (Taunay 1975:59). Retorna a São Paulo, no ano seguinte, com mais de 30 mil índios escravizados. Seguiu-se a esta, a bandeira de André Fernandes e, depois dela, uma de Fernão Dias Pas. Todas à mesma região e com o mesmo fim.

<sup>8</sup> “E assim que cheguei ao Rio de Janeiro, vi e reconheci ser correta a informação que me haviam passado, pois aos meus olhos se vendiam os índios naquela cidade, trazidos pelos vizinhos da vila de São Paulo, como se fossem escravos e dados como tais por Vossa Majestade. Informei-me, e vim a averiguar verbalmente como, desde o ano de 1628 até o de 1630, haviam trazido, os vizinhos de São Paulo, mais de 60 mil almas das reduções dos Padres da Companhia do distrito deste governo [Buenos Aires] e do Paraguay...”

Uma junta composta de três espanhóis e três portugueses (incluindo um juriconsulto e um bispo), determinada pelo rei espanhol (que, a esse tempo, também governava Portugal) emitiu um Parecer, em março de 1639, sobre a ação dos bandeirantes no Guairá:

Tremendo requisitório contra os paulistas denunciava-lhes os principais malefícios: a destruição de três cidades espanholas, o preamento de 300.000 índios que viviam em terras castelhanas, dos quais só 20.000 haviam chegado ao litoral brasileiro. (Taunay [1951], 1975:63).

Sobre o número de 300 mil há uma menção em Carta Ânua do Pe. Francisco Diaz Taño, de 1650, referindo-se a um documento do Rei, e no mesmo texto o PeTaño dá dimensões do que as missões conseguiram reunir:

hicieronse en estas dhas Prov.<sup>as</sup> quarenta y ocho pueblos todos de índios infieles y bárbaros. Destos los veinte y seis los han debellado y destruido los rrebeldes del Brasil y llevado tan gran suma de almas q afirma sumag.<sup>d</sup> en una su real çedula que es de los presentados avian testigos q afirma ban pasaban de treçientos mil y solam.te na quedado veinte y dos Reduções, lãs veinte en los dos rrios del Parana y Uruay y dos ellas Provinçias de los itatines donde oy abra em las del Parana [nota: médio Paraná, entre Argentina e Paraguai atuais] quarenta mil almas entre mugeres, niños y índios q aunq eran mucho mas millares y estavam ya baptçados como consta de los libros del Baptismo çiento y cinquenta y tantos mil. p.<sup>te</sup> destos llevaron los dhos enemigos y p.<sup>te</sup> se anmuerto con las pestes generales de virguelas y tabardillas y otras q an corrido... (Manuscritos da Coleção De Angelis – IV, p. 168).

### *Episódios de epidemias*

#### BAHIA

Em 1562, em 2 ou 3 meses, morrem aproximadamente 30 mil índios (Fernandes, 1963:40). Em 1563 começa uma epidemia de varíola, que dura quase dois anos. Morriam 10 a 12 pessoas por dia. Nas dez missões jesuíticas (que totalizavam cerca de 36 mil índios – cf. Fernandes, 1963:39), Pe Leonardo do Vale informa ter morrido praticamente um terço em cada missão. Apenas na missão de Nossa Senhora da Assunção, de 4 mil índios, morreram 1.080. Entre índios missionados e não-missionados, “*uma fonte fidedigna*” (escreveu Florestan Fernandes, citando Pe Simões de Vasconcelos) estimou em 30 mil índios mortos.

Em 1564 ocorre *terrível “fome geral”* (Idem, p. 40). Pedro Calmon, baseado em documento jesuítico, registrou que “*as 40.000 almas que houve nas aldeias da Bahia estavam reduzidas, em 1592, a 400*” (citado por Luna, 1993:71).

#### MARANHÃO E PARÁ

“*Epidemia de varíola mata 12.000 índios Tupinambá no litoral do Grão-Pará e Maranhão*” (Prezia, 1991:39).

Os Tupinambá descidos do Tocantins pelos jesuítas em 1655 foram levados para a baía do Guajará, junto à Ilha do Sol (atualmente, pouco ao norte de Belém do Pará). Acabaram indo morar no interior da ilha, e diversas dificuldades levaram a uma situação de penúria, principalmente a exigência dos serviços aos brancos, que não permitia aos Tupinambá cuidarem do próprio sustento (Fernandes, 1963:52-53):

A situação dos Tupinambá da Ilha do Sol era bem precária em 1692. (...) Duas epidemias – “*peste de bexigas*” – contribuíram para elevar ainda mais a taxa de mortalidade dos aborígenes que conviviam com os brancos. Ambas começaram no Maranhão e se propagaram até o Pará.

Uma, em 1662, fez em poucos dias mais de 2.000 vítimas entre os índios, os Tupinambá inclusive. (...) Na outra, em 1695, os jesuítas enviaram aviso às roças de Mamayaçu, perto da aldeia dos Tupinambá e nas quais eles trabalhavam. A carta não foi entregue a tempo (...) E assim começou a arder toda a roça em bexiga, morrendo muitos Tupinambá, assim como na aldeia, que se acabou quase de repente... (Fernandes, 1963:53).

#### RIO GRANDE DO SUL

##### Redução de São Carlos (região de Passo Fundo), 1634-35:

Desde esta reduccion por toda la tierra adentro a sido este año la fúria de la peste (...) no me dizenlos P.<sup>es</sup>el numero de los muertos de peste, solo me escriben que murieron muchos y que aunduraba todavia la peste y la mortandad (Manuscritos da Coleção De Angelis IV, p.118 – grifos meus) .

Redução de Santos Mártires do Caaró, 1634: Peste de “camaras” (ou “câimbras” de sangue) – morreram 300 pessoas. ((Manuscritos da Coleção De Angelis IV, p.108). A peste atingiu também as reduções de Natividade de Nossa Senhora (p.128), São Cosme e Damião (p. 128-129), Santa Ana (p. 131), Santa Tereza (p. 134), São Joaquim (p.135) e Jesus Maria (p. 139).

##### Redução de São Miguel (NO do RS), 1634-1635:

En esta reduccion mas que e no trasla peste a hecho riza y dela na muerto seiscentas personas (...) muchos viendo que pica l aenfermedade nel pueblo, porque no lês coja a ellos se van a sus pueblos antiguos, pensando estar ali muy seguros. Otros luego que comiençan a estar enfermos se van también para sanar ala, como ellos dizen... (Manuscritos da Coleção De Angelis IV, p.123)

Em 1661 ocorre a peste de sarampo, que se dissemina também entre os ‘infiéis’(Manuscritos da Coleção De Angelis IV, p.204)

Para se ter uma idéia clara do depopulação indígena podemos nos apoiar nos cálculos do lingüista Aryon Rodrigues, segundo o qual, em 1500 existia no território do atual Brasil, cerca de 1175 línguas, considerando que atualmente são entre 160 e 170 línguas faladas<sup>9</sup>, em que se registram no Brasil atual cerca de 220 etnias é de aproximadamente 1000 o número de etnias desaparecidas em 500 anos de colonização.

<sup>9</sup> Wilmar D’Angelis: “Línguas Indígenas no Brasil: urgência de ações para que sobrevivam”, apresentação oral no IX ELESÍ. Porto Seguro, 22 a 26 de Out. 2012.

**TABELA 1. População indígena, número de aldeias e povos de acordo com diferentes fontes de informação.**

LOCALIDADE	Fonte (autor)	SÉC.	POPULAÇÃO	Nº ALDEIAS	POVOS
Maranhão	Marinelson Cruz	XVII	250.000	30 etnias	Tupinambá
Maranhão (ilha grande)	Claude D'Abbeville (1614)	XVII	12.000	27 aldeias	Tupinambá
Maranhão/Alcântara	Claude D'Abbeville (1614)	XVII	15.000	15 aldeias	Tupinambá
Maranhão/da baía de Cumá	Claude D'Abbeville (1614)	XVII	15.000	15 a 20 aldeias	Tupinambá
Tocantins (atual)	Fernandes, (1963)1655	XVII	1.200	descimentos	Tupinambá
Paraná (Guairá)	Ortega e Filds (1588)	XVI	200.000	aldeamentos	
Paraná (Guairá)	Taunay [1951] 1975:55	1629	50.000	escravizados	
Paraná Guaira	Montoya [1639], 1989:163	1629	12.000	transferidos RS	
Itatins/MS/Paraguai	Taunay [1951] 1975:57	XVII	10.000	chacinados	
Rio Grande do Sul e Paraguai	Montoya [1639], 1989:282	XVI	60.000	escravizados	
Rio Grande do Sul	Taunay [1951], 1975:63	XVII 1639	300.000	escravizados	20.000 chegaram a SP litoral
Rio Grande do Sul	Montoya [1639]10 anos	XVII	94.990	batizados	
Sergipe foz do Cotinguiba	Basílio de Magalhães [1587 e 1590]	XVI	1600 4.000	Mortos escravizados	boepeba
São Paulo/Anhembi	Basílio de Magalhães, 1944	XVI 1580	30.000	300 aldeias	Guarani
São Paulo (estado)	Taunay [1951] 1975:45	XVI	200.000	300 aldeias (exterminadas)	
Santa Catarina	Basílio de Magalhães, 1944:149	XVI e XVII	200.000 (arqueiros)		Carijó

**MAPA 1 .Localização dos povos indígenas**

Fonte: Tabela 1.



TABELA2. Casos registrados de grande depopulação nos séculos XIX e XX

POVO	ANO	POPULAÇÃO	ANO	POPULAÇÃO	ANO	POPULAÇÃO
Apinayé <sup>1</sup>	1823	4.200	1859	1.800 a 2.000	1926	150
Asuriní do Xingu <sup>2</sup>			1971	100	1982	53
Kaingang de SP <sup>3</sup>	1910	1.200	1913	87	1950	200
Karajá <sup>4</sup>		8.000	1948	4.000	1965	1.000
Kayapó <sup>5</sup> Conceição do Araguaia	1902	2.500			1965	10
Kayapó <sup>6</sup> Conceição do Araguaia	1903	6 a 8.000	1918	500	1929	27
Kayapó-Gorotire <sup>7</sup>	1937	800			1952	153
Munduruku <sup>8</sup>	1875	18.910			1950	1.200
Nambikwara <sup>9</sup>	1900	10.000			1965	1.000
Nambikwara <sup>10</sup>	1916	20.000	1938	1.000	2.000	1.000
Nambikwara Sabané <sup>11</sup>	1926	1.000	1938	21		
Tapirapé <sup>12</sup>	1890	1.000	1935	147	1947	100
Terena <sup>13</sup>	1845	3.000			1950	3.000
Timbira <sup>14</sup>	1900	1.000			1950	40
Tupari (RO) <sup>15</sup>	1920	3.000	1934	250	1965	algumas dezenas
Umotina (MT) <sup>16</sup>		mais de 1.000		menos de 200		
Waimiri-Atroari <sup>17</sup>	1905	6.000	1975	600 a 1.000	1982	571
Xokleng (SC) <sup>18</sup>	1912	800	1933	106	1950	189
<b>Totais</b>		<b>89210</b>				<b>8.693</b>

<sup>1</sup> Nimuendajü 1983:5-6.<sup>2</sup> Regina P. Müller 1993:46.<sup>3</sup> Darcy Ribeiro ( [1970] 1986:240 – nota de rodapé).<sup>4</sup> Darcy Ribeiro ( [1970] 1986:285).<sup>5</sup> Darcy Ribeiro ( [1970] 1986:286).<sup>6</sup> Berta G. Ribeiro 1983:59 (citando Dobyns).<sup>7</sup> Darcy Ribeiro ( [1970] 1986:291).<sup>8</sup> Darcy Ribeiro ( [1970] 1986:285).<sup>9</sup> Darcy Ribeiro ( [1970] 1986:285).<sup>10</sup> Berta G. Ribeiro 1983:59 (citando J. Velard)<sup>11</sup> Berta G. Ribeiro 1983:59.<sup>12</sup> Darcy Ribeiro ( [1970] 1986:309).<sup>13</sup> Darcy Ribeiro ( [1970] 1986:287).<sup>14</sup> Berta G. Ribeiro 1983:58.<sup>15</sup> Darcy Ribeiro ( [1970] 1986:285-286). Em 1948 seriam 180 e em 1952 apenas 15 (Idem, p. 246 – nota)<sup>16</sup> Darcy Ribeiro ( [1970] 1986:240 – nota de rodapé).<sup>17</sup> MAREWA (Mov. de Apoio à Resistência Waimiri/Atroari), 1983:12.<sup>18</sup> Darcy Ribeiro ( [1970] 1986:240 – nota de rodapé).

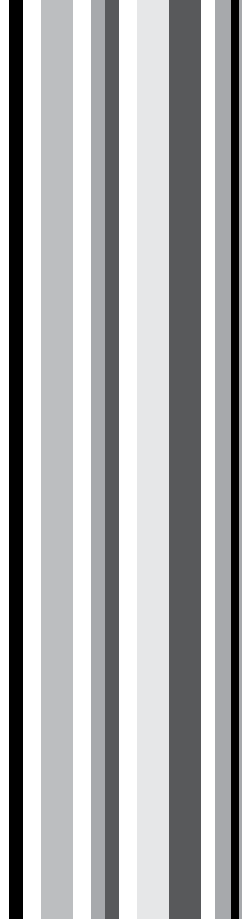


## Referências

- ACUÑA, Pe. Cristóbal. Novo descobrimento do Rio Amazonas. Uruguay: Oltaver S.A. Buenos LibrosActivos; Brasília, Embajada de España em Brasil, 1994.
- BASÍLIO DE MAGALHÃES. Expansão geográfica do Brasil Colonial. (3ª ed.). São Paulo: Epasa, 1944.
- BACCI, Massimo Livi. 500 anos de demografia brasileira: uma resenha. Trad. Maria Sílvia C.B. Bassanezi. Revista Brasileira de Estudos de População, v.19, n.1, jan./jun. 2002. Disponível em [http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/rev\\_inf/vol19\\_n1\\_2002/vol19\\_n1\\_2002\\_8pontodevista\\_141\\_159.pdf](http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/rev_inf/vol19_n1_2002/vol19_n1_2002_8pontodevista_141_159.pdf).
- CARDOSO, Ciro Flamarion; BRIGNOLI, Héctor Pérez. *Os métodos em história*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. Introdução a uma história indígena. In M. Carneiro da Cunha (org.). História dos Índios no Brasil. São Paulo: Cia. das Letras, 1992, pp. 9-24.
- COOK, SHERBURNE E BORAH, WOODROW. 1957. "The rate of population change in Central Mexico 1550-1570". in Hispanic American Historical Review 37 (IV), pp. 463-70.
- D'ABBEVILLE, Claude. História da missão dos padres capuchinhos na Ilha do Maranhão e terras circunvizinhas. Belo Horizonte: Itaitaia; São Paulo: Edusp, 1975
- DENEVAN, William M. (ed.). The native population of the Americas in 1492. Madison: The University of Wisconsin Press, 1992a.
- \_\_\_\_\_. The aboriginal population of Amazonia. In W. M. Denevan (ed.), The native population of the Americas in 1492. Madison: The University of Wisconsin Press, 1992b.
- FARAGE, Nádia. As muralhas dos sertões: os povos indígenas no rio Branco e a colonização. São Paulo: Paz e Terra/ANPOCS, 1991.
- FERNANDES, Florestan. Organização social dos Tupinambá. (2ª ed.). São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1963.
- FREYRE, Gilberto. Casa Grande e Senzala. Rio de Janeiro: José Olympio, 1981 (1933).
- GOULART, José Alípio. Tropas e tropeiros na formação do Brasil. Rio de Janeiro: Conquista 1961.
- HEMMING, John. Red Gold: the conquest of the Brazilian Indians, 1500-1760. Cambridge: Harvard University Press, 1978.
- LUGON, Clóvis. A República "Comunista Cristã" dos Guaranis, 1610-1768. Trad. Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968.
- LUNA, Luiz. Resistência do índio à dominação do Brasil. (2ª ed.) Coimbra: Fora do Texto, 1993.
- MANUSCRITOS DA COLEÇÃO DE ANGELIS – IV. Jesuítas e bandeirantes no Uruguai (1611-1758). Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1970.
- MARCÍLIO, Maria Luiza. População e Sociedade. Evolução das sociedades pré-industriais. Petrópolis: Vozes, 1984.
- MAREWA (Movimento de Apoio à Resistência Waimir/Atroari). Resistência Waimiri/Atroari. Itacoatiara (AM), 1983.
- MARTINS, Romário. História do Paraná. (3ª ed.). Curitiba: Editora Guaíra, s/d.
- MELO, Clovis. Os ciclos econômicos do Brasil. Rio de Janeiro: Ed. Laemmert, 1969.
- MONTOYA, Pe. Antonio Ruiz de. Conquista espiritual hecha por los religiosos de La Compañia de Jesus em las Provincias de Paraguay, Parana, Uruguay y Tape. Rosario (Argentina): Equipo Difusor de Estudios de Historia Iberoamericana, 1989.
- MOREIRA NETO, Carlos de Araújo. Os índios da Amazônia: de maioria a minoria (1750-1850). Petrópolis: Vozes, 1988.
- MÜLLER, Regina Polo. Os Asuriní do Xingu: história e arte. (2ª ed.). Campinas: Ed. da Unicamp, 1993.

- NADALIN, Sérgio Odilon. População No passado colonial Brasileiro. TOPOI, v. 4, n 7, Jul-Dez, 2003, p. 222-275.
- NIMUENDAJÚ, Curt. Os Apinayé. Belém: Museu Goeldi, 1983.
- PAGLIARO, Heloísa; AZEVEDO, Marta e SANTOS, Ricardo V. (orgs). Demografia dos Povos Indígenas no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, ABEP, 2005.
- PARAÍSO, Maria Hilda B. Os índios de Olivença e a zona de veraneio dos coronéis de cacau da Bahia. Revista de Antropologia 30/31/32, p. 79-109. São Paulo: USP, 1989.
- PREZIA, Benedito. A saga Tupinambá. São Paulo: FTD, 1991.
- RIBEIRO, Berta. Quantos seriam os índios das Américas? Ciência Hoje, ano 1, n. 6, p.54-60. Rio de Janeiro: SBPC, 1983.
- RIBEIRO, Darcy. Os índios e a civilização: a integração das populações indígenas no Brasil moderno. (5ª ed.). Petrópolis: Vozes, 1986.
- RIBEIRO, Darcy. O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- RODRIGUES, Aryon Dall'igna. 500 anos de descobertas e perdas. D.E.L.T.A., vol 9, nº. 1, pg 83-103. São Paulo: PUC-SP, 1993.
- SANTOS, Jorge Pinheiro. Jean de Léry, meu irmão: notas antropológicas sobre a questão Huguenote-Tupinambá. Estudos de Religião, v. 25, n. 41, 152-164, jul./dez. 2011 .
- SIMONSEN, Roberto C. História Econômica do Brasil (1500/1820). (8ª. ed.) São Paulo: Cia Editora Nacional, 1978.
- SOUSA, Fernando Alberto Pereira de. A população portuguesa nos inícios do século XIX. Porto (Portugal): Universidade do Porto, 1979. Tese de Doutorado
- SPIX, Johan Baptista Von & MARTIUS, Carl Frederich Phillipp Von. Viagem pelo Brasil: 1817-1820. Belo Horizonte/ São Paulo, Itatiaia/USP, 1981.
- TAUNAY, Affonso d'Escragolle. História das Bandeiras Paulista – Tomo I. (3ª ed.). São Paulo: Melhoramentos, 1975.





## SOBRE OS AUTORES

### **Marta Maria do Amaral Azevedo**

Possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo e doutorado em Demografia pela Universidade Estadual de Campinas. Atualmente é pesquisadora do Núcleo de Estudos de População / NEPO da Universidade Estadual de Campinas e professora do Programa de Pós Graduação em Demografia do IFCH/NEPO/UNICAMP. Presidente da FUNAI.

### **Rosana Baeninger**

Socióloga, Doutora em Ciências Sociais – área Estudos de População (IFCH-UNICAMP); professora do Departamento de Demografia, do programa de Pós-Graduação em Demografia e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Pesquisadora do Núcleo de Estudos de População - Universidade Estadual de Campinas. Coordenadora do Projeto Temático: Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/ UNICAMP/FAPESP/CNPq. Coordenadora do Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP/FAPESP/CNPq.

### **Antonio Brand** (*in memoriam*)

Pesquisador e coordenador do Programa Kaiowá/Guarani/NEPPI - Núcleo de Pesquisa com Populações Indígenas/UCDB, professor dos Programas de Doutorado e Mestrado em Educação e Desenvolvimento Local da UCDB- Universidade Católica Dom Bosco.

### **José Francisco Sarmiento Nogueira**

Universidade Católica Dom Bosco- UCDB Campo Grande MS-Brasil.

**Juracilda Veiga**

Indigenista desde janeiro de 1979. Possui graduação em Comunicação Social pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (1978), mestrado em Antropologia Social pela Universidade Estadual de Campinas (1994) e doutorado em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (2000). Atualmente é pesquisador pós-doutor da Universidade Estadual de Campinas, no projeto a Presença Guarani no Estado de São Paulo/NEPO. É antropóloga da Fundação Nacional do Índio.

**Rosa Sebastiana Colman**

Possui graduação em Geografia pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (1999) e mestrado em Desenvolvimento Local pela Universidade Católica Dom Bosco (2007). Atualmente atua como pesquisadora no Programa Kaiowá/Guarani-Núcleo de Pesquisas e Estudos sobre populações Indígenas na Universidade Católica Dom Bosco, MS e é doutoranda no programa em Demografia IFCH/UNICAMP. Possui domínio da língua Guarani e tem experiência na área de ensino de Geografia, com ênfase em Territorialidade e Educação Indígena. Faz parte do Projeto Temático Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP/FAPESP/CNPq.

**Valéria A.M.O. Calderoni**

Haciendo Doctorado en Educación de la UCDB, línea 3 - Diversidad Cultural y Educación Indígena.